

**MARIANNA RIBEIRO DA SILVA**

**UMA ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA DA CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DE  
SÉRGIO MORO NA COBERTURA DO EVENTO #VAZAJATO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Maria Carmen Aires Gomes

**VIÇOSA – MINAS GERAIS  
2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S586a  
2020  
Silva, Marianna Ribeiro da, 1983-  
Uma análise discursivo-crítica da construção do ethos de  
Sergio Moro na cobertura do evento #vazajato / Marianna  
Ribeiro da Silva. – Viçosa, MG, 2020.  
1 dissertação eletrônica (111 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexo.

Orientador: Maria Carmen Aires Gomes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,  
Departamento de Letras, 2020.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.171>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Moro, Sérgio Fernando, 1972- - Discursos. 2. Análise  
crítica do discurso. I. Gomes, Maria Carmen Aires, 1971-  
II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Letras.  
Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 22. ed. 401.41

Bibliotecário(a) responsável: Bruna Silva CRB-6/2552


**MARIANNA RIBEIRO DA SILVA**

**UMA ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA DA CONSTRUÇÃO DO *ETHOS* DE  
SÉRGIO MORO NA COBERTURA DO EVENTO #VAZAJATO**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.


APROVADA: 31 de março de 2020.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente  
 MARIANNA RIBEIRO DA SILVA  
Data: 14/08/2023 16:16:25-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Marianna Ribeiro da Silva  
Autora

Documento assinado digitalmente  
 MARIA CARMEN AIRES GOMES  
Data: 22/08/2023 16:35:48-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Maria Carmen Aires Gomes  
Orientadora

*Dedico este trabalho a todos os brasileiros vigilantes na defesa da  
democracia.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, Maria Cristina, e ao meu filho, Augusto por serem o meu porto seguro em momentos de tanta dificuldade. É do amor que sinto por eles que tiro toda a vontade de lutar e vencer os desafios.

À Universidade Federal de Viçosa, a todos os professores com quem tive contato, especialmente às professoras Michelle Valadão e Ana Luisa Gediel e à vice-reitora, Rejane Nascentes. A todos os amigos que aqui fiz e que levarei para a vida.

À minha orientadora, professora Maria Carmen, que foi extremamente generosa, paciente e me auxiliou não somente na pesquisa, mas em outros campos da vida. Mesmo com alguns vacilos que cometi, ela não me abandonou em momento algum.

Ao professor Odemir Vieira Baêta pela força de sempre, pela parceria nas ações da APG, algo que nos uniu durante minha estada na UFV e por abrilhantar minha banca.

Ao professor Lucineudo Irineu da Universidade Estadual do Ceará pelo incentivo para que eu seguisse a carreira acadêmica e pelas leituras atenciosas dos meus textos desde 2015.

Ao professor Luiz Ismael, do departamento de Direito da UFV, amigo querido, pela contribuição ímpar sobre as leituras para a realização da minha pesquisa.

Ao professor Rony Vale, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras por todas as oportunidades e pelas dicas na minha banca de qualificação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa e aos seus docentes pelos momentos valiosos de aprendizado e zelo para com seus estudantes aos quais me incluo. Aos servidores do Departamento de Letras nas figuras de Adriana e das funcionárias de serviços gerais que sempre foram gentis conosco, buscando nos atender da melhor forma.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, pela bolsa de pesquisa que me deu a possibilidade de sustento durante os meses finais do curso.

Ao grupo de pesquisa AFECTO pelos vários momentos de trocas e aprendizados e a todos os colegas nele envolvidos, especialmente Samuel e Samira, amigos com quem dividimos as angústias e as análises de nossas pesquisas.

À Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal de Viçosa, a APG UFV, o espaço de militância política que escolhi por acreditar na urgência em defender a Ciência e a Tecnologia, lutar por mais investimentos e direitos aos pós-graduandos.

À Associação Nacional de Pós-Graduandos, entidade na qual também defendi a bandeira da Ciência e Tecnologia e a todos os amigos e companheiros de luta que fiz,

especialmente Tamara Naiz, Vinícius Soares, Flavia Calé e aos demais não nomeados, mas que têm uma importância ímpar nas bandeiras que defendi no meu período como pós-graduanda.

Ao Partido Comunista do Brasil, minha escola de luta e da vida. Por meio dos ideais socialistas e da luta incessante por um país melhor e mais justo, defendi minhas ideias nesta pesquisa, assim como cotidianamente, pois ser comunista é uma opção cotidiana. Deixo um agradecimento especial à camarada, amiga e, por vezes, minha mãe da militância, Fátima Viana, pela torcida, pelos conselhos, puxões de orelha, apoio estrutural e pela sua presença na minha trajetória.

Aos amigos-irmãos que a vida me deu, especialmente, meu irmão Ericleiton pelo apoio e por sentir orgulho da minha luta e da minha caminhada, a Valdison, pela torcida e apoio fundamentais desde o início da minha trajetória ainda na UFRN, a Evandro, amigo que a especialização me deu, uma pessoa sempre presente nas minhas vitórias recentes e a Brenna Gabriela, uma amiga-irmã por quem tenho um apreço imenso.

A todos vocês, amigos todos, pessoas queridas, muito obrigada!

*"So this is how liberty dies...with thunderous applause".  
Senadora Padmé Amidala - Star Wars*

## RESUMO

SILVA, Marianna Ribeiro da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2020. **Uma análise discursivo-crítica da construção do *ethos* de Sérgio Moro na cobertura do evento #vazajato.** Orientadora: Maria Carmen Aires Gomes.

Desde o surgimento da Lava Jato em 2014, operação policial que denunciou crimes de corrupção na estatal Petrobras cometidos por agentes públicos, as instituições brasileiras vivem uma crise de representatividade, especialmente o Poder Judiciário. Uma das contribuições para este fenômeno se dá através de Sérgio Fernando Moro, ex-juiz federal e responsável pelo julgamento dos crimes da operação que obteve destaque em virtude de sua atuação excêntrica como o uso do *lawfare*, o uso do Direito para fins políticos. Em 2019, uma série de reportagens da midiativista The Intercept Brasil publicizou mensagens trocadas entre o ex-juiz e o Procurador Federal e responsável pela acusação dos investigados, Deltan Dallagnol. Obtidas através de *hackeamento*, as mensagens apresentam comportamentos estranhos ao Direito como o acerto de sentenças e a intenção clara em condenar acusados, sem que a prova do crime constasse nos autos processuais. Com base nesse contexto, esta dissertação discute a construção do *ethos* do ex-juiz da Lava Jato em reportagens veiculadas nas mídias de referência e ativista, ao se defender das acusações de corromper os princípios da magistratura. Para isso, parte-se da noção de *ethos* desenvolvido por Norman Fairclough (2016 [1992]) concebido como a formação do 'eu' no discurso que é produtor de identidades e estabelece relações ideológicas de poder. Por meio dos estudos do Discurso Político (GASTIL, 1992; BAYLEY, 2008; FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012; BOCHETT et al., 2017), pretende-se investigar quais *ethos* Sérgio Moro mobiliza em seu discurso, na condição de suspeito de se contrapor às legislações vigentes, considerando sua atuação como agente político. Ao enquadrar este estudo na Análise de Discurso Crítica, pretende-se explorar o corpus constituído por 16 reportagens sendo cinco da Folha de São Paulo e também da Revista Veja e seis do The Intercept Brasil e, assim, metodologicamente, a partir do modelo tridimensional da Teoria Social do Discurso, analisar as escolhas lexicais, bem como a transitividade, por meio da descrição linguística; a produção, distribuição e consumo desses discursos interpretando de que forma eles se apresentam à sociedade através da intertextualidade manifesta, e, por fim, partindo da hipótese de que o ex-juiz exerce o papel de



político na construção de suas defesas, deve-se analisar sua performance abordando aspectos ideológicos bem como a constituição das relações de poder. Ao final, conclui-se que o ex-juiz construiu o *ethos* de autoridade superior e de legalista para demonstrar superioridade bem como reforçar as características de uma pessoa idônea, construiu sua imagem como a de alguém que respeita e cumpre as leis com rigorosidade e, por fim, procurou demonstrar ser um indivíduo que busca manter-se distante e, portanto, isento de qualquer comportamento afrontoso às leis, ainda que as mensagens expressem o contrário.

**Palavras-chave:** Ethos. Sérgio Moro. Teoria Social do Discurso. Discurso Político.

## ABSTRACT

SILVA, Marianna Ribeiro da, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2020. **A discursive-critical analysis of the construction of Sérgio Moro's ethos in the coverage of the #vazajato event.** Adviser: Maria Carmen Aires Gomes.

Since the emergence of Lava Jato in 2014, police operation that has denounced state-owned Petrobrás' corruption crime committed by state agents, the Brazilian institutions live a crisis of representation, specially judicial power. One of the contributions for this phenomenon come through Sérgio Fernando Moro, former federal judge and responsible by the judgment of operation's crimes that got outstanding in virtue of his eccentric acting as the use of *lawfare*, the use of justice for political purpose. In 2019, a series of reports from media activist The Intercept Brazil publicized messages exchanged between former judge and the federal prosecutor responsible by the indictment of investigated, Deltan Dalagnol. Obtained through *hacking*, the messages show strange behaviors for Law as the combination of judgment and the clear intention of convict accused, without the proof of crime was included in the case file. Based at this context, this dissertation discuss the construction of *ethos* of former judge of Lava Jato in reports published at reference mídias and activist, defending himself against accusations of corrupting the principles of judiciary. For this, it starts from the notion of *Ethos* developed by Norman Fairclough (2016 [1992]) generated as the formation of "myself" in the discourse that produces identities and establishes ideological power relations. By studies about political discourses (GASTIL, 1992; BAYLEY, 2008; FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012; BOCHETT et al., 2017), it intends investigate what *Ethos* Sérgio Moro mobilizes in his speech, as a suspect of opposing the current legislation, considering his role as a political agent. By framing this study in Critical Discourse Analysis, it intends explore the *corpus* constituted by 16 reports being five from Folha de São Paulo and also from Veja Magazine and six from Intercept Brazil and, so, methodologically, from the three-dimensional model, analyze lexical choices, as well as transitivity, through linguistic description; the production, distribution and consume of this discourses interpreting in what way they present themselves to society through the manifest intertextuality, and, finally, start from the hypothesis that the former judge plays the role of politician in the construction of his defenses, his performance must be analyzed approaching ideological aspects as well as the

constituition of power relations. At the final, it is concluded that the former judge constructed the *Ethos* of superior authority, of legalistic and of exempt to demonstrate superiority as well as to reinforce the caracteristics of a reputable person, conctructed his image as someone that respect and comply with the laws with rigor and, finally, he sought to demonstrate that he is na individual who seeks to remain distant and therefore, exempt from any behavior that is affront to the laws, even if the messages express the opposite.

**Keywords:** Ethos. Sérgio Moro. Social Theory of Discourse. Political speech.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Entrega do prêmio ‘Brasileiros do ano 2016’ da Revista Isto É .....	<a href="#">21</a>
Figura 2 – Recorrência do Marcador de Polaridade ‘Não’ .....	<a href="#">72</a>
Figura 3 – Printscreen da seção Carta ao Leitor da Revista Veja .....	<a href="#">78</a>
Quadro 1 – Operacionalização das funções a partir de Halliday (1991) .....	<a href="#">32</a>
Quadro 2 – Concepção Tridimensional do Discurso .....	<a href="#">33</a>
Quadro 3 – Modelo Tridimensional de análise .....	<a href="#">55</a>
Quadro 4 – Marcador de polaridade na construção do <i>ethos</i> .....	<a href="#">21</a>

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Dimensões da análise dos corpora através do modelo tridimensional .....	<a href="#">59</a>
--	--------------------

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

PF – Polícia Federal

MPF – Ministério Público Federal

PT – Partido dos Trabalhadores

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

TRF – Tribunal Regional Federal

ADC – Análise de Discurso Crítica

TSD – Teoria Social do Discurso

LSF – Linguística Sistêmico Funcional

ADTO – Análise de Discurso Textualmente Orientada

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>16</b>
Sérgio Moro, Vaza Jato e a Ética .....	18
Práticas Midiáticas e a Vaza Jato .....	23
<b>1 TEORIA SOCIAL DO DISCURSO .....</b>	<b>27</b>
1.1 Discurso como tridimensionalidade .....	31
1.2 Dimensão do Texto .....	34
1.3 Prática Discursiva .....	35
1.4 Prática Social .....	37
<b>2 ETHOS NA TEORIA SOCIAL DO DISCURSO.....</b>	<b>41</b>
<b>3 DISCURSO POLÍTICO .....</b>	<b>46</b>
3.1 Análise do Discurso Político .....	48
3.2 Definição do modelo de Análise do Discurso Político .....	52
<b>4 PERCURSOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>56</b>
4.1 Corpus: Seleção e Sistematização .....	57
4.2 Percorso da Análise .....	59
4.3 Categorias Analíticas.....	59
4.4 Discurso como Texto, Prática Discursiva e Prática Social – o <i>ethos</i> na formação do discurso político.....	61
4.4.1 Interdiscurso .....	62
4.4.2 Intertextualidade .....	62
4.4.3 Ideologia .....	62
4.4.4 Hegemonia.....	63
<b>5 A AUTORIDADE SUPERIOR NO <i>ETHOS</i> DE SÉRGIO MORO: O EVENTO #VAZAJATO E A CREDIBILIDADE DA MÍDIA ‘THE INTERCEPT BRASIL’ .....</b>	<b>64</b>
Introdução.....	65
5.1 Sensacionalismo .....	67
5.2 Autenticidade.....	71
5.3 Mensagens Vazias .....	76
5.4 Sérgio Moro e a autoridade desautorizada .....	79
5.5 Autoridade, Poder e Democracia.....	81
Conclusão .....	82
Referências .....	83
<b>6 JUIZ MORO: PARCIAL OU IMPARCIAL? A CONSTRUÇÃO DO <i>ETHOS</i> DE LEGALISTA NA COBERTURA MIDIÁTICA DA #VAZAJATO .....</b>	<b>85</b>

Introdução .....	86
6.1 As marcas do legalismo no texto .....	87
6.2 A polarização política e o <i>ethos</i> de legalista .....	90
6.3 Consequências do legalismo e da polarização política na democracia participativa .....	92
Conclusão .....	94
Referências .....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS GERAIS .....</b>	<b>100</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>108</b>



## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

*Alguns textos conduzem a guerras ou à destruição de armas nucleares; outros levam pessoas a perder o emprego ou a obtê-lo; outros ainda modificam as atitudes, as crenças e as práticas das pessoas. (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 108)*

Discurso e Política estão indissolavelmente ligados. As práticas políticas exigem o uso de estruturas da linguagem e comportamentos linguísticos sendo a eles inerentes as relações de dominação e legitimação (FAIRCLOUGH, 2016 (1992); GASTIL, 1992). Aristóteles parte de uma formulação ontológica de que todo ser humano é social e a sociedade política – coletiva – é anterior ao indivíduo. As relações constituídas politicamente estão em todos os espaços, desde o convívio familiar, profissional, até nas decisões tomadas no parlamento ou no tribunal.

Definir a Política é fundamentar-se num processo deliberativo em contextos de incerteza, risco e desacordo como centrais para o fazer político. Trata-se de adotar condutas para controlar o Estado (WEBER, 1967) por meio da governança através do poder (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012). O Discurso como prática social é inerente à ação política.

Em países como o Brasil, cuja democracia ainda é jovem, as articulações construídas no âmbito da política se dão, tradicionalmente, pelos interesses dos grupos elitizados da sociedade em detrimento dos do povo. A troca de favores e benefícios e as relações escusas revelam uma face promíscua do fazer político e colocam em xeque a ética idealizada pelo pensamento aristotélico.

A crise da ética na política e nas instituições brasileiras traz à tona, também, a crise de representatividade que afeta os poderes e a relação dos cidadãos com os agentes políticos. Neste sentido, soergue como central o discurso de combate à corrupção que, historicamente, se destaca pela voz da classe média.

Uma referência importante deste momento é a operação Lava Jato. Deflagrada no dia 17 de março de 2014 pela Polícia Federal, surge com o objetivo de apurar crimes de fraude em contratos de empreiteiras com a estatal petrolífera Petrobras S/A e lavagem de dinheiro envolvendo lideranças políticas dos principais partidos do país. Seu propósito inicial era o de

investigar Alberto Yousseff, doleiro conhecido no meio político por lavar dinheiro oriundo de movimentações ilícitas para seus clientes. Depois, com seu desenrolar, a força-tarefa liderada pela Procuradoria da República em conjunto com a 13ª Vara de Curitiba, especializada em crimes financeiros, ganha tal notoriedade com a ajuda dos veículos de imprensa a ponto de ultrapassar as barreiras do processo jurídico, consolidando-se como a maior referência no enfrentamento à corrupção.

Os dados do Ministério Público Federal<sup>1</sup> apontam para números como a realização de 70 operações, 119 denúncias apresentadas, 116 ações penais, 165 condenados em 1ª e 2ª instâncias, 4 bilhões de reais devolvidos aos cofres públicos e 14,3 bilhões previstos para serem devolvidos. A Lava Jato é considerada a maior operação policial envolvendo crimes de corrupção em toda história brasileira.

A força-tarefa ainda em atividade torna-se a expressão dos discursos da elite brasileira ressignificando as relações de classe (BOITO JUNIOR, 2018), personificando o enfrentamento às práticas corruptas na imagem de Sérgio Fernando Moro, juiz responsável pelos processos resultantes da operação e que atuou até o final de 2018. Sua saída da Lava Jato e da Justiça Federal se deve à posse como Ministro de Justiça e Segurança Pública. Deixa a carreira na magistratura e assume, de fato, a carreira política no governo ultradireitista de Jair Messias Bolsonaro. No cargo desde janeiro de 2019, teve seu nome associado a escândalos políticos (THOMPSON, 2002), dentre eles o que se destacou no cenário nacional por algum tempo: a Vaza Jato.

A Vaza Jato é o vazamento de mensagens de texto trocadas entre o ex-juiz Sérgio Moro e o procurador da República e responsável por liderar a acusação nos crimes investigados na Lava Jato, Deltan Dallagnol, de 2016 a 2018, obtidas por *hackeamento* da plataforma de interação *Telegram*<sup>2</sup>. Em junho de 2019, a divulgação de reportagens apresentando o conteúdo das mensagens foi feita pelo site de notícias The Intercept Brasil –

---

<sup>1</sup> Dados atualizados até julho de 2020. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/resultados>. Acesso em 18 jul. 2020.

<sup>2</sup> Telegram é um aplicativo gratuito de conversas instantâneas, cujo conteúdo fica armazenado em nuvem e que tem como foco a segurança e a velocidade das informações. Ele foi lançado em 2013 e hoje em dia conta com cerca de 200 milhões de usuários ativos por mês. Disponível em: <https://klickpages.com.br/blog/o-que-e-telegram/> Acesso em: 05 ago. 2020.

doravante TIB – e replicada em parceria com outros veículos de informação, como o jornal A Folha de São Paulo e a Revista Veja, ambos em meio digital. As duas práticas midiáticas que se conveniaram ao TIB compõem o jornalismo que, durante a atuação de Moro na Lava Jato, fortaleceram sua imagem como modelo de combate à corrupção, de reputação ilibada, ética e moralmente um modelo de cidadão.

Os vazamentos em questão tornam-se tema de debate da sociedade porque demonstram o viés político da operação policial visto que as duas principais autoridades do Poder Judiciário neste caso, o julgador e a acusação, combinavam sentenças, o comportamento dos demais procuradores em audiências, as estratégias da Procuradoria para acusar os réus, entre outros elementos (MILEK; RIBEIRO, 2020). O juiz que orienta quaisquer uma das partes de maneira unilateral ataca preceitos democráticos balizados pela Constituição Federal (1988) e a Lei Orgânica da Magistratura (1979). Além disso, no caso de Moro, expõe um posicionamento, a escolha de um lado cujo objetivo central era o de manter em reclusão a principal liderança do campo social progressista no país, o ex-presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, fato ratificado nas mensagens reveladas.

### **Sérgio Moro, Vaza Jato e a Ética**

Sérgio Fernando Moro, nascido em 1º de agosto de 1972, é natural de Maringá, no estado do Paraná. Formou-se em Direito pela Universidade Estadual de Maringá onde alcançou suas primeiras colocações, ainda na condição de estagiário, por indicação de Neumar Adélio Godoy, ex-reitor da UEM e amigo da família de Moro cuja tradição se firma pela atuação no Direito. Entre 1996 e 2008, lecionou na Universidade Federal do Paraná como professor adjunto, onde também realizou pesquisas de mestrado e doutorado. Casou-se em 1999 com Rosângela Maria Wolff de Quadros, advogada e também, prima do ex-governador paranaense do Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, Beto Richa. Em 1996, Moro iniciou sua carreira na magistratura atuando até sua exoneração em dezembro de 2018. (OLIVEIRA, 2018)

Em sua trajetória como pesquisador da área do Direito, o ex-juiz da Lava Jato defendeu, na sua tese de Doutorado pela UFPR (2002), a jurisdição constitucional como democracia, um dispositivo jurídico que confere aos profissionais do Direito, ou seja, pessoas

que não são eleitas para seus cargos, mas sim nomeados mediante aprovação em concurso público, o poder de formular políticas públicas e, até mesmo, de impedir as instituições vigentes pela via democrática como o Parlamento ou o Poder Executivo de implementar leis. Sua inspiração é na inédita experiência estadunidense, uma cultura que transforma “toda questão política em uma questão jurídica, para o bem e para o mal” (MORO, 2002, p. 4).

O que chama atenção na pesquisa é a intenção, quando a Lava Jato não era nem embrião, de fazer do Poder Judiciário brasileiro uma instituição que recorra a subterfúgios para se tornar popular, como se sua prática dependesse da aprovação do povo. Ocorre que, diferente dos Estados Unidos da América, onde, a depender do estado, o juiz pode ser eleito, indicado pelo governador ou pelo Poder Legislativo (REIS, 2012), no Brasil, a carreira da magistratura é mais estável não se aplicando a necessidade de popularizar tal função, nem mesmo de campanha política para a manutenção do magistrado no cargo.

A reafirmação da necessidade de colocar o juiz no holofote da mídia, tal como se deu com a Lava Jato, se funda, principalmente, nos estudos sobre a operação da polícia italiana *Mani Pulite* ocorrida no início dos anos 1990 que investigou licitações irregulares, fraudes em contratos de obras públicas e pagamento de propinas envolvendo empreiteiras e o *establishment* político do país (MORO, 2004). Todavia, a operação brasileira, diferente da italiana, é questionada por muitos juristas por utilizar elementos estranhos ao Direito e, até mesmo, antiéticos, configurando o rompimento com os preceitos democráticos e a quebra da isenção no processo penal, com destaque para os vazamentos ilegais de conversa privada entre a ex-presidenta Dilma Rousseff, à época com foro privilegiado, e o ex-presidente Lula, alvo de investigação da operação (LARA, 2020).

A atuação de Sérgio Moro como magistrado é objeto de questionamento por órgãos superiores à 1ª instância, onde o ex-juiz atuava desde antes da deflagração da Lava Jato. Em 2013, o Superior Tribunal Federal proferiu decisão no *Habeas Corpus* de Suspeição de Juiz nº 95518 PR que traça o perfil do magistrado a frente do Caso Banestado<sup>3</sup> destacando que

---

<sup>3</sup> BRASIL. MPF. Caso BANESTADO. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-lava-jato/atuacao-na-1a-instancia/investigacao/relacao-com-o-caso-banestado> Acesso em: 27 jul 2019.

atua com inequívoco desserviço e desrespeito ao sistema jurisdicional e ao Estado de Direito o juiz que se irroga de autoridade ímpar, absolutista, acima da própria Justiça, conduzindo o processo ao seu livre arbítrio, bradando sua independência funcional.<sup>4</sup>

A imagem do juiz onipotente, bem como delinea o Ministro Gilmar Mendes no HC, torna-se, ao longo da Lava Jato, a principal estratégia de Sérgio Moro para garantir maior publicidade à operação, deslegitimar a classe política – na ocasião, o campo ligado ao Partido dos Trabalhadores – e pressionar os suspeitos através do dispositivo jurídico denominado Acordo de Leniência<sup>5</sup> popularmente conhecido como delação premiada, aquela em que o acusado entrega informações e outros envolvidos a fim de diminuir sua pena.

Para tais feitos, a amplitude que a Lava Jato exerce na mídia de referência<sup>6</sup> do país possibilita a construção de narrativas em torno da urgência de um herói para acabar com o maior problema existente: a corrupção; possibilita também a legitimação dos atos do juiz (PRADO JÚNIOR, 2019). Contudo, não é Moro quem inaugura a figura do herói no judiciário brasileiro. De 2005 a 2012, o ex-ministro do STF, Joaquim Barbosa, relatava o julgamento da Ação Penal 470 conhecida como Escândalo do Mensalão, uma rede de valores repassados aos parlamentares do Congresso Nacional para que votassem favoráveis às pautas do governo federal. Na ocasião, o primeiro caso emblemático de corrupção envolvendo partidos de esquerda, em especial, o PT, ganha fama e o ex-ministro passa ao patamar de herói da sociedade (COSTA, 2013).

A heroificação de Sérgio Moro ganha nova roupagem porque junto dele há, também, toda a equipe da força-tarefa composta pelos procuradores, tal como uma Liga da Justiça<sup>7</sup> tupiniquim, mas há, principalmente, a proximidade com o campo político ligado à direita. Segundo Prado Junior (2019, p. 21), “o herói Moro sai do mundo da justiça para a terra

---

<sup>4</sup> (STF - HC: 95518 PR, Relator: Min. EROS GRAU, Data de Julgamento: 28/05/2013, Segunda Turma, Data de Publicação: ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-054 DIVULG 18-03-2014 PUBLIC 19-03-2014)

<sup>5</sup> Segundo o Ministério Público Federal, trata-se de um acordo realizado entre os procuradores atuantes numa investigação e os investigados para obtenção de informações sobre o funcionamento da atividade criminosa. O acusado em questão tem suas sanções penais abrandadas e retorna à atividade profissional executada antes da denúncia, mesmo que tenha sido por meio dela que as práticas ilícitas tenham ocorrido. (LARA, 2020)

<sup>6</sup> Mídia de referência é aquela que influencia direta ou indiretamente os comportamentos das pessoas. Também denominada de grande mídia, é composta de grandes veículos tradicionais de comunicação. RUGGIERI, A.L. A estrutura do poder da mídia na contemporaneidade: uma análise triádica do dispositivo midiático. **Temática**. v. 13, n. 11 (2017) (p. 18-32). Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/37249> Acesso em 13 ago. 2019.

<sup>7</sup> Criado pela DC Comics, a série de Histórias em Quadrinhos da Liga da Justiça conta a história do grupo de super-heróis 33 formados por Superman, Batman, Mulher Maravilha, Aquaman, The Flash e tantos outros reunidos para derrotar todo mal do mundo. Disponível em: <https://www.dccomics.com/blog/2018/06/06/justice-league-new-justice> . Acesso em: 21 ago. 2020.

estranha da política, onde precisa se ambientar e vencer os diversos desafios e provações”. Sua proximidade com políticos torna-se evidente quando, ainda como juiz, é visto em eventos públicos com investigados da operação filiados a partidos de direita demonstrando certo grau de amizade.

Na entrega da premiação de personalidades do ano de 2016, promovida pela Revista Isto É, Sérgio Moro e o então senador Aécio Neves, do PSDB de Minas Gerais<sup>8</sup> são fotografados em conversa amistosa (FIGURA 1). Vale ressaltar que à época Aécio Neves era um dos investigados pela Operação Lava Jato.

FIGURA 1: ENTREGA DO PRÊMIO ‘BRASILEIROS DO ANO 2016’ DA REVISTA ISTO É



Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/12/07/viu-esta-foto-entenda-o-que-esta-por-tras-da-polemica-despertada-por-ela.htm>. Acesso em 07 ago. 2020.

Em torno disso, é necessário trazer para a discussão proposta nesta dissertação um valor moral fundamental para as práticas do campo político e jurídico: a ética. O princípio aristotélico afirma que ao *ethos*, fundamento do conceito de ética, cabe a credibilidade, a eficiência e a própria ética ao proferir um discurso e construir argumentos. Enquanto o político, na visão aristotélica deve ser virtuoso, justo e sábio, a justiça – e quem nela atua – deve visar o bem do próximo, pois isso é ser ético, ser justo é ser correto. Por outro lado, ser injusto é ser ilegal (ANTUNES, 2011).

Em estudos sobre o discurso político na mídia, a noção de *ethos* é amplamente difundida. Lima (2018, p. 14) traz a perspectiva da retórica destacando que “o locutor constrói uma imagem de si para seus interlocutores”, ou seja, por meio do tom de voz e das

<sup>8</sup> Hoje réu, na época do encontro com Sérgio Moro, o ex-senador Aécio Neves era investigado por corrupção passiva. Ele pediu propina aos proprietários da empresa J&F, Wesley e Joesley Batista, no valor de R\$2.000.000,00. Ainda é acusado também de obstrução à operação Lava Jato. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/07/05/aecio-neves-vira-reu-na-justica-federal-de-sp-por-corrupcao-e-tentativa-de-obstrucao-a-lava-jato.ghtml> Acesso em: 21 ago. 2020.

expressões, é possível traçar um perfil de quem produz o discurso. Sousa e Soares (2019) afirmam ser tal conceito um meio para revelar a personalidade do enunciador, enquanto Bezerra et al (2020) destacam o *ethos* como uma estratégia de convencimento do auditório.

Entretanto, a proposta a ser defendida, pautada nos fundamentos da Análise de Discurso Crítica de linha anglo-saxã, compreenderá o *ethos* como categoria que constitui o ‘eu’ no discurso por meio da noção de identidade, sob o aprofundamento elaborado por Norman Fairclough que discute a função da identidade na linguagem para compreender as relações poder “reproduzidas e modificadas” na sociedade (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 218). Nesta linha, Bento (2013, p. 273), que estuda o conceito de Identidade em ADC, destaca ser o *ethos* uma “manifestação mais abrangente que a estrita esfera discursiva” porque leva em conta a dimensão da *hélix* corporal desenvolvida por Bourdieu (1989).

Todas as mensagens que vieram a público no evento Vaza Jato demonstram o rompimento do juiz com a ética jurídica. Primeiro, o uso do *lawfare*, um dispositivo criado para que os agentes da Justiça manipulem a interpretação das leis e do processo jurídico, a fim de perseguir determinado adversário político (BEGOSSI, 2019). Depois, a proximidade de Sérgio Moro com o campo derrotado nas eleições de 2014<sup>9</sup> somada às admissões parciais de denúncias no âmbito da Lava Jato, como ocorrido quando de uma determinada orientação do juiz para com o procurador sobre denúncia envolvendo o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso, filiado ao PSDB. Na ocasião, a investigação concluiu que os crimes de contratos superfaturados e caixa 2 na Petrobras não teriam começado na gestão petista e o governo de FHC teria utilizado tal mecanismo também. Para frear o indiciamento do peessedebista, Moro responde Dallagnol com a seguinte frase: “Acho questionável pois melindra alguém cujo apoio é importante”.<sup>10</sup>

A suspeição do ex-magistrado deveria ser ponto pacífico na Justiça brasileira o que possibilitaria novos julgamentos justos com aplicação de penas também justas e tratamento igual a todos os envolvidos, denunciados e investigados. Segundo Streck (2020), há, pelo

---

<sup>9</sup>As eleições presidenciais de 2014 foram marcadas pela polarização política. Ocorreu após as manifestações de 2013, quando o Brasil se viu em meio a um estado de convulsão social. De um lado estava Dilma Rousseff do PT e do outro, Aécio Neves do PSDB. Apoiando a candidata petista estava a parcela que desejava a continuidade do projeto de distribuição de renda e poder de compra para as classes menos favorecidas economicamente. Com o candidato de direita, a classe média que crescera em detrimento das políticas do governo petista, mas que se opunha ao alargamento de sua classe. (EZEQUIEL, 2016)

<sup>10</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/18/lava-jato-fingiu-investigar-fhc- apenas-para-criar-percepcao-publica-de-imparcialidade-mas-moro-repreendeu-melindra-alguem-cujo-apoio-e-importante/> Acesso em 21 ago. 2020.

menos, cinco questões que deveriam ser base para questionar a ética jurídica corrompida nos processos da Lava Jato. Trata-se da promíscua relação entre juiz e acusação, a violação do processo jurídico, o ludibriar a defesa dos acusados que, deliberadamente, não sabia que havia combinados das táticas de acusação com o juiz, a violação dos princípios acusatório e de imparcialidade, fundamentais para julgamentos justos e, por fim, o fato de Moro não ter negado nenhum dos diálogos vazados e publicizados pelo The Intercept Brasil.

Em suma, até este ponto, a dissertação se justifica para compreender o discurso político constituído através da imagem discursiva de Sérgio Moro ao esclarecer as mensagens trocadas entre ele e o procurador Deltan Dallagnol. Durante todo o período de atuação na Lava Jato, o ex-juiz utiliza o discurso político, ainda que velado pelo lugar que ocupava. Quando inquirido sobre a Vaza Jato, tanto pela imprensa como pelo Poder Legislativo, utiliza-se do Discurso Político, seja como forma de argumentar perante ao auditório de que não havia nada de errado em sua postura, seja para manter a figura do homem-bom, uma análise produzida por Ponsoni e Firminiano (2018) que perfilam o *ethos* de Sérgio Moro tal qual a imagem da elite colonial brasileira: homem, branco, católico, casado, possuidor de propriedades, em plena atividade intelectual, influente entre seus pares e com autoridade e legitimidade para ocupar cargos no exercício do poder pelas condições que lhe caracterizam.

### **Práticas Midiáticas e a Vaza Jato**

Na história contemporânea brasileira, o contexto sociopolítico é marcado pela cobertura midiática dos eventos. Trata-se, especialmente, da mídia corporativa formada por poucas empresas que monopolizam a comunicação no país. É um oligopólio que dirige a cena política à sua maneira (PEIXOTO; FERREIRA, 2012) (LIMA, 2004). Quem produz a notícia se ocupa em distribuir de forma a alcançar determinado público-alvo que consumirá o produto final. Tal conexão é atravessada por relações de poder nas quais o efeito do que se noticia possui consequências de valor ideológico (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]).

Com o advento da internet, para se contrapor ao jornalismo tradicional, o midiativismo ganha força. As redes sociais possibilitam que “grupos organizados de pessoas criem seus próprios relatos de acontecimentos” (FOLETTTO, 2018, p. 97) para construir uma disputa de narrativas com as mídias de referência. Hartmann et al (2016) apontam que as práticas



militantes dessa vertente do jornalismo desnudam a blindagem midiática que as grandes empresas de comunicação utilizam em prol de interesses políticos e econômicos.

A idealização da Lava Jato pelos veículos da mídia tradicional construiu a imagem de Sérgio Moro como “um cidadão íntegro e correto que alinhou o seu discurso democrático, anticorrupção e, supostamente, apartidário, com a voz das elites descontentes com o Partido dos Trabalhadores (PT) e a forma de fazer política do partido no governo brasileiro desde 2003” (CORRÊA, 2016, p. 42). A midiaticização da operação apontada por Ribeiro et al (2019) expõe uma prática jornalística capaz de influenciar a estrutura da sociedade e as relações de classe. Nesse sentido, o destaque recebido pela força-tarefa garantiu a adesão da população, possibilitando ao juiz e aos procuradores grande notoriedade decorrente do discurso anticorrupção e de negação da política (PAIVA et al, 2017).

Quanto à Vaza Jato, Ferreira et al (2019) observam que a midiaticista pauta a mídia de referência num caminho inverso. Por outro lado, esse evento não obtém a mesma ênfase que a Lava Jato nos veículos tradicionais. Segundo Souza (2019), há um silenciamento do discurso de exposição da corrupção do Judiciário.

Esta dissertação se justifica também para compreender se o *ethos* que Sérgio Moro construiu durante o período da Lava Jato se manteve na Vaza Jato. Além disso, espera-se compreender como o discurso direto reproduzido pelas mídias de referência e midiaticista mantém a abordagem discursivo-ideológica exposta quando Moro ocupava o lugar de juiz.

Para tanto, a série de nove reportagens denominada “As mensagens secretas da Lava Jato” produzida pela agência de notícias The Intercept Brasil compõem o *corpus*. O TIB, criado em 2014 com o objetivo de investigar “poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo”<sup>11</sup>, surge após o período de convulsão social no qual o Brasil viveu, durante as manifestações de junho de 2013, quando a midiaticista passa a disputar a narrativa jornalística.

Em parceria com o TIB, seis reportagens publicadas pela Folha de São Paulo, a partir de 23 de junho até 30 de julho de 2019, na coluna Poder, também compõem o *corpus*. No intento de mostrar uma cobertura imparcial do evento em questão, dada a contribuição do

---

<sup>11</sup> Sobre o The Intercept Brasil. Disponível em: <https://theintercept.com/brasil/staff/>. Acesso em 25 ago. 2020.

jornal para fortalecer a representação de Moro como herói do combate à corrupção tanto é que seu instituto de pesquisas eleitorais, o *DataFolha*, chegou a incluir o nome do ex-juiz como candidato a presidente da República nas pesquisas de intenção de voto para as eleições de 2018 (OLIVEIRA; PAIVA, 2018), a Folha foi a fundo na pauta em questão, inclusive fazendo parceria com o colunista de política Reinaldo Azevedo, conhecido tanto por ter posições políticas alinhadas ao neoliberalismo como por sua práxis jornalística utilizar-se do sensacionalismo. Nessa cobertura, ele foi responsável por apurar a veracidade das mensagens e noticiar de forma crítica o andamento do evento político.

O *corpus* também é formado por onze reportagens divulgadas na seção criada para cobertura da Vaza Jato, denominada *Diálogos Vazados*, na Revista Veja, da editora Abril. Durante o auge da Lava Jato, a revista reforçou a narrativa do herói, como na Folha, a fim de se manter aliada aos grupos que objetivavam, pela via do discurso anticorrupção, retirar o PT da cena política. Destaca-se que a revista adota uma postura crítica com relação ao ex-juiz, entretanto, sai em defesa da Lava Jato e do Estado democrático de Direito (VEJA, 2019).

Pretende-se, ao fim, responder às seguintes questões: **A quais elementos linguístico-discursivos Sérgio Moro recorre ao construir seu *ethos* no discurso de esclarecimento à sociedade sobre as mensagens trocadas entre ele e o procurador federal Deltan Dallagnol, durante sua passagem à frente da Lava Jato? Quais discursos o ex-juiz mobiliza para se contrapor à veracidade, à legalidade e à ética no conteúdo das mensagens vazadas? Através do Discurso Político, como Sérgio Moro reforça a ética e a moralidade na constituição de suas ações?**

Para tanto, esta dissertação está organizada em cinco seções. A primeira é uma parte de contextualização do problema de pesquisa, a segunda, dividida em três capítulos, traz os fundamentos da Teoria Social do Discurso, a noção de Ethos na TSD e a teoria da Análise do Discurso Político. A terceira trata dos percursos metodológicos nos quais detalham-se os procedimentos de análise do *corpus*. A quarta parte, separada em três artigos, é dedicada à análise dos dados e a discussão social que se pretende realizar. Por fim, na última seção, dedicada às Considerações Finais, reflete-se sobre como o evento político Vaza Jato impacta na incoerência do discurso anticorrupção, amplamente difundido durante a atuação de Moro na Lava Jato, especialmente entre a elite brasileira.

As problematizações trazidas até aqui embasam a pesquisa cujo objetivo central é o de analisar, nas práticas midiáticas particulares, quais sejam: The Intercept Brasil, Revista Veja e Folha de São Paulo, como o ex-juiz Sérgio Moro justifica as mensagens vazadas no evento Vaza Jato. Esta investigação será sustentada pelo arcabouço da Teoria Social do Discurso, atentando-se, especificamente, à categoria de *ethos* como estratégia para a elaboração do Discurso Político, uma perspectiva concebida na Análise do Discurso Político.

Acrescentam-se, também, três objetivos específicos que direcionarão a proposta de pesquisa, quais sejam:

1. Descrever, através da análise de textos, os elementos linguístico-discursivos recorrentes destacados pela carga semântica no processo de construção do *ethos*.
2. Interpretar, por meio da intertextualidade manifesta, como as relações de poder são produzidas, a partir do Discurso do Político nas práticas midiáticas particulares.
3. Explanar criticamente quais aspectos ideológicos permeiam o discurso de Sérgio Moro ao justificar as mensagens, observando como são mobilizados linguisticamente aspectos hegemônicos, quais se perpetuam e quais se apagam no Discurso Político.

## 1 TEORIA SOCIAL DO DISCURSO

A Teoria Social do Discurso tem como base os Estudos Críticos cujo nascimento data da década de 1920, na Alemanha, com a fundação da conhecida Escola de Frankfurt. Por ela, passaram pesquisadores como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin e Jürgen Habermas, este último, como precursor do pensamento crítico a partir da virada pragmática, na década de 1960. Uma de suas principais contribuições trata sobre o conceito de democracia deliberativa que o autor descreve como as transformações existentes no Estado moderno, especialmente acerca de cidadania, opinião pública, deliberação, legalidade e legitimidade da esfera pública. O filósofo crítico compreende a necessidade de modificar as estruturas dentro da modernidade tardia com base no multiculturalismo e na globalização (HABERMAS, 1997).

A partir das posições adotadas por Habermas, o pensamento crítico passa a ter uma nova linha de formulação, pois ele parte da comunicação como elemento propagador do conhecimento. Sua preocupação se dá, não apenas no valor de verdade do discurso teórico, mas nos aspectos subjetivos trazidos por ele e os entes envolvidos no processo de comunicação, atendendo às condições pragmáticas do discurso concebendo, portanto, o consenso argumentado (RIBEIRO, 2017).

Na mesma época, em meio à efervescência política vivida na França, surgem as primeiras formulações acerca da Análise do Discurso, a partir de Michel Pêcheux. Filósofo por formação e apaixonado por máquinas, instrumentos, técnicas e ferramentas, concebe sua Análise Automática do Discurso, epistemologicamente centrada em três áreas do conhecimento científico: o Materialismo Histórico com foco para a ideologia; a Linguística, centrando-se nos aspectos sintáticos e da enunciação; e a Teoria do Discurso, partindo da “teoria de determinação histórica dos processos semânticos” (ORLANDI, 1996, p. 108).

Michel Foucault, no mesmo período, inicia suas pesquisas sobre o discurso aliado à questão do poder e da sociedade. Em sua tese, as instituições como igreja, família, escola etc. agem de forma a coagir os sujeitos através do poder a elas instituído. Estes sujeitos, por sua vez, carregam corpos docilizados, ou seja, domesticados para agir mediante os dogmas impostos por meio de uma relação assimétrica de poder. Acerca dos estudos sobre o poder, um verdadeiro divisor de águas nos estudos sobre o discurso, Gomes (2013) pontua:

Trata-se de um fenômeno vivo, descentrado, impossível de localizar, distinto em uma racionalidade disciplinar técnica, calculada, tanto ínfima, quanto infinitamente, descrita como a *anatomia política do detalhe*. Não constitui relações unívocas, mas está disperso em inúmeros pontos de luta, focos de tensão e instabilidade, caracterizando uma *microfísica do poder* (GOMES, 2013, p. 212).

Ao eleger o poder como objeto de estudo, Foucault depreende a difusão dele pelo discurso e, para isso, cria um sistema de dispersão ou formas de repartição denominado Formações Discursivas nas quais estariam alocados “os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas” (FOUCAULT, 2002, p. 43), ou seja, tudo que engloba o discurso.

Os estudos foucaultianos influenciaram toda a geração de analistas do discurso, em especial, os da linha crítica. Destaca-se então a Análise de Discurso Crítica inaugurada no início dos anos 1990, num congresso realizado na Holanda com a presença dos principais expoentes dos estudos críticos da Linguagem, especialmente, Norman Fairclough, professor emérito da Universidade de Lancaster, no Reino Unido e fundador da Teoria Social do Discurso, uma iniciativa teórica apresentada em *Language and Power* (1989) e aperfeiçoada em *Discourse and Social Change* (1992).

Na primeira publicação, o linguista define linguagem como prática social, determinada pelas estruturas sociais, envolvida no poder e pelas lutas de poder, a partir de suas propriedades ideológicas. A partir disso, entenderá que o discurso é formado a partir das classes na sociedade capitalista e ele será formado por ordens do discurso e dialéticas de estruturas e práticas. É preciso fazer uma observação sobre este primeiro trabalho que remete ainda ao que é chamado de Estudos Críticos da Linguagem e tem como objetivo realizar pesquisas a partir da análise da conversa, uma linha de estudos etnometodológicos que visa, com base numa abordagem interpretativa da sociologia, focalizar a “vida cotidiana como feito dependente de habilidades e métodos que as pessoas usam para produzi-la” (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 38; 1989).

Tal abordagem teórico-metodológica, baseada na Sociolinguística, mostrou-se insuficiente pelo fato de haver vestígios extralinguísticos impossíveis de interpretar e o processo de expansão do discurso não sugerir demonstrar os elementos de primeiro e segundo plano do discurso (FAIRCLOUGH, 1989; 2016 [1992]) (MAGALHÃES, 2005).

Ao considerar o discurso como prática social, Fairclough (2016 [1992]) propõe analisar as relações de poder e hegemonia projetadas dialeticamente entre discurso e sociedade através da linguagem concebida como um modo de ação constitutivo de identidades sociais, relações

sociais e sistemas de conhecimento e crença.

Para o empreendimento da Teoria Social do Discurso, a concepção de discurso formulada por Michel Foucault foi importante para construir as relações de “discurso e poder, construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso na mudança social” (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 64). A visão constitutiva do discurso e a interdependência das práticas discursivas da sociedade são dois elementos incorporados à TSD e operacionalizados metodologicamente na Análise de Discurso Textualmente Orientada, a ADTO, proposta por Fairclough (2016 [1992]). A primeira retoma a noção de discurso como constituinte dos objetos do conhecimento, dos sujeitos e das instituições construindo as relações sociais. A segunda trata das propriedades pertinentes à intertextualidade e à interdiscursividade como parte da prática discursiva.

As formações discursivas, ou seja, as “regras de formação para o conjunto particular de enunciados” (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 67) dizem respeito ao estabelecimento de normas para a constituição do conjunto de saberes ou tipos de atividade discursiva na qual as relações sociais são situadas e os sujeitos são postos em relações de assimetria e também compõem a TSD. Com base nisso, é preciso compreender a função das ordens do discurso, ou seja, “a totalidade de discursos em uma sociedade ou instituição, à inter-relação entre as práticas sociais, às articulações e rearticulações entre elas” (MAGALHÃES, 2004, p. 116), quer dizer a reunião de práticas discursivas de uma instituição da sociedade e a relação entre elas. Para ilustrar: num Fórum de Justiça, pertencente à ordem do discurso jurídico, as práticas particulares reconhecidas socialmente são o julgamento, a reunião, a acareação, o depoimento. Cada qual delas possui suas regras de funcionamento como quem pode falar e quem não pode, qual o grau de sigilo de cada prática, quem participa e quem não participa, ou seja, as formações discursivas e, por elas são construídos os eventos discursivos concebidos como “instâncias de uso da linguagem, analisada como texto, prática discursiva e prática social” (FAIRCLOUGH apud MAGALHÃES, 2001, p. 39) como o julgamento de um ex-presidente da República ou de réus de uma investigação conhecida através da mídia.

Resumindo tais informações a fim de conceituar a Teoria Social do Discurso, pode-se dizer que

A TSD se propõe a investigar os problemas emergentes da sociedade contemporânea através da esfera pública, por intermédio dos diálogos produzidos por ela. O primeiro pressuposto é constatar a linguagem em uso como prática social, o segundo é ressaltar que as transformações ocorridas no espaço e no tempo acarretam mudanças nos valores, nas crenças, instituições sociais e ordens do discurso de uma

sociedade. Figura-se como pesquisa crítica da mudança na vida social contemporânea, através da análise intertextual das ordens do discurso que se projetam, articulam-se e se transformam no curso das lutas hegemônicas de poder. O quadro que emerge nesse contexto é o de tensão, da dialética entre estrutura e ação social e da proliferação de linguagens e vozes. (GOMES, 2005, p. 157)

As relações de poder existentes no discurso são atravessadas por questões assimétricas que envolvem a ideologia e a hegemonia. As ideologias são tratadas como convenções particulares subjacentes ao poder e são um meio de legitimar as relações sociais existentes e as diferenças de poder através da recorrência de hábitos comuns e familiares de se comportar que normalizam tais relações a fim de sustentar hegemonias.

O poder nas sociedades capitalistas modernas é compreendido a partir da hegemonia, uma forma de controle sobre as práticas discursivas das instituições. Está ligada ao poder político da classe dominante tendo como controle as forças de repressão e a coerção social. Gomes (2013) afirma que

Hegemonia baseia-se em um processo de dominação velada ideologicamente, e, por isso, concedida, aceita, nunca imposta, cuja eficácia está na *naturalização* de formas particulares de representação social, identidades, e relações, construídas como *verdades tácitas*, por práticas discursivas e sociais, ao longo do tempo. Assim, onde os discursos mostram-se contraditórios, evidenciam-se focos de instabilidade, propícios entre a manutenção ou ao rompimento sobre as relações de poder (GOMES, 2013, p. 213).

É por meio de construções hegemônicas que as relações de poder são concretizadas, pois quando se coloca um discurso em sobreposição a outro, seja de uma mídia de referência sobre uma midiativista, do Poder Judiciário sobre o cidadão comum, dos políticos que ocupam espaços de poder sobre o eleitor, há uma luta hegemônica acontecendo. Se um programa de entretenimento por razões de cunho religioso ou político desagrade o poder dominante, este pode buscar meios de coerção para proibir a exibição, pois compreende-se que há um segmento da sociedade que dita regras de convivência, formula o certo e o errado.

O objetivo da TSD, por meio do modelo tridimensional de Análise de Discurso Crítica, é promover a mudança social através de eventos discursivos, ou seja, instâncias de uso da linguagem cuja análise se realiza como texto, prática discursiva e prática social, como também pelas ordens do discurso estabelecidas pelas instituições que hoje, segundo Gomes (2005, p. 158) “são as do consumo e da publicidade, da tecnologia e da burocracia”, ou seja, espaços em que o capitalismo utiliza para fortalecer ideologicamente seu poder e hegemonia.

## 1.1 Discurso como Tridimensionalidade

Compreender o discurso sob a perspectiva tridimensional é considerar a relação dialética entre discurso e sociedade com base num modelo que consiste a análise em três dimensões inter-relacionadas. O texto, na primeira, abarca a produção da parte escrita em si, trata-se da descrição linguística. A segunda é a prática discursiva analisada por meio da interpretação do evento social pela produção, distribuição e consumo do discurso. A terceira e última é a prática social que, por meio da explanação crítica, explora os aspectos ideológicos e hegemônicos do discurso.

Fairclough (2016 [1992]) considera a linguagem uma forma de prática social, e o discurso como “modo de ação” pois, através dele, as pessoas podem atuar sobre o mundo e sobre as demais pessoas. Para o autor, é também um “modo de representação” pois os discursos produzem sentidos distintos sobre a realidade. É através da relação dialética que o discurso tanto molda a estrutura social como é parcialmente moldado por ela, esta que é ao mesmo tempo condição e efeito da prática social, já que o discurso é socialmente constitutivo e constituinte, visto que está presente na formação de todas as dimensões das estruturas sociais que estabelecem normas e restringem as instituições sociais (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 91 e 92).

A Linguística Sistêmico-Funcional é a base linguística da Teoria Social do Discurso, mais especificamente quando tratamos da dimensão do texto no modelo tridimensional que seguiremos. Tal teoria foi fundada por M. A. K. Halliday (2004) e “aborda a linguagem como um sistema linguístico aberto, atentando para uma visão dialética que percebe os textos não só como estruturados no sistema, mas também potencialmente inovadores dele” (RAMALHO; RESENDE, 2014, p. 56).

Para Halliday (2004), este sistema é constituído por três tipos de funções diferentes, presentes nas macrofunções da linguagem: ideacional, interpessoal e textual. A primeira remete à representação da realidade construindo ideologias, ou seja, sistema de conhecimentos e crenças; a segunda, trata do estabelecimento das relações sociais e das identidades e a última se refere às maneiras como o texto é organizado a fim de indicar o propósito comunicativo (MELO, 2011). Na TSD, a proposta de Halliday é ressignificada conforme quadro abaixo:



QUADRO 1 – OPERACIONALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES A PARTIR DE HALLIDAY (1991)

LSF (Halliday, 1991)	ADC (Fairclough, 1992)
Função Ideacional	Função Ideacional
Função Interpessoal	Função Identitária
	Função Relacional
Função Textual	Função Textual

Fonte: Adaptado (RESENDE; RAMALHO, 2014, p. 61)

Para entendermos como Fairclough (2016 [1992]) operacionaliza a Linguística Sistêmico-Funcional em seu empreendimento da TSD, devemos nos ater a dois conceitos basilares em LSF: sistema e função. Assim, partimos da concepção de língua em Halliday (2004, p. 23) compreendendo-a como “um recurso para a produção de significados, e significado reside nos padrões sistêmicos de escolha”, ou seja, a teoria prioriza as escolhas feitas a partir do sistema linguístico.

Fairclough (2016 [1992]) reúne a função interpessoal da LSF em duas funções: Identitária e Relacional. A primeira diz respeito a como as identidades são construídas no discurso e a segunda trata como as relações sociais são representadas e negociadas. Tal mudança ocorre porque o autor compreende que há outra concepção de discurso, a que enfatiza a “constituição, reprodução, contestação e reprodução de identidades” (RESENDE, RAMALHO, 2014, p. 58). O linguista ainda reitera que as identidades devem ocupar espaço de privilégio nas discussões sobre o discurso já que é através delas que as relações de poder são balizadas.

Na Teoria Social do Discurso, as macrofunções da LSF são operacionalizadas para elaborar seu quadro tridimensional do discurso, no nível de análise textual. A TSD pretende estudar “textos e eventos em diversas práticas sociais propondo um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sócio-histórico” (MAGALHÃES, 2005, p. 3).

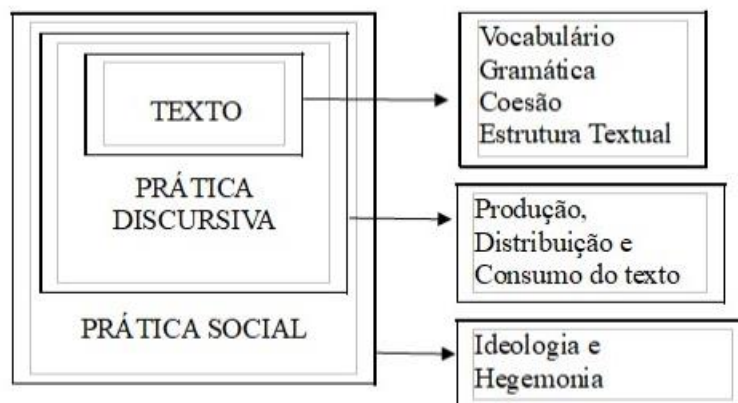
O conceito de discurso, amplamente estudado por Norman Fairclough, possui fases de concepção, à medida em que o autor compreende a necessidade de aprofundar-se na prática social. Na obra denominada *Discourse and Social Change* (1992), o modelo tridimensional é colocado como modo de ação e de representação situado historicamente que tanto é

constituído no aspecto social como é constitutivo das identidades sociais, relações sociais e ideologias. Em *Discourse in Late Modernity* (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), sua teoria é centrada na prática social e o discurso como um dos momentos da prática social articulado a outros momentos não-discursivos refletindo sobre mudanças sociais na modernidade tardia. Por fim, em *Analysing discourse: textual analysis for social research* (FAIRCLOUGH, 2003), uma continuação da obra de 1999, o autor depreende o discurso como um dos momentos da prática social e enfatiza que é necessário analisá-lo sob a perspectiva da ordem do discurso. Para o autor, a análise do texto não deve se concentrar num viés apenas linguístico, mas também interdiscursivo. Por isso, os textos são constituídos de discurso, gênero e estilo que se relacionam entre si. Assim, o Discurso age como significados, pois eles não só funcionam, mas significam a realidade. Assim, ele organiza a abordagem teórico-metodológica em Gênero (significado acional), Discursos (significado representacional) e Estilos (significado identificacional).

Nossa pesquisa se enquadra na primeira concepção apresentada, pois corroboramos com Gomes (2001) quanto ao entendimento de discurso como “as relações entre a linguagem em uso ou a palavra em movimento, a comunicação de crenças e valores e a interação com o contexto social” (2001, p. 121) e, da mesma forma que a autora, compreendemos a linguagem como produtora e reprodutora das relações sociais de poder e hegemonia por ela projetadas.

Assim, apresentamos a Teoria Social do Discurso, proposição defendida na obra *Discurso e Mudança Social*, traduzida no Brasil pela linguista Izabel Magalhães. Nele, Norman Fairclough apresenta seu modelo de análise composto por três dimensões: Texto, Prática Discursiva, Prática Social.

QUADRO 2 – CONCEPÇÃO TRIDIMENSIONAL DO DISCURSO



Fonte: Adaptado (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 105)

Gomes (2001) explica o Modelo Tridimensional a partir do Texto como atividade de descrição cuja base são as “manifestações linguísticas”, utilizando-se de categorias lexicais, sintáticas, fonológicas, semânticas através do estilo e tendo como início de sua formulação os conceitos de Halliday em sua Gramática Sistêmico Funcional. A linguista também relacionou a Interação, ou seja, a organização das relações sociais entre os sujeitos numa relação interpessoal através da interpretação, quer dizer, “atividade social particular” com base em conceitos como “hibridização ou rearticulação de gêneros discursivos”. Por fim, reuniu o Contexto como “dimensão da ação social” à contribuição dos gêneros discursivos para a formação das estruturas sociais (GOMES, 2001, p. 128 e 129).

A seguir, explanaremos cada dimensão do discurso apresentada por Fairclough (2016 [1992]).

## 1.2 Dimensão do Texto

Ao tratarmos do texto, destacamos sua importância tendo em vista o fato de toda análise tê-lo como ponto de partida em sua concretude, portanto da prática discursiva particular da qual ele se materializa. Assim, Fairclough (2016 [1992]) tomará como base os significados das palavras em um texto e qual efeito de sentido terá em relação à prática discursiva.

Para esta dimensão, o autor elenca quatro categorias pensadas em “escala ascendente”, quais sejam: vocabulário, refere-se às palavras analisadas individualmente; gramática, trata-se das palavras organizadas em orações; coesão, relaciona-se com os elementos de ligação que unem as orações e termos a fim de que os enunciados estejam ligados entre si; e estrutura textual, diz respeito à forma como o texto está organizado num todo, quais escolhas foram feitas para que ele fosse divulgado daquela forma (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 107-108). Nesta pesquisa foram selecionadas as duas primeiras para análise do *corpus* tendo em vista a carga semântica que há no significado das palavras.

O vocabulário é um elemento que transcende o verbete do dicionário por si só, pois se relaciona com os vários significados que um termo pode ter em seu sentido ideológico a partir de lutas hegemônicas, ou seja, “dos diferentes domínios, instituições, práticas, valores e perspectivas”. O processo de análise desta categoria depende do reconhecimento dos significados de palavras (lexicalizações e relexicalizações), da criação de palavras e das metáforas (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 109).

A gramática é concebida a partir de sua unidade principal: a oração; e é composta por duas categorias, a Transitividade e o Tema. Esta pesquisa se dedicará exclusivamente à primeira que diz respeito aos processos mobilizados por meio da “realização lexicogramatical” da Metafunção Ideacional proposta por Halliday (2004) e que compreende seis tipos: os primários, materiais, mentais e relacionais e os secundários, verbais, comportamentais e existenciais (BARROSO, 2009, p. 58).

Fairclough (2016 [1992]) também destaca os atos de fala presentes nos enunciados, a coerência e a intertextualidade, mas observa que, apesar destas três categorias estarem relacionadas ao aspecto textual, será na análise da prática discursiva que elas deverão ser analisadas.

Nesta dimensão analítica, destacamos a contribuição de Santos et al (2015, p. 68) que compreenderão a dimensão textual a partir dos “sentidos das palavras empregados no texto, bem como sua repetição e ênfase nos discursos professados”. Para as autoras, a dimensão textual determina o caráter ideológico nas escolhas lexicais no discurso, contribuição esta que levaremos para nossa pesquisa.

Escolhas de palavras tais como termos qualificadores carregam em si um julgamento, um posicionamento ideológico de determinando veículo de comunicação frente ao texto divulgado.

### **1.3 Dimensão da Prática Discursiva**

A dimensão da Prática Discursiva busca reproduzir a sociedade e retratar como e em que contextos os discursos são produzidos, distribuídos e consumidos no aspecto textual. Por se tratar da produção do discurso em contexto particular, destacamos a força empenhada na produção discursiva, ou seja, os efeitos de sentido que ela produz.

Magalhães (2001) aponta que a prática discursiva “realiza-se enquanto forma linguística, enquanto texto no sentido Hallideano” (2001, p. 17) buscando, através da concepção de ordens do discurso empreendida por Foucault (1996), compreender as relações de poder numa perspectiva assimétrica, tal como defendem Paiva et al (2017). Para os autores que estudaram as disputas discursivas acerca do tema corrupção na rede social *Twitter*, as práticas discursivas são textos “localizados em um contexto, construindo sentidos que podem ser mobilizados em disputas discursivas” (2017, p. 631).

Aprofundando o conceito de Prática Discursiva, citamos Resende e Ramalho (2014) para esclarecer a relação deste conceito com o ambiente institucional, político e econômico no qual o discurso é realizado. A mediação da Prática Discursiva se dá entre as posições sociais envolvidas, por exemplo, numa sala de aula, a relação entre professor e aluno, em que o primeiro está hierarquicamente superior ao segundo e os discursos levam em conta tal condição.

Em nossa pesquisa, a Prática Discursiva está diretamente relacionada aos veículos de comunicação (jornais, agências de notícias e revistas) escolhidos como objetos de pesquisa para investigação da Vaza Jato. Observamos, na análise desta dimensão, quem é a empresa, qual seu grau de influência em meio ao público, o porquê da tomada de decisão sobre optar por determinados discursos em detrimento de outros, quem são os jornalistas que produzem determinada matéria.

Por exemplo, em nosso objeto de análise, o jornalista político que acompanha as matérias da Folha de São Paulo sobre a Vaza Jato é Reinaldo Azevedo<sup>12</sup> cujo alinhamento ideológico enquadra-se numa perspectiva neoliberal. Neste sentido, perguntas que podem direcionar a análise, quais sejam: como e por quem o texto é produzido; distribuído, assim, como o texto chega ao leitor? De que forma? Física ou virtual? Paga ou gratuita? e, por fim, consumido, diz respeito ao perfil desse leitor. Se a mídia cobra pela leitura de suas reportagens, quem pode pagar? Com relação às escolhas lexicais adotadas, qual público este jornal atinge? Pessoas mais velhas ou jovens? Mulheres ou homens? Pessoas com formação escolar mais avançada ou menos?

Ao falar de Prática Discursiva, deve-se tratar como é possível reproduzir a sociedade, suas identidades e relações sociais (Santos et al, 2015) e, em nossa compreensão, através do texto midiático é possível analisar os valores da sociedade, seu sistema de conhecimentos e crenças, relacionando-se diretamente à Prática Social.

---

<sup>12</sup> José Reinaldo Azevedo e Silva (Dois Córregos/SP, 19 de agosto de 1961) é um jornalista político brasileiro, de orientação política neoliberal. Atualmente, é colunista no jornal Folha de São Paulo. É apresentador do programa O É da Coisa, da Band FM um dos divulgadores juntamente com a Revista Veja, a Folha de São Paulo e o site The Intercept do escândalo que foi conhecido como "Vaza Jato" que trata de áudios e chats que foram trocados entre procuradores da Operação Lava Jato e o então juiz federal Sérgio Moro. Azevedo formou-se em jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo. Teria frequentado o curso de letras na Universidade de São Paulo (USP). Foi trotskista durante a ditadura militar no Brasil. É mencionado entre os militantes da Liberdade e Luta (Libelu) tendo participado da militância esquerdista na clandestinidade quando jovem. Já adulto, tornou-se um crítico do comunismo e das ideias socialistas. Fonte: <http://www.bandnewsfm.com.br/colunista/reinaldo-azevedo/>.

Elencada como uma das principais preocupações de Norman Fairclough (2016 [1992]) em seu *Discurso e Mudança Social*, a Intertextualidade refere-se às características de textos de estarem compostos por outros textos e contribui para dar um viés histórico ao texto produzido partindo do princípio da distribuição dos “enunciados relativamente estáveis”<sup>13</sup>, ou seja, os gêneros do discurso. Ao consumo, o caráter intertextual está no processo de interpretação levando em conta quais textos são trazidos para àquela leitura.

Como o objeto de análise desta pesquisa é o *ethos*, a intertextualidade manifesta estará realçada pela presença das aspas que significa a reprodução de outra voz num determinado texto.

## 1.4 Dimensão da Prática Social

O conceito de Prática Social concebido por Fairclough (2016 [1992]) parte dos pressupostos marxistas expostos nas Teses sobre Feuerbach (MARX, 1845, p. 3) “a vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que seduzem a teoria para o misticismo encontram a sua solução racional na praxe humana e no compreender desta praxe”. Pedroso (2013) corrobora com nossa afirmação e reforça o diálogo com Bakhtin (2006) para o empreendimento desta dimensão da proposta faircloughiana que compreenderá a prática social pela perspectiva da interação social. Como Bakhtin formula sua teoria com base na teoria enunciativa ele aponta que:

A enunciação enquanto tal é puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística (BAKHTIN, 2006, p. 116).

Em Mikhail Bakhtin, a ADC de Fairclough (2016 [1992]) transporta o caráter ideológico da língua, a consciência e o pensamento como atividade mental (que ele projeta mais detalhadamente em Chouliaraki e Fairclough (1999) “condicionados pela linguagem e modelados pela ideologia” (BAKHTIN, 2006, p. 17).

Alicerçam esta dimensão do discurso os conceitos de Ideologia e Hegemonia. A primeira é definida como um sistema de valores e crenças, compreendido a partir de Louis Althusser (1970) como superestrutura do Estado, elemento subjetivo formador da sociedade

<sup>13</sup> BAKHTIN, M. Estética da Criação Verbal. São Paulo: Hucitec. 1996, p. 279.

que por meio de uma relação de dominação estabelece o modo de viver das pessoas, como devem agir, o que é moral ou imoral.

Althusser simplifica o complexo conceito marxista de Estado concebendo uma estrutura baseada em aparelhos ideológicos que o compõe. Assim, ele traz os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1970, p. 43) como a Igreja, a Família, a Imprensa, a Escola, o Jurídico – este último também se enquadra entre os Aparelhos Repressivos do Estado, ou seja, o aparelho do Estado cujo funcionamento se dá pela violência exercida e pela repressão como a Polícia e o Exército.

Fairclough (2016 [1992]) discute, em primeiro lugar, a Ideologia partindo de Althusser (1970) e Bakhtin (2006). Para ele, as ideologias “são significações e construções da realidade” concebidas em várias dimensões das práticas discursivas cujo papel é, também, ajudar na produção, distribuição e consumo do discurso e contribuir para a manutenção das relações de poder e dominação, tal como compreende Thompson (1999).

Thompson (1999) observa que é através da Ideologia que se consolidam as relações de poder e essas se dão através da ideia de classe dominante e classe dominada.

A ideologia expressa os interesses da classe dominante no sentido que as ideias que compõem a ideologia são as ideias que, num período histórico particular, articulam as ambições, os interesses e as decisões otimistas dos grupos sociais dominantes, à medida em que eles lutam para garantir e manter sua posição de dominação. (THOMPSON, 1999, p. 54).

É por essa perspectiva que se pode depreender que ainda que a classe dominante seja protagonista de atos ilegais, em especial quando se trata de corrupção, ela não perderá sua influência e, portanto, sua postura relativa a atos ilícitos se perpetuará. Por outro, se a classe dominada estiver numa condição de vulnerabilidade fruto da desigualdade social e isso acarretar cometimento de um crime de menor impacto social, a reação da sociedade será muito mais brutal.

Outro conceito que embasa a Prática Social é a Hegemonia. O surgimento desta proposta se dá no contexto da Revolução Russa de 1917 pelo revolucionário Vladimir Lênin que defende a ditadura do proletariado pela via da coerção social.

Hegemonia teve o claro sentido de direção política e só poderia ser construída quando uma classe abandonasse a sua visão exclusivista de corporação; no caso do proletariado, quando ele abandonasse a visão economicista -e corporativa - da luta exclusivamente sindical e se agarrasse ao fio condutor das grandes transformações que é a luta política revolucionária. (BUONICORE, 2003, p. 1)

Nesta perspectiva, a queda do Estado se dá por meio da violência e com o uso da tática e da estratégia é possível conquistar as classes sociais dominantes, transformando-as em dominadas, expropriando os meios de produção e socializando-os para a construção de um outro modelo de sociedade, a socialista.

Essas ideias serviram de inspiração para a proposta de Antonio Gramsci que, por sua vez, apresenta sua reformulação da abordagem anterior compreendendo a necessidade de formação de uma classe dirigente da sociedade que conquiste o poder pela via do consenso. Ele reforça ainda o delineamento cultural e ideológico como instrumentos de existência da luta hegemônica.

Na Teoria Social do Discurso há um rompimento com as ideias advindas do primórdio do conceito de Hegemonia, entretanto, a proposta de Gramsci é colocada em debate para, assim, compreendê-la como um sistema de correlação de forças políticas servindo de instrumento para criação de um novo bloco histórico, por essa razão, não é apenas hegemonia, em sua forma singular, e sim hegemônias, pois estes blocos devem construir “seu próprio aparato hegemônico, com uma direção política e ideológica própria” (ALVES, 2010, p. 79) e que, em determinada relação social, domina ou é dominado. Por isso, ela será um cerne de lutas contínuo incidindo em inconstâncias presentes entre os tais blocos, a fim de constituir alianças ou rompê-las e assim determinar a luta hegemônica que se dá numa frente ampla, quer dizer, um pacto para garantir a perpetuação de determinado grupo político ou social no poder. Esta noção será vital para compreender a ideia de mudança social.

Magalhães et al (2017) apontam que, na modernidade tardia, é pela mídia, e principalmente por ela, que tais relações são estabelecidas e consolidadas subjugando a parcela da sociedade pertencente aos grupos sociais dominadores.

Um elemento importante ligado à questão de Prática Social é o de Mudança Social, situação ocorrida quando há alteração nas estruturas da sociedade e quando parte dela adquire consciência das situações de opressão e toma a decisão de mudá-las. Para ter a efetiva modificação nos paradigmas sociais, é necessário cumprir estágios de um longo processo, lembrando que não é algo que acontece do dia para a noite, requer amadurecimento da sociedade como um todo. Assim, seguem os estágios: Consciência de si, do grupo e do mundo; Organização, planejamento estratégico e ações políticas; Articulação política; e Representação na esfera pública.

Como um processo, a tomada da consciência ocorre quando determinado grupo da



sociedade passa a compreender sua situação de desigualdade em relação a outros grupos e, por meio da luta política, decide modificar tal condição. A seguir, o planejamento, a organização do grupo, a eleição das prioridades para alcançar determinado objetivo. Depois, a reunião de outros grupos com interesses em comum a fim de formar uma ampla frente de forças para, por fim, alcançar a representação na esfera pública, pois a mudança social ocorre nos espaços de poder e disputa de ideias (Magalhães et al, 2017).

## 2 O *ETHOS* NA TEORIA SOCIAL DO DISCURSO

Nas atividades cotidianas, a argumentação sobre qualquer que seja o tema é parte da comunicação humana. O professor em uma aula, um líder religioso em seu templo, um político numa assembleia, um juiz no tribunal, seja qual for a prática, os envolvidos que tomam a palavra constroem uma imagem de si. No ato de fala, não é preciso dizer seus atributos ou defeitos, nem mesmo informar ao seu público como seu posicionamento sobre determinado assunto é formado, pois isso é percebido pelo seu comportamento, escolha de palavras, gesticulação, tom de voz, tonalidade das roupas e a forma como se porta. Tudo isso define o *ethos*.

Este conceito que se origina na Retórica aristotélica é definido em sua pré-história como um meio de persuasão, constitui o caráter do orador e se junta a outros dois. O *pathos* é a estratégia usada pelo orador para despertar a emoção no auditório e o *logos*, a formulação da argumentação através da lógica. Os três formulam o “raciocínio entimemático”, a base do argumento silogístico (ARISTÓTELES, 2005, p. 37).

Nos estudos da Semântica Pragmática em nosso tempo, Ducrot (1984) define o *ethos* tendo a enunciação como centro de sua elaboração. O autor discute a imagem de si no discurso aliada ao “locutor como sujeito empírico” situado nos fatores exteriores da linguagem. Sua formulação se baseia numa teoria da polifonia (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2014, p 220).

Outro conceito possível pelo qual passam os estudos ethóticos é defendido por Dominique Maingueneau (2011) nas investigações sobre Argumentação e Análise do Discurso (AD). O *ethos* discursivo concebido por ele é uma instância subjetiva manifestada através da articulação entre corpo e discurso e “se elabora por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente” (MAINGUENEAU, 2011, p. 12), ou seja, relaciona-se às percepções criadas no ato da fala cuja composição depende de fatores linguísticos e extralinguísticos.

Na Teoria Social do Discurso, Fairclough (2016 [1992]) compreende o *ethos* como um elemento que constitui a “subjetividade dos participantes”. É através da identidade social ou a

construção social do ‘eu’ que o discurso é formulado e as relações de poder são impostas ou exercidas. O autor resgata a proposta de Maingueneau e afirma que “o *ethos* dos participantes é construído pela projeção de ligações em determinadas direções intertextuais”. Ainda considera as atividades corporais quando o discurso é realizado concretamente, o modo de interação e o relaciona à polidez e à modalidade no discurso (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 216).

Viana et al (2020, p. 540) corroboram com a tese de que “o *ethos* é um fenômeno intertextual amplo, que visa a construção da identidade social dos sujeitos”, pois é um elemento discursivo a serviço das modificações no *status quo* que se manifesta polifonicamente, ou seja, considera as diversas vozes constituintes do discurso.

Esta característica polifônica que forma o discurso é chamada de intertextualidade e diz respeito à possibilidade de um texto conter tantos outros que circulam em nossa sociedade e que possui a capacidade de concordar, refutar, questionar ou reproduzir discursivamente as ideias lá expostas. É o “lugar de uma troca entre pedaços de enunciados” (SAMOYA, 2008, p. 17) organizados para formar uma organização textual-discursiva a partir de anteriores numa construção dialógica que se dá numa relação de alteridade, de analisar nesta nova formulação a evolução alcançada.

A prática discursiva, uma das esferas do modelo tridimensional de análise, abarca a interpretação da intertextualidade atentando-se para a historicidade dos textos nas cadeias de comunicação verbal a partir da produção, também explora as redes relativamente estáveis, ou seja, os gêneros discursivos em que determinado texto será distribuído e a interpretação em si que a sociedade fará do texto, observando o aspecto do consumo.

No *ethos*, é por meio da intertextualidade manifesta também nomeada como discurso direto que se observa tal fenômeno, ou seja, “as aspas, o tempo e os dêiticos” é que configuram, de forma mais incisiva, textos advindos de outros lugares, outras vozes num determinado discurso. Essa reprodução de vozes é definida com base em escolhas sobre o que foi dito e em qual momento, pois terá um papel fundamental na construção do ‘eu’ visto que se trata também de uma relação ideológica e de poder que subjaz à “orientação de estruturas sociais materiais e concretas” (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 97 e 142).

Ao priorizar a função do discurso na constituição do ‘eu’ como formador do *ethos*, é preciso compreender o papel da subjetividade pela percepção de que sua produção se realiza a partir de atravessamentos vividos pelos indivíduos ao longo de suas vidas (BAUMAN, 2005).

Ademais, o conceito de Woodward (2009) acerca de como cada um compreende seu próprio ‘eu’ constituído e atravessado por emoções e pensamentos, tanto no campo da consciência como no da inconsciência, propicia assimilar a função da identidade neste espaço subjetivo. Esta identidade será associada à prática discursiva e se firma como um processo de constante transformação, portanto, dialético e inacabado.

Hall (2009, p. 108) pontua que as identidades são construídas dentro do discurso e produzidas em “locais históricos e institucionais” e se manifesta nos jogos de poder tanto que a ideologia atua em sua formação no nível mais elementar e na psiquê e contribui para organizar as práticas discursivas no campo social.

Esta ideia de construção do ‘eu’ é vista em outros trabalhos. Bento (2007) destaca a atuação dos papéis sociais na formação das identidades e Barros (2015) aponta como o *ethos* constitui identidades discursivas políticas, a partir da proposta do Significado Identificacional (FAIRCLOUGH, 2003). Para ela

o *ethos* é uma estratégia do discurso político que coloca em cena os elementos constitutivos do jogo da linguagem. Enquanto meio discursivo através do qual se torna possível influenciar o auditório, o *ethos* consolida-se no jogo discursivo configurador das práticas linguísticas que o atualizam. (BARROS, 2015, p. 516)

É importante observar que, na Teoria Social do Discurso, pensar o *ethos* pela função da identidade é considerado por Fairclough (2016 [1992]) ao localizar uma lacuna em sua própria teoria. Por essa razão, formular sobre o sistema de ordens do discurso no qual se encontra o estilo, ou seja, o eixo da ética proposto por Michel Foucault como apontado por Vieira e Resende (2016), algo que contribui para entender este processo evolutivo nesta teoria discursiva, torna-se necessário para debate posterior, este ocorrido em *Analysing Discourse: Textual analysis for social research* (FAIRCLOUGH, 2003).

Dessa forma, as autoras indicam que se trata da maneira de significar a si mesmo e aos outros no discurso e isto pressupõe “identidades sociais e individuais” que se relacionam aos “modos particulares de ser” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 53 e 69). É por meio da linguagem que essas identidades se constituem e é possível perceber que tanto os elementos

gramaticais, quanto a transitividade, o tema ou a modalidade são relevantes para respaldar este *ethos*.

Considera-se como modalidade o elemento que também constituirá a construção do ‘eu’, o encontro discursivo entre o ato de significar as realidades e as relações sociais subjacentes e se manifesta no comprometimento ou não de quem produz determinado discurso, visto que o ato de se comprometer é parte importante da construção do ‘eu’. Apresenta-se como epistêmica e reflete o envolvimento do autor ou do autor envolvendo outra pessoa com a verdade; ou deôntica, no qual retrata o autor com a obrigação ou necessidade (FAIRCLOUGH, 2003).

Outro fator discutido sobre o *ethos* está relacionado ao que Fairclough (2016 [1992]) aponta sobre pensar as atividades corporais ligadas à linguagem como uma dimensão da *hexis* corporal (BOURDIEU, 1989). O linguista britânico dialoga com o conceito de *habitus* para compreender o *ethos* nesta perspectiva do ‘eu’ no discurso como uma identidade social.

A posição ocupada pelo agente no espaço social, ou seja, são sistemas de disposições duráveis, “estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estrutura estruturante”, ou seja, “princípio gerador e estruturador das práticas e representações que podem ser reguladas e regulares”. (BOURDIEU, 1989, p. 60-61)

O *Habitus* é formado por duas dimensões, quais sejam: o *ethos* e a *héxis*. Se o primeiro diz respeito “às formas interiorizadas e conscientes da moral que regulam a conduta cotidiana” (ASSUMPTÃO; NINA, 2010, p. 308), o segundo corresponde à corporalidade em si, à postura do corpo, atravessada pelo componente cultural já que diferentes culturas correspondem à *hexis* variada. Bourdieu (1989) aponta, em seu conceito de Prática, as diferenças e semelhanças em grupos da sociedade que ora os homogeneízam, ora os tornam heterogêneos, tendo a noção de *habitus* como produtora de práticas e por onde se definem “os jogos de interesses e capitais simbólicos que definem os grupos e classes sociais” (FREITAS, 2012, p. 17)

A dimensão da *hexis* corporal, segundo Bourdieu (1989), refere-se a expressões corporais produzidas no ato concreto do discurso, portanto inerente a ele. Para diferenciar a burguesia do proletariado, o filósofo destaca trejeitos que cada classe social produz no momento efetivo da fala: o primeiro mais comedido, o segundo mais expansivo, por exemplo.

Na realização textual, o *ethos* é sinalizado pela intertextualidade, especialmente, a manifesta, pois expressa uma voz externa ao discurso que está sendo produzido com o objetivo de preservar o que foi dito por outra pessoa. Isso ocorre porque é pelo texto que a história é recontada a fim de que se possa contribuir para mudanças sociais. Não se trata apenas de reproduzir, mas de refletir e contribuir para modificar as relações ideológicas de poder numa sociedade.

### 3 DISCURSO POLÍTICO

O percurso da história política brasileira é repleto de momentos marcantes e grandiosos protagonizados por discursos, no sentido concreto do termo, de agentes políticos memoráveis. No início da Ditadura Civil-Militar, a magnitude do discurso de resistência ao golpe através do pronunciamento do ex-líder do governo João Goulart, Tancredo Neves, que se dirigiu aos golpistas no plenário do Congresso Nacional bradando “Canalhas! Canalhas! Canalhas!”<sup>14</sup> representa o grito da sociedade que via a democracia ruir.

Em 05 de outubro de 1988, a saudação do ex-deputado federal Ulysses Guimarães, relator da Constituinte, mostra um país que almejava mudanças políticas profundas e uma nova onda democrática: “Que a promulgação seja o nosso grito. Mudar para vencer. Muda Brasil!”<sup>15</sup>. A partir disso, a Constituição Federal deu a cada brasileiro o direito de votar e ser votado e inaugurou um período democrático no país. Por fim, um dos momentos mais notáveis de nossa história é acentuado com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, dando início ao governo popular de viés progressista, simbolizando que “a esperança, finalmente, venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos”<sup>16</sup>.

Seja qual for o contexto ou as lideranças políticas envolvidas, o discurso como prática sociopolítica é o espaço de concretização de luta pelo poder e, também, instrumento para sua conquista. A criação, a manutenção e a mudança nas relações de poder, dominação e exploração se dão na arena do discurso, especialmente, o político.

As investigações sobre Política nascem nos escritos aristotélicos que a apresenta em sua vertente clássica como uma ação para resolução de conflitos, é uma forma de encontrar soluções para sanar as necessidades das pessoas que vivem sob o Estado, visto que são cidadãos, ou seja, animais cívicos, pois só são considerados racionais pelos valores éticos e

---

<sup>14</sup>DELGADO, L. de A. N. Tancredo Neves. 2ª ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, 2010.

<sup>15</sup>Íntegra do discurso presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Dr. Ulysses Guimarães – Brasília – DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/277285-integra-do-discurso-presidente-da-assembleia-nacional-constituente-dr-ulysses-guimaraes-10-23/> Acesso em 24 out. 2020.

<sup>16</sup>Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional - Brasília – DF, 01 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discorso-de-posse-1o-mandato> Acesso em 24 out. 2020.

morais. É a pedra de toque de todo sistema baseada “na perseverança voluntária e livre do povo na ordem estabelecida pelos que governam”, sem que haja opressão e é alicerçada nos interesses coletivos (ARISTÓTELES, 2006, p. 6).

A filosofia moderna trouxe outros elementos à compreensão de Política que independe da moralidade para sua existência, pois como propõe Maquiavel, “a política passou a se constituir como conhecimento técnico e a utilizar a prudência de forma pragmática” (GOMES, 2012, p. 478), ou seja, a tomada de decisões num espaço democrático e participativo passa a orientar como as práticas sociopolíticas são estrategicamente formuladas e taticamente implementadas.

A existência da Política é fundamentada a partir do Estado. Aristóteles (2006, p. 8) afirma que “todo Estado é uma sociedade, a esperança de um bem, seu princípio, assim como de toda associação, pois todas as ações dos homens têm, por fim, aquilo que consideram um bem”, sua organização é consequência dos anseios de que haja um Estado de bem-estar social. A teoria marxista explicou, em nosso tempo, como esta estrutura da sociedade funcionaria, entendendo-a como “uma dedução da lógica da valorização do capital” (BOBBIO, 1983, p. 402), ancorada numa infraestrutura, ou seja, um aparato econômico de produção, no qual se encontra tanto a força de trabalho, como os meios de produção e a superestrutura, o Direito, a Religião, o próprio Estado, a Cultura etc.

Para disputar as ideias e o poder do Estado, a Política é o instrumento de mediação. Através das práticas sociopolíticas realizadas nos espaços dos Poderes como assembleias legislativas, câmaras, fóruns e tribunais nos quais decisões são tomadas, leis são aprovadas, pessoas são julgadas, pautas são deliberadas, o destino de uma nação é resolvido, o discurso político circula, pois, segundo Bayley (2008), o contexto político é necessariamente institucional e o poder político é reproduzido ou contestado por meio de seu discurso.

Nesta pesquisa, a noção de Discurso Político parte de um estudo desenvolvido por DeSouza (2011) que formula seu conceito baseando-se em três pressupostos essenciais: o primeiro é de uma linha de pesquisa transdisciplinar combinando estudos da Retórica (WODAK, 2011), a Política como ciência (CHILTON, 2004) e a Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]), o primeiro aprofunda a contribuição da retórica no contexto político, o segundo remete à ideia de democracia deliberativa (GASTIL, 1992) e o terceiro de Discurso Político em si (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH; 2012), destacando que sua perspectiva é menos abrangente do que a proposta por Aristóteles. Ainda reforça sua proposta



com os conceitos de Ideologia (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]) e Hegemonia (LACLAU; MOUFFE, 1985) e assegura que

o funcionamento de cada uma dessas construções tomadas aqui como mediadas discursivamente e articuladas dinamicamente, permeando assim todo o conjunto interpretativo e dimensões explicativas. Isso é minha crença de que, assim particularizado, o discurso político poderia ser investigado dinamicamente através do uso das ferramentas analíticas e os conceitos descritos poderiam ser apropriadamente diferenciado de outros tipos de discurso. (DESOUZA, 2011, p. 105)

Para desenvolver essa proposta de uma Análise do Discurso Político com ferramentas próprias para a análise efetiva, nos sustentamos na contribuição de Bochetti et al (2017) que defendem os conceitos de performativo e protocolar para definirem as práticas sociopolíticas, tendo como ponto de partida as contribuições de Wodak (2009).

Assim, este capítulo está organizado em duas partes: na primeira, apresentamos os conceitos que definem a Análise de Discurso Político, na segunda, a proposta de análise, a partir da Topografia do Discurso Político.

### **3.1 Bases Teóricas da Análise do Discurso Político**

A ideia conceber uma Análise do Discurso Político nasce da necessidade de compreender as novas formas do fazer político no contexto do capitalismo tardio. Trata-se de uma teoria que surge com o intuito de investigar como esse discurso é produzido, distribuído e consumido, tendo em vista que novas identidades são apresentadas à sociedade como possíveis representantes nos espaços de poder e decisão, além de uma percepção diferenciada da práxis política que aponta para uma nova ideia de democracia.

Dentre os pressupostos teóricos que embasam essa proposta, a contribuição de Wodak (2011, p. 149) aborda a perspectiva de Retórica persuasiva em sua Análise Histórica do Discurso – AHD que “integra e triangula conhecimentos sobre fontes históricas intertextuais e o *background* dos campos social e político em que os eventos discursivos estão incorporados”. Nesse processo de análise, a autoapresentação positiva e negativa do outro exige justificativa e estratégias de legitimação para consolidar a ideia de retórica. É por essa razão que a autora recorre ao conceito de *Topoi*, os encaminhamentos de um processo de argumentação em sua finalização. São instrumentos necessários para analisar o discurso político, principalmente quando se trata de um viés mais demagógico, por exemplo. Além disso, a ideia de Política difundida pela autora corrobora com Chilton (2004, p. 3):

Por um lado, a política é vista como uma luta pelo poder, entre aqueles que buscam afirmar seu poder e aqueles que procuram resistir a ele. Por outro lado, a política é vista como cooperação, como as práticas e instituições que uma sociedade possui para resolver confrontos de juros sobre dinheiro, influência, liberdade e assim por diante.

Essa visão que concebe a Política através de blocos históricos, travando lutas hegemônicas, ao mesmo tempo em que exercita o pragmatismo e até, em certo ponto, o fisiologismo, possibilita ter uma ideia não-binária deste fazer. Isso quer dizer que não há bom e mau, há aquele que se adequa ao seu eleitorado num contexto histórico, político e social. Um exemplo disso é o Brasil que, em 2018, viu um presidente ultradireitista, saudosos da Ditadura Civil-Militar, produzindo discursos machistas, racistas e homofóbicos ser eleito por 57 milhões de eleitores. Obviamente que nem todos estes que o elegeram pensam como seu presidente, contudo, dadas às circunstâncias do país, o próprio papel da operação Lava Jato e o discurso sobre corrupção como força vital para o campo conservador, houve um ambiente propício à sua vitória.

A Política pode ser um instrumento de mudança social e de atividade democrática em sua plenitude, desde que reformule sua ideia de Democracia, conceito oriundo do projeto aristotélico que representa, grosso modo, o poder do povo. Entretanto, é preciso refletir sobre um modelo de sociedade na qual havia escravos e estes não eram cidadãos, assim como as crianças ou os estrangeiros.

Às vezes, no sentido comum, define-se o cidadão como sendo aquele que é filho de pai e mãe cidadãos, e que não o seja apenas de um dos dois. Outros exigem mais, por exemplo, que os avós, em primeiro grau tenham sido cidadãos, ou ainda os ascendentes em segundo e terceiro graus. (ARISTÓTELES, 2006, p. 1275)

O filósofo grego estabelece, em sua ideia de democracia, as relações entre os cidadãos e não-cidadãos que se dão de três formas: conjugal (poder do homem sobre a mulher), despótica (visa a relação econômica senhor-escravo) e parental (por meio das gerações de pessoas de uma família) (BULGUERONI, 2018).

Para se contrapor, então, aos modelos vigentes de democracia que embasam a noção de discurso político, torna-se necessário desenvolver uma proposta ideal que se encaixe na asserção de mudança social como a defendida por Gastil (1992) que define quatro características discursivas deste modelo. O primeiro é o de que as escolhas devem acontecer coletivamente, ou seja, os participantes devem ter o direito de apresentar propostas e essas serem debatidas coletivamente. Em segundo lugar, trata-se das oportunidades em condição de

equidade, como aconteceria num julgamento justo num tribunal ou na adoção de políticas públicas que atendessem parcelas historicamente excluídas em direitos e espaços. A terceira defende uma democracia verdadeiramente deliberativa que deve priorizar o bem comum com base num raciocínio sólido, a partir de um consenso racionalmente motivado. Trata-se da possibilidade de haver uma avaliação da prática política de forma igualitária e fundamentada em razões justas, sem excluir ideias, sejam as convergentes ou as divergentes. Por fim, o componente relacional do discurso democrático pelo qual os cidadãos devem reconhecer discursivamente a autonomia existente entre si numa relação de alteridade.

Este modelo democrático é um importante instrumento para conceber nossa noção de Discurso Político baseada nos estudos empreendidos por Fairclough e Fairclough (2012) que defendem seu caráter deliberativo principalmente. Como o discurso político é também um modo de articular a linguagem tanto para se estabelecer no poder como para promover o Estado de bem-estar social e justiça social para uma população, observa-se que sua produção efetiva se dá em espaços políticos, como partidos e parlamentos ou ainda no espaço midiático e contribuem para que esse discurso se constitua mais ou menos performativo, mais ou menos protocolar (BOCHETT et al, 2017).

Não há discurso político sem a linguagem, como asseveramos inicialmente ao falar da práxis política porque

as legislaturas e os métodos representativos para a escolha de seus membros geram relações baseadas em mediação linguística, afinidades entre sujeitos social e politicamente posicionados; mas eles também criam competição entre diferentes grupos, que busquem obter apoio daqueles que foram designados como eleitores e tal empreendimento será conduzido e através da linguagem através de arenas políticas, como panfletos ou discursos públicos. É verdade que acordos políticos podem ser selados através da troca material de bens e serviços, mas mesmo essa troca será inevitavelmente precedida e seguida por um intercâmbio linguístico, pois, caso contrário, provavelmente serviria muito pouco. (BAYLEY, 2008, p. 1)

O caráter deliberativo do discurso político está efetivamente relacionado à argumentação porque o contexto em questão é a arena do convencimento do agente político ou da mídia para com o eleitor. O objetivo deste discurso é convencer a audiência, no caso a população, de que o ponto de vista defendido é verdadeiro e deverá ser colocado em prática, mesmo que não seja o mais justo.

A democracia deliberativa, em muitos casos, ainda é inexistente ou não está num nível tão elevado pelo fato de não oportunizar a toda as pessoas, de forma equânime, o acesso aos espaços de decisão e tomada de poder. Para que isso aconteça, um dos princípios basilares

deste conceito é a renovação de pessoas na cena política visto que uma rotatividade possibilitaria a inclusão de pautas antes excluídas. Ao mesmo tempo, é preciso que haja uma reformulação nas sintaxes, pronomes e convenções de nomenclatura a fim de garantir uma efetiva democratização de participação que propicie o *accountability*, ou seja, um maior número de instrumentos de fiscalização dos políticos (GASTIL, 1992).

Exemplo disso é que, a partir das eleições norte-americanas em 2016, as *fake news*<sup>17</sup> tornaram-se um instrumento de convencimento do eleitor, utilizando-se de notícias falsas ou antigas, envolvendo determinado agente político. Seu disparo desenfreado garantiu a eleição do atual presidente norte-americano, o republicano Donald Trump. No Brasil, a eleição de Jair Bolsonaro a presidente valeu-se de tal subterfúgio. Tornar mais rigorosos os mecanismos de *accountability*<sup>18</sup> pode assegurar maior fiscalização sobre a proliferação de notícias falsas.

Nas práticas sociopolíticas, baseando-nos em Bochet et al. (2017, p. 143), o discurso político é a “forma que os agentes políticos de contextos sociogeográficos particulares movimentam a produção de textos, tanto para a disputa pelo poder quanto para o processo de cooperação”, a partir do princípio norteador deliberativo da argumentação (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012), visto que democracias deliberativas são fundamentais para a resolução de problemas políticos, pois

não estamos sugerindo que o discurso político contenha apenas argumentos práticos, ou de fato, consista apenas em argumentos. O que estamos sugerindo é que a política é constituída fundamentalmente em fazer escolhas sobre como agir em resposta a circunstâncias e objetivos, é sobre a escolha de políticas, e essas escolhas e as ações que se seguem delas se baseiam sob argumentação. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 1)

A necessidade de fazer escolhas é parte do processo político e compreende o ato selecionar quem serão os representantes dos partidos políticos para disputar uma eleição, estabelecer uma linha político-ideológica a ser seguida pelos seus filiados, até mesmo a ação do eleitor em decidir qual projeto escolher para sua cidade, estado ou país.

Os movimentos pertinentes à práxis política, nesta proposta, são balizados pelas noções de Ideologia e Hegemonia. Quando se trata da base teórica da primeira noção cujo conceito de discurso é depreendido dentro da forma tridimensional, é pela prática discursiva, ou seja, a produção, distribuição e consumo de textos, que as ideologias se materializam porque elas

<sup>17</sup> “notícias falsas ou manipulações produzidas pela imprensa ou pela mídia” (SOUZA, 2019, p. 1)

<sup>18</sup> “um conjunto de mecanismos institucionais que permite aos eleitores avaliar o desempenho dos representantes e estabelecer sanções” (BIJOS, 2012, p. 93).

resultam do processo de dominação, baseando-se nas relações de gênero social, classe, étnico-cultural etc. A superação de práticas nos eventos discursivos particulares propicia a mudança social de que Fairclough (2016 [1992]) trata e se cristaliza também através das construções léxico-gramaticais no âmbito microdiscursivo do texto.

A Hegemonia que pode ser definida como a formação de blocos históricos na construção ideológica das relações sociais é aprofundada por Laclau e Mouffe (1985), reunindo categorias sociológicas pós-modernas com os estudos neomarxistas gramscianos. Os autores enquadram sua teoria nos chamados estudos pós-marxistas e a justificativa para tal nomenclatura se dá pelo fato de proporem novas concepções e pontos de vistas categóricos em relação ao marxismo tradicional pois, a nova teoria “consiste num acerto de contas com o legado marxista no sentido de se contrapor ao seu objetivismo, essencialismo e determinismo” (ALVES, 2010, p. 87-88) e, portanto, apresenta uma visão da sociedade que ultrapassa as relações de classe já que há outros antagonismos sociais urgentes de serem debatidos e analisados.

Na Análise do Discurso Político, formulada pelo viés dos estudos discursivos críticos, é fundamental apresentar a superação de modelos estruturalistas, concebendo uma teoria que ocupe o espaço de encontro com as mudanças sociais presentes no capitalismo tardio, tanto no sentido da construção de novas identidades atuantes nas práticas sociopolíticas atravessadas pelas questões de classe, mas também de raça e etnia, gênero social, num lugar geográfico, sociológico, antropológico e histórico, quanto na compreensão do novo fazer político pelo viés de uma democracia deliberativa.

Para dar conta desta visão sobre o Discurso Político, esta dissertação reproduz um modelo de análise (BOCHETT et al, 2017) que possibilita não só investigar os discursos de e sobre lideranças políticas que apresentam essa nova perspectiva globalizada, mas também os modelos políticos tradicionais, como será possível verificar no próximo subcapítulo.

### **3.2 Definição do modelo de Análise do Discurso Político**

Para fins de análise do discurso político cuja perspectiva é essencialmente crítica, apresentamos o estudo desenvolvido no projeto de pesquisa Mídia, Discurso Político e Gramática Sistêmico-Funcional (CABRAL, 2016) que apresenta uma Topografia do Discurso Político dividida em três concepções (BOCHETT et al, 2017): Discurso Político

– DP, Discurso do Político – DDP e Discurso Sobre Política – DSP propostas desta forma “em virtude de diferentes práticas sociais e discursivas [estarem] envoltas pelo tema política” (FREITAS, 2017, p. 38), tendo como base linguística a Gramática Sistêmico-Funcional.

Para a elaboração de cada uma das três concepções de discurso político, é necessário reconhecer a função do agente político no discurso, as possibilidades de desvio de função e as implicações relativas a isso tratadas em Wodak (2009) que apresenta os conceitos de *performance* ou *frontstage*, ou seja, a atuação do político na cena social, sua atuação no parlamento, os discursos proferidos etc e a política de bastidores, as articulações através de conversas bilaterais, relações com outros agentes políticos, através do conceito de *backstage*.

Compreende-se então o Discurso Político ou DP como a instância de realização linguística de ideologias. Ele sempre será mais protocolar visto que discursos políticos só o serão em contextos institucionais pelo seu caráter deliberativo, mas a performatividade pode variar a depender dos agentes políticos envolvidos, sua capacidade de persuasão, posicionamento político-ideológico, condição de gênero e lugar que ocupa no estrato social.

A performatividade política será percebida a partir das promessas políticas, a persuasão do político, seja nos debates internos dos partidos ou nas conversas bilaterais com outros partidos, os acordos que são firmados, mas que nem sempre são cumpridos. Os discursos oficiais, leis e decretos também podem ser considerados atos políticos performativos. Segundo Magalhães et al. (2017) é por meio de tais atos que os agentes políticos formam opiniões e aglutinam forças em torno de suas ideologias que, em nossa perspectiva, será um instrumento significativo para a mudança social.

O Discurso do Político, ou DDP, é a práxis política efetivamente guiada pela capacidade de convencer o auditório sobre a tese apresentada e, por isso, ele é mais performativo porque circula em espaços onde a liderança busca consolidar alianças com a sociedade. Atualmente, não só os programas de partidos trazem o DDP, pois, com o advento das redes sociais, os segmentos políticos, principalmente os da extrema-direita, utilizam-se dos principais sites de interação social como *Twitter* e *Facebook*.

O Brasil e o mundo vivem uma nova forma de organização social, lastreada nas redes sociais na internet. A extrema-direita percebeu seu alcance e seu potencial de forma inequívoca. No Brasil, nos EUA, na

Europa e em outras regiões, com as honrosas exceções da China, Rússia e alguns poucos países, ela está agindo com iniciativa e recursos para cada vez mais sequestrar a opinião pública e interferir nas eleições. (ALVES, 2019)

Enquanto o DP é o fazer político efetivo, o DDP pode fazer parte da política de bastidores. No entanto, as práticas sociopolíticas, especialmente no Brasil e nos Estados Unidos da América, passaram a tratar os discursos de seus líderes proferidos em redes sociais com caráter oficial, portanto, de protocolar, ainda que o espaço seja oficioso.

O Discurso Sobre Política – DSP – é o discurso das mídias sobre o pronunciamento dos políticos ou eventos discursivos de caráter político. Neste, a imprensa se posiciona, criticando ou apoiando a tese política por duas razões: por possuir o relevante papel de informar e apresentar diferentes perspectivas sobre um determinado tema, ou ainda porque a mídia é considerada legítima na tarefa de produzir a notícia.

Assim como Miguel (2004), consideramos que as práticas midiáticas alteram as práticas sociopolíticas nas quatro dimensões destacadas por ele: a primeira é de que a mídia funciona como um elo entre a elite e os cidadãos e contribui para instituir uma práxis política determinante que altera os modelos tradicionais, a ‘velha política’ é substituída por um modelo que diminui a importância dos partidos políticos, pois “o eleitor vota como um juiz, avaliando os resultados políticos e econômicos, punindo o governo, quando as coisas estão mal, e apoiando-o, quando as coisas estão bem” (TELLES et al., 2009, p. 101).

Em segundo lugar, há uma mudança no estilo do discurso político em virtude da interação via redes sociais, levando os agentes políticos a se comportarem de forma a enxergar o eleitor com um olhar mais crítico para as pautas. Assim, os longos discursos foram substituídos por vídeos curtos de poucos segundos enviados por mensagens diretas aos cidadãos. Os tuítes, por exemplo, estão tomando o lugar dos panfletos de papel com uma comunicação mais direta, face a face [ou smartphone a smartphone].

Em terceiro, a mídia tem ditado a agenda pública na qual questões importantes para a sociedade são colocadas para deliberação não por meio dos Poderes, mas pela visibilidade que a pauta possui na imprensa. A construção da agenda em políticas públicas passa pelas etapas de avaliação, formação, formulação de políticas, tomadas de decisão e implementação de políticas e pode ser comprometida pela atuação excessiva do jornalismo televisivo, por exemplo, pois como aponta Lima (2017)

as mídias se apresentam como organismos especializados que têm a vocação de responder a uma demanda social por dever de democracia, atribuindo, assim, aos jornalistas, o papel de agentes que buscam tornar público aquilo que seria ignorado, oculto ou secreto, “em benefício da cidadania”. (LIMA, 2017, p. 1001)

Tal fato coloca em discussão sobre até que ponto a vida do agente político é pública e como ele deve lidar com essa notoriedade, já que fatos de sua vida pregressa podem acarretar em prejuízos políticos ou torná-lo proprietário de um grande capital político. Um evento político-discursivo pode ocupar a mídia de forma que ela mesmo investigue, acuse e julgue as pessoas, tal como ocorreu em época recente com a operação Lava Jato.

Este tipo de comportamento pode gerar o que Fairclough (2003) aponta como competitividade “colonizando setores públicos, levando governos nacionais a se promoverem e a se ‘venderem’ para garantir recursos públicos e credibilidade com entidades financeiras mundiais” (VIEIRA; RESENDE, 2016, p. 56), transformando a gestão da coisa pública num campo de negociações fisiológicas.

Assim, compreende-se que não há uma linguagem política, mas um conjunto amplo e diversificado de discursos, gêneros e registros que podem ser classificados como formas de linguagem política, garantindo a estabilidade do sistema social, entretanto às custas de outros modelos de dizer e fazer que podem ameaçar qualquer instabilidade. As várias ações políticas como acordos, diálogos, bilaterais e até as guerras são mediadas pela linguagem que é constitutiva de suas ações.



## 4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

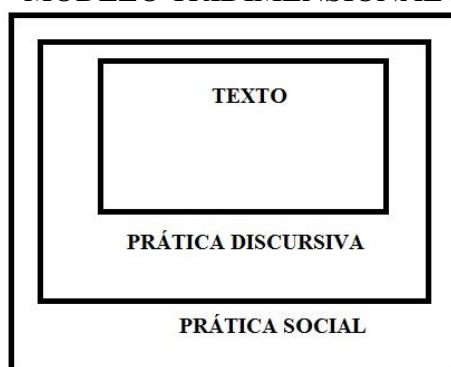
Para realização desta pesquisa, o caminho escolhido foi o proposto pela Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]), uma abordagem teórico-metodológica que, no campo teórico, pretende fazer um debate acerca do discurso como modo de ação situado historicamente e que tanto é constituído no aspecto social como é constitutivo das identidades sociais, relações sociais e ideologias e é formado a partir de três dimensões: Textual, Prática Discursiva e Prática Social.

Seguindo os paradigmas metodológicos propostos pela ADC faircloughiana, esta dissertação, quanto à sua natureza é uma pesquisa de abordagem qualitativa e viés transdisciplinar cuja técnica de análise será a de pesquisa documental.

Nosso estudo parte das decisões que caracterizam a pesquisa qualitativa como descrições e interpretações da realidade social com base em dados qualitativos, visto que as ciências sociais críticas “identificam estruturas de poder naturalizadas em um contexto sócio-histórico definido” e ela é explicada “quando se pretende focar em representações do mundo, relações sociais, identidades, opiniões, atitudes, crenças ligadas a um meio social” (RESENDE, 2008, p. 82).

Em Fairclough (2016 [1992]), o método ancorado no quadro tridimensional do discurso deve seguir a ordem de descrição linguística, interpretação textual e explanação social, a partir do texto, da prática discursiva e da prática social, respectivamente.

QUADRO 3 – MODELO TRIDIMENSIONAL DE ANÁLISE



Fonte: FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 105.

Nossa análise seguirá, portanto, os passos expostos nas três dimensões apresentadas acima, visto que esta pesquisa, cuja base é discursivo-crítica, concentra-se na proposta apontada.

#### 4.1 *Corpus*: Seleção e Sistematização

Na ADC anglo-saxã, o *corpus* corresponde ao conjunto de textos que condiz com o objeto da pesquisa a que se deseja investir. Para Fairclough (2016 [1992], p. 272) “se o corpus reflete adequadamente a diversidade da prática e as mudanças na prática mediante diferentes tipos de situação, ambas consideradas de maneira normativa e inovadora; e se o corpus inclui ponto crítico e momentos de crise”, então será através da análise dele que as respostas das perguntas de pesquisa serão encontradas. Assim como exposto nas páginas introdutórias, seguem as questões: A quais elementos linguístico-discursivos Sérgio Moro recorre ao construir seu *ethos* no discurso de esclarecimento à sociedade sobre as mensagens trocadas entre ele e o procurador federal Deltan Dallagnol durante sua passagem à frente da Lava Jato? Quais discursos o ex-juiz mobiliza para se contrapor à veracidade, à legalidade e à ética no conteúdo das mensagens vazadas? Através do Discurso Político, como Sérgio Moro reforça a ética e a moralidade na constituição de suas ações?

Ao refletir sobre os pontos críticos e os momentos de crise apresentados no *corpus*, destaca-se a necessidade de analisar quando “as coisas caminham de maneira errada” (*idem*, p. 293), quando práticas são normalizadas. O *corpus* deve mostrar como Sérgio Moro se defende das acusações, ao construir *ethe* em seu discurso político e como tal posicionamento pode indicar menosprezo ou não quanto às instituições e suas funções.

O *corpus* desta pesquisa foi reunido tendo como principais recortes o temporal e o temático. Abarca o período que compreende os meses de junho e julho de 2019. Os temas moro, vazamento, lava jato e vaza jato foram selecionados através da ferramenta de busca do *site* Google com os termos “moro vazamento lava jato”, “moro vazamento lava jato intercept”, “moro vazamento lava jato veja”, “moro vazamento lava jato folha” e “vaza jato”. Tais termos de busca se justificam pela associação de Sérgio Moro à operação Lava Jato, às investigações denominadas Vaza Jato e às matérias publicadas nos sites em questão: The Intercept Brasil, Folha de São Paulo e Revista Veja.

Em seguida, foram selecionadas 28 reportagens das três mídias que estão cobrindo o evento social, quais sejam a midiativista The Intercept Brasil e as mídias corporativas Folha de São Paulo e Revista Veja, devendo-se ao fato de as três estarem trabalhando em parceria na

divulgação das mensagens interceptadas que foram trocadas entre o Procurador Federal Deltan Dallagnol e coordenador das investigações da operação Lava Jato e o então juiz federal Sérgio Moro, responsável por julgar os processos dos acusados na mesma operação.

Para realizar a análise, utilizou-se como instrumento a ferramenta computacional *Kitconc* desenvolvida por José Lopes Moreira Filho cujo foco de trabalho era a Linguística de Corpus para textos de Língua Inglesa. Ao desenvolver o software, o autor compreende que, mesmo existindo outros softwares no mercado, não havia um cujos comandos estivessem em Língua Portuguesa. Daí a importância desta ferramenta para trabalhos como este (FILHO, 2011).

Nesta dissertação, a fim de analisar o *ethos* de Sérgio Moro a partir da sequência de reportagens circuladas pelas mídias, organizamos e sistematizamos nosso corpus em dois arquivos em formato *.txt*<sup>19</sup> nomeados como Vaza Jato Completo e Ethos formando os corpora.

Os corpora dessa pesquisa foram organizados com as seguintes denominações: Vaza Jato Completo e Ethos de Moro. O primeiro é composto pelos textos completos das 28 reportagens escolhidas das três mídias: Folha de São Paulo, The Intercept Brasil e Revista Veja. Para se ter um panorama geral dos discursos que permeiam os textos, observa-se como o tema está sendo tratado, sendo Sérgio Moro o foco de observação. As imagens, notas de rodapé, negritos etc. contribuem para dar uma visão mais ampla do que é defendido em cada um dos textos analisados.

O segundo, por sua vez, é constituído por 11 excertos com fragmentos dos textos das três mídias, a midiativista e as de referência, que contêm apenas as falas produzidas por Sérgio Moro e reproduzidas por elas, ou seja, é pela via da intertextualidade manifesta que a análise será realizada. Tal escolha se deve ao fato de que, ao relatar um discurso, ele é representado de um modo ao invés de outro e, por isso, investiga-se não apenas a fala sendo produzida, mas a escrita. Para tanto, o processo analítico prioriza a organização discursiva, as circunstâncias, o tom no qual as coisas foram ditas porque é fundamental observar os processos verbais usados pela mídia para introduzir a voz do ex-juiz nas reportagens (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]) e, neste caso, como o Discurso do Político (DDP) é

---

<sup>19</sup> *.txt* é uma extensão de arquivo de edição de texto em que há pouca formatação (ex: sem negrito ou itálico). A definição precisa do formato *.txt* não é especificado, mas normalmente coincide com o que é aceito por um sistema terminal ou simples editor. Arquivos com a extensão *.txt* podem ser facilmente lidos ou abertos por qualquer programa que lê texto e, por essa razão, são considerados universais (ou plataforma independente). Adaptado de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo\\_de\\_texto](https://pt.wikipedia.org/wiki/Arquivo_de_texto). Acesso em 03 dez. 2019.

apresentado a fim de persuadir os leitores das mídias jornalísticas. Freitas (2017, p. 41) acena para o Discurso do Político como “aquele empregado também por agentes legitimados” cujo público destinado são “os eleitores da nação”.

Os arquivos, previamente separados, foram organizados para que o processo de escrita dos resultados fosse descrito, interpretado e explanado criticamente. Ressalte-se que todos os momentos da análise depreendem a análise de texto, pois se trata de uma pesquisa linguística.

## **4.2 Percursos de Análise**

Tendo como base a Análise de Discurso Crítica – ADC, o método tridimensional sugere uma organização do processo analítico em três momentos, mas aponta que todos devem acontecer juntos e ao mesmo tempo. O primeiro é a descrição que nesta dissertação se refere às escolhas de léxicos recorrentes, processos e nomes na construção do *ethos*. A interpretação é a identificação das relações intertextuais e interdiscursivas nas práticas midiáticas particulares, através da citação de outros textos, dos discursos advindos de outras práticas sociais e das ordens do discurso, por exemplo, a jurídica. Por fim, a explanação crítica cujas categorias de Ideologia e Hegemonia dialogam com a crise ética e institucional que envolve o contexto político, pactuando com a ideia de performance do discurso político, por meio da Análise de Discurso Político.

O caminho da análise deve seguir o caminho descrito a seguir: em primeiro lugar, do Texto com foco para “intertextualidade e interdiscursividade das amostras do discurso”, em segundo lugar, uma microanálise da Prática Discursiva partindo do texto e, por último, análise da “Prática Social da qual o discurso é uma parte” (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 282). Esta sugestão permite a progressão da interpretação (prática discursiva) à descrição (texto) a partir da Prática Social, ou seja, as duas dimensões estarão dentro da Prática Social e, por isso, os fenômenos acontecendo simultaneamente.

## **4.3 Categorias Analíticas**

Como foi explícito nos objetivos, analisam-se as práticas midiáticas digitais brasileiras que circularam durante os meses de junho e julho de 2019 cujo evento social mobilizador de

suas reportagens foi o vazamento de conversas de aplicativo de mensagens entre o ex-juiz federal Sérgio Moro e o Procurador Federal Deltan Dallagnol, a fim de reconhecer quais *ethe* compõem o discurso do atual ministro de Justiça.

No processo de análise que se concentra no objetivo apresentado, pretende-se verificar como ocorre a construção do discurso do político, por meio dos elementos ethóticos.

TABELA 1 – DIMENSÕES DA ANÁLISE DOS CORPORA ATRAVÉS DO MODELO TRIDIMENSIONAL

DIMENSÕES DE ANÁLISE	ETHOS
TEXTO	<p>Transitividade: Quais tipos de processos estão expostos no texto ao introduzir o discurso direto de Sérgio Moro?</p> <p>Vocabulário: Quais significados as escolhas lexicais de Sérgio Moro podem ter num sentido de luta hegemônica?</p>
PRÁTICA DISCURSIVA	<p>Intertextualidade manifesta: Quais características são aparentes na superfície do texto correspondente à fala de Sérgio Moro, explicitada pela presença de aspas?</p> <p>Interdiscursividade: Quais discursos Sérgio Moro mobiliza para se posicionar sobre as acusações que envolvem o conteúdo das mensagens vazadas pelas mídias analisadas?</p>
PRÁTICA SOCIAL	<p>Ideologia: Como Sérgio Moro, representante da instituição Judiciário e do Governo Federal, articula as relações de poder com outras instituições através de seu discurso, ou seja, o Discurso do Político (DDP)?</p> <p>Hegemonia: Quais alianças são construídas no discurso do atual ministro de Justiça que possibilitam garantir uma relação assimétrica de poder na democracia vigente?</p>

Fonte: FAIRCLOUGH (2016[1992], p. 300, 302 e 304); VIEIRA e RESENDE (2016, p. 117)

#### 4.4 Discurso como Texto, Prática Discursiva e Prática Social – o *Ethos* na formação do Discurso Político

O *Ethos* transpõe o lugar de categoria que perpassa o texto e a prática discursiva como aponta Fairclough (2016 [1992]) porque reúne características “que vão em direção à construção do eu, ou de identidades sociais, envolvendo não apenas o discurso, mas todos os elementos que compõem o ato da enunciação” (*idem*, p. 287).

Especificamente para o *corpus* em análise, definem-se três *ethe*: *Ethos* de Autoridade, *Ethos* de Legalista e *Ethos* de Isento cuja intenção é a de reconhecer se o atual ministro da Justiça se coloca como constitucionalista ou não, garantidor do Estado democrático de Direito como representante do Poder Judiciário ou não e como articula seu discurso. Para identificar se a mídia recorre ao *ethos*, examinam-se enunciados produzidos por Moro, por meio do vocabulário utilizado, através da intertextualidade manifesta.

Na parte textual ainda, o processo de transitividade é observado pela maneira como as escolhas são mobilizadas a fim de definir quem realiza tal ação, de que forma e em quais circunstâncias. Os processos podem ser pertencentes aos grupos verbais, nominais ou adverbiais (VIEIRA; RESENDE, 2016).

A análise do *ethos* deve ser realizada também à luz da performance política em espaço de *frontstage*, pois como aponta Wodak (2009), trata-se da atuação pública de frente ligada à estratégia discursiva de ganhar e controlar o poder. Por ser um componente do *habitus* considerado pela autora como o comportamento convencionalizado e internalizado que se integra aos campos profissionais, ambienta-se como o momento de apresentação de si mesmo, de construção da identidade, do *self* constituindo o Discurso do Político ou DDP.

As tensões estabelecidas no discurso são verificadas através da análise de textos, observando-se a Prática Discursiva e seus momentos de produção, distribuição e consumo dos textos midiáticos, identificando quais discursos advindos de outras ordens dos discursos são reproduzidos, como os discursos do político são introduzidos e qual efeito de sentido isso terá nas relações de poder na sociedade, a partir do Interdiscurso.

#### 4.4.1 Interdiscurso

O Interdiscurso se refere à organização dos gêneros discursivos e dos discursos. É uma teoria cujo objetivo nesta pesquisa é o de realizar a análise textual e discursiva, a partir da análise contextual como defende Bathia (2010). Segundo Rechetnicou e Lima (2016), a preocupação deste ramo de pesquisa busca evidenciar as relações assimétricas de poder na reprodução de discursos em gêneros variados.

Nas reportagens que compõem o corpus, objetiva-se identificar os diferentes discursos articulados a partir das ordens do discurso. Isso quer dizer que, com base na análise léxica, referente à escolha de vocabulários para a produção de sentido, deve-se verificar como cada justificativa do ex-juiz Sérgio Moro pode produzir e reproduzir discursos diversos.

#### 4.4.2 Intertextualidade

Com base na dimensão textual de análise, esta categoria contribuirá para as investigações acerca do discurso direto de Sérgio Moro a fim de elencar os *ethe* construídos em seu discurso, por meio da Intertextualidade manifesta, ou seja, aquela que “implica a constituição heterogênea de textos que são claramente diferenciáveis entre si” (MARTINÉZ, 2012, p. 133). Neste sentido, a paráfrase foi descartada por compreender ser a construção do *ethos* gerada através do momento em que o agente social profere concretamente seu discurso.

Outro elemento a ser destacado acerca da intertextualidade é de como os textos inseridos em práticas midiáticas reproduzem as instituições hegemônicas como os tribunais do Judiciário ou a própria instituição Governo Federal, a fim de legitimar o discurso distribuído.

#### 4.4.3 Ideologia

Na dimensão da Prática Social, a construção do *ethos* é analisada conforme a proposta metodológica de Thompson (1995), a partir dos Modos de Operação da Ideologia. Nesse sentido, deve-se recorrer às categorias de Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação e Reificação.

Na primeira será verificada a busca pela legitimidade no discurso de Sérgio Moro, ou seja, como ele articula a construção do *ethos* ao convencimento dos interlocutores do quão legítimo é o seu discurso.

A Dissimulação deve ser analisada a partir das formas como Sérgio Moro constrói suas relações de poder, por exemplo, através de eufemismos, como ele se articula a fim de desviar a atenção do público.

A Unificação é analisada a partir de construções simbólicas que estabelecem certa ideia de unidade discursiva e se firma com base na relação entre os indivíduos para buscar uma identidade coletiva. É como se, independente da classe social a qual pertence os indivíduos, os discursos iterados serão os mesmos, por exemplo: “Moro é honesto”, “Moro acabou com a corrupção no Brasil”.

A Fragmentação, por outro lado, é utilizada para separar os indivíduos e grupos sociais a fim de tirar do poder, por exemplo, quem pode ser considerada perigoso para as classes dominantes. Essa categoria será analisada a partir da diferenciação, por exemplo, um é corrupto e o outro não é, e o expurgo do outro que é atribuir ao oponente a condição de inimigo eterno da sociedade, seja de qual classe for.

Por fim, a Reificação é analisada a partir de relações de poder, por meio de ocultação sócio-histórica dos fatos. Isso ocorre observando o uso de nominalizações, passivizações ou naturalizações.

#### **4.4.4 Hegemonia**

A categoria de Hegemonia que discute o poder dentro da sociedade é analisada pela ótica das ordens do discurso. Trata-se de identificar quais discursos são produzidos e reproduzidos como o discurso conservador, o discurso jurídico ou o discurso parlamentar, por exemplo.



## 5 A AUTORIDADE NO *ETHOS* DE SÉRGIO MORO: O EVENTO #VAZAJATO E A CREDIBILIDADE DA MÍDIA ‘THE INTERCEPT BRASIL’

### RESUMO

Este capítulo investiga a construção do *ethos* de Sérgio Moro, ex-juiz da Justiça Federal brasileira e um dos protagonistas da maior operação policial de combate à corrupção do Brasil, a Lava Jato, em suas justificativas públicas reproduzidas pelas mídias The Intercept Brasil (TIB), Folha de São Paulo e Revista Veja sobre o evento social #VAZAJATO, o vazamento de mensagens trocadas entre ele e o procurador federal e líder da acusação nos processos da força-tarefa, Deltan Dallagnol. O objetivo é explorar como o *ethos* de Autoridade legitima o ataque à mídia, especialmente o TIB por se tratar de uma midiativista. Para tanto, este estudo se ancora na Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]) por compreender que o discurso é fruto de uma relação que se dá no panorama tridimensional composto pela análise linguística de textos, pela qual se realiza a descrição dando enfoque à significação dos termos escolhidos e como os processos são mobilizados na formação das orações; pela prática discursiva, que se dedica a analisar produção, distribuição e consumo dos textos, realizando uma interpretação destas condições na última dimensão denominada prática social que explora os efeitos ideológicos e a carga hegemônica nas relações de poder. O *ethos* surge no discurso através da intertextualidade, desenvolvida na segunda dimensão, e parte-se do conceito de que, por meio dele, se constrói a subjetividade das identidades. Ainda, a análise dos doze excertos separados tematicamente em Sensacionalismo, Autenticidade e Mensagens Vazias se aprofunda na teoria do Discurso Político (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 1992) (GASTIL, 1992) (BOUCHETT et al, 2017), na categoria do Discurso do Político pois, compreende-se que o rompimento do ex-juiz com a ética da magistratura o colocam na condição de político, visto que o *corpus* em questão tem um perfil mais performativo já que Moro considera suas ações legais, ao mesmo tempo em que criminaliza a imprensa por noticiar as mensagens. Reforça a imagem de Autoridade ainda, na formação de um ‘eu’ não político, ao mesmo tempo em que se sustenta na tese do Populismo (LACLAU, 2013), pois num momento de crises se constitui como força hegemônica.

PALAVRAS-CHAVE: Ethos, Sérgio Moro; Sensacionalismo; Autenticidade; Mensagens Vazias.

### ABSTRACT

This chapter investigates the construction of *ethos* of Sergio Moro, ex judge of brazilian Federal Justice and one of the protagonists of the biggest brazilian police operation of combat of corruption, the Lava Jato, in his public justifications reproduced by midias Intercept Brasil (TIB), Folha de São Paulo and Revista Veja about the social event #VAZAJATO, the leak of messages exchanged between him and federal prosecutor and leader of charge in task force processes, Deltan Dallagnol, The objective is explore how rhe *Ethos* of legitimate authority the attack on the midia, specially the TIB because it is na activist midia. Therefore, this study is based at social theory of discourse (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]) by understand that discourse is fruit of a relation what happens in three-dimensional panorama composed by linguistic analysis of texts for what takes place the description focusing on the meaning of the terms chosen and how the processes are mobilized in the formation of sentences; by discursive practice, that is dedicated to analyse the production, distribution and consumption of texts realizing an interpretation of this conditions at last dimension named social practice which explores the ideological effects and the hegemonic charge in power relations. The *Ethos* comes up at discourse through the intertextuality, developed in second dimension, and starting from the concept that, through it, the subject identities is constructed. Still, the analysis of the twelve excerpts thematically separated in Sensationalism, Authenticity and empty messages deepens the theory of Political Discourse (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 1992) (GASTIL, 1992) (BOUCHETT et al, 2017), in cathegory of Political Discourse because it is understood that former judge’s break with the ethics of the judiciary puts him in the condition of politician, since the *corpus* in question has a more performative profile since Moro considers his action legal, at the same time that he criminalizes the press for reporting messages. Reinforce the images of authority yet, in formation of a non political “Myself”, at the same time that it sustains in thesis of populism (LACLAU, 2013), because in a moment of crisis it constitutes itself as a hegmonic force.

KEYWORDS: Ethos, Sergio Moro; Sensationalism; Authenticity; Empty Messages.

## Introdução

*"A Lava-Jato continua e ninguém sabe o nome do juiz da operação em Curitiba, isso é mais do que prova de que a postura ao longo do seu posicionamento lá era uma postura de sensacionalismo, de querer aparecer, de se colocar como um salvador da pátria".*

*Senador Cid Gomes (PDT-CE) em sabatina ao Ministro Moro sobre o caso Vaza Jato<sup>20</sup>*

Calígula era o epíteto de Caio Júlio César Augusto Germânico, imperador romano que por um curto período, entre 37 e 41 d. C., governou Roma. Apesar dos poucos anos, sua atuação foi marcada pela extrema crueldade para com o povo e o uso desmedido e inconsequente dos bens públicos para fins privados, tudo em nome de sua autoridade à frente do Império. A queda vem com seu assassinato, resultado de uma conspiração dos principais aliados que se sentiam ultrajados com uma postura nada republicana.

Exemplos como o de Calígula estiveram presentes ao longo da História e, na formação da República Brasileira, não seria diferente. Muitos ocuparam os espaços de decisão com o intuito de determinar sua permanência no poder, seja pela via democrática ou pela força. Na primeira situação, a Autoridade se configura como um instrumento legítimo que não é imposto pela pujança visto sua passibilidade de transcorrer-se pela via dos argumentos. Quanto ao caráter da Autoridade como forma de legitimação de poder, é preciso elencar as três formas existentes: a dominação tradicional, a dominação carismática e a dominação legal e burocrática, esta última amplamente exercida pelas instituições de julgamento (SEARA, 2019).

No exercício do poder ou na ânsia de ocupá-lo, um conjunto de instituições pode utilizar as mais variadas formas de dominação através da força, não necessariamente física, mas aquela que se utiliza da carga que a autoridade institucional possui. Não é a força do argumento, mas o argumento da força. No tempo presente, tornou-se quase corriqueiro recorrer à autoridade do Judiciário para alcançar determinado objetivo.

Levitsky e Ziblatt (2018) descrevem a existência de variados modelos de agências do Estado moderno para investigar e punir agentes públicos que cometem delitos, principalmente àqueles relacionados à corrupção e relatam como Estados democráticos, em especial na América do Sul, viveram experiências ditatoriais, tendo como ponto de partida a aliança antiética do Judiciário com determinado projeto de poder, como é o caso do Peru.

Instituições não facilmente expurgáveis podem ser sequestradas de maneira sutil, por outros meios. Poucos fizeram isso melhor que o “conselheiro de inteligência” de Alberto Fujimori, Vladimiro Montesinos. Sob a direção de Montesinos, o Serviço Nacional de Inteligência do Peru gravou em vídeo centenas de políticos, juízes, congressistas, empresários, jornalistas e editores de oposição pagando ou recebendo suborno, entrando em bordéis ou empreendendo outras atividades ilegais – e depois usou os vídeos para chantageá-los. Ele também mantinha três magistrados da Suprema Corte, dois membros do Tribunal Constitucional e um número “inacreditável” de juízes e promotores públicos em sua folha de pagamento, fazendo entregas mensais em espécie em suas residências. Tudo isso foi feito em segredo; à superfície, o sistema de justiça do Peru funcionava como qualquer outro. Nas sombras, porém, Montesinos ajudava Fujimori a consolidar seu poder. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. xx)

Durante o golpe de 2016 no Brasil, por exemplo, as frações de classe da elite brasileira se agruparam com o intuito de depor a então presidenta Dilma Rousseff, acusando-a do crime de pedaladas fiscais, tema pelo qual já há sentença de absolvição<sup>21</sup>, mas que só teve maior esclarecimento depois que não havia mais como ‘desfazer’ o processo de impeachment. Antes disso, a operação Lava Jato, liderada pelo ex-juiz Sérgio Moro, surge para investigar os casos de desvio de recursos públicos através do superfaturamento de contratos da estatal Petrobras com empreiteiras, num contexto de acirramento de polarização política pré-eleições presidenciais de 2014. Souza (2017) indica, por meio do conceito de Patrimonialismo, formulação weberiana que retrata a relação viciada entre sociedade e Estado na qual este passa a ser propriedade privada, ou seja, ocorre quando o bem público é apropriado indevidamente para fins privados, que a Lava Jato se justifica para privilegiar os interesses de determinados setores de classe.

Em junho de 2019, quando a divulgação de mensagens trocadas entre o juiz da principal operação policial no Brasil e a acusação representada pelo Ministério Público Federal surge, abre-se espaço para uma discussão acerca do funcionamento das instituições e uma possível crise delas pois, como afirma Filho (2019, p. 1), “a Lava Jato usou indevidamente o aparato jurídico para atender interesses políticos. O Código de Ética do Ministério Público, o estatuto da magistratura e a Constituição foram todos burlados”, elementos que reiteram a prática do Patrimonialismo na sociedade brasileira.

Esta visão sobre a crise pela qual passam as instituições é apontada por Fairclough e Fairclough (2012, p. 7) na “explicação e narrativas das crises” como elemento não-sistêmico

---

21 Para Ministério Público, pedaladas do governo Dilma não são crimes. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/para-mp-pedaladas-do-governo-dilma-nao-sao-crime.10000062862>. Acesso em 20abril2020.

da crise do capitalismo, ou seja, atribui à corrupção a falha moral das pessoas, como se não fosse subjacente ao sistema político este tipo de comportamento, como corrobora o pronunciamento do Senador Cid Gomes, na epígrafe que abre esta parte, pois se fosse outro juiz à frente da operação, possivelmente os excessos não teriam sido cometidos.

Contudo, ressalte-se que há, no contexto da formação do Estado não só capitalista como em outros também, o caráter sistêmico da corrupção visto que é por meio dela que os poderes econômico e político se consolidam e se asseveram, tal como ressalta Guerra et al. (2017)

Não parece exagero algum dizer que independente do sistema político, do momento histórico ou dos valores que orientam cada sociedade, infelizmente a corrupção sempre desponta quando há concentração de poder e, mais do que isso, torna-se um estratagema que auxilia quem já dispõe de poder a conseguir ainda mais poder. (GUERRA et al., 2017, p. 20)

No contexto brasileiro, por exemplo, há uma eufemização dos casos de corrupção quando os envolvidos são indivíduos de forte influência econômica e política, pertencentes ao *establishment*, geralmente associados às forças políticas de perfil conservador e de direita, tal como se enquadra o ex-juiz Sérgio Moro.

Isto posto, analisar a postura do também ex-ministro no advento da divulgação das mensagens da #vazajato pela ótica do *ethos*, com base na Teoria Social do Discurso, possibilita compreender como se dá a construção social dessa fração social a qual o ex-juiz pertence e como isso pode impactar no ordenamento das instituições democráticas.

Para isso, com base num corpus linguístico formado por doze excertos dos veículos The Intercept Brasil, Folha de São Paulo e Revista Veja, este capítulo analisa as citações diretas de pronunciamentos de Sérgio Moro ao se defender das acusações de julgar de maneira parcial os processos da Lava Jato, dividindo-os em três temas: **Sensacionalismo**, **Autenticidade** e **Mensagens Vazias**. O percurso de análise é iniciado pela descrição linguística, em seguida a interpretação discursiva e, por último, a explanação crítica.

## 5.1 Sensacionalismo

Nas práticas jornalísticas, sensacionalismo “é tornar sensacional um fato jornalístico que em outras circunstâncias editoriais não mereceria este tratamento” (AMARAL, 2003, p. 132) e pode significar o uso de práticas incabíveis à ética jornalística. Ao escolher atribuir o

caráter sensacionalista às mensagens, Sérgio Moro investe num discurso de desvalorização da imprensa, pois defende que, para vender seu produto – a notícia – a mídia necessita recorrer a práticas incoerentes.

Cinco excertos destacam-se com o tema Sensacionalismo, um da Folha de São Paulo, dois do The Intercept Brasil e um da revista Veja. Na primeira mídia, o excerto (2) é parte de uma reportagem cujo título é **Entenda vazamento de conversa entre Moro e Deltan e impacto para a Lava Jato**<sup>22</sup>, formado por um texto introdutório de contextualização da Vaza Jato e uma sequência de perguntas e respostas que caracterizam um texto expositivo.

Nos excertos (2), (5) e (6), as falas de Sérgio Moro são introduzidas por processos verbais dizentes a fim de demarcar o caráter oficial da representação do discurso direto proferido em três ocasiões que serão amplamente discutidas no processo de interpretação: uma sessão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, tuítes extraídos da conta pessoal do atual ministro Moro e notas oficiais do Ministério de Justiça e Segurança Pública.

Excerto 2	FOLHA_2	No domingo, <i>disse</i> , em nota, que “ <b>não se vislumbra</b> [nas mensagens] <b>qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação enquanto magistrado, apesar de terem sido retiradas de contexto e do sensacionalismo das matérias</b> , que ignoram o gigantesco esquema de corrupção revelado pela Operação Lava Jato”.
Excertos 5/6	INTERCEPT_2 INTERCEPT_3	Também em nota, o ministro Sérgio Moro disse que “ <b>não se vislumbra qualquer anormalidade ou direcionamento da atuação enquanto magistrado, apesar de terem sido retiradas de contexto e do sensacionalismo das matérias</b> ”.

Nos três excertos há a recorrência do termo sensacionalismo das matérias, cujo núcleo paradigmático é o item lexical sensacionalismo. Ele atribui às reportagens o caráter de texto sensacional no sentido de exagero, excesso. Além disso, o termo nominal também é uma estratégia argumentativa para que, no processo de construção do *ethos*, o ex-juiz se coloque na condição de avaliador do trabalho produzido pela imprensa.

O ato de nomeação para Fairclough (2016 [1992], p. 239) revela as “escolhas [de] como usar uma palavra e como expressar significado por meio de palavras”, por isso ao nomear o sensacionalismo das matérias numa oração adverbial contrastiva, posposta à relativização da “atuação do magistrado” (2), (5) e (6), o atual ministro da justiça busca

contrapor a sua autoridade com o midiativismo, fonte oriunda das primeiras reportagens sobre o tema.

O dicionário Michaelis define sensacionalismo como substantivo masculino, léxico referente ao campo da comunicação, definido como “uso, efeito e divulgação de notícias exageradas ou que causem sensação, que choquem o público, sem nenhuma preocupação com a verdade” (MICHAELIS *online*) e, nomeando as matérias de tal forma, o objetivo é descredibilizar a imprensa; ao fazer isso reforça o fato de que as informações estão descontextualizadas.

Sensacionalista é o atributo das divulgações e mostra a ênfase na divulgação das mensagens. Nestes casos, o *ethos de* autoridade do atual ministro da Justiça se configura por meio de um *ethos* de caráter<sup>23</sup>, aquele que demonstra indignação pessoal e se coloca como um julgador para caracterizar sua força, por descredibilizar o esforço das empresas de comunicação em garantirem a investigação das denúncias.

Nos três excertos, a oração tem como elemento de ligação o operador argumentativo **apesar de** que indica a estratégia argumentativa de refutação. Com isso, o ex-juiz busca reforçar o *ethos* de autoridade a fim de desprestigiar o trabalho da imprensa.

Já em (12), o termo sensacionalismo é colocado num sintagma acompanhado do atributo grande cujo referente são as mensagens. Diferente dos outros exemplos, neste, o autor associou o ato da divulgação com deturpação do sentido delas associando o jornalismo sensacionalista à modificação de informações para fins espúrios. Como no caso deste excerto, o evento discursivo diz respeito a uma reunião na Câmara dos Deputados na qual Sérgio Moro foi sabatinado pelos parlamentares sobre as mensagens trocadas, sua fala foi proferida oralmente. Sendo assim, como compreendemos que “as práticas englobam tanto a *hexis* corporal quanto o *ethos*” (FREITAS, 2012, p. 11), as reações físicas contribuíram para a construção do *ethos* de autoridade frente ao parlamento.

Descreveremos o excerto (12) em suas particularidades:

Excerto 12	VEJA_12	“O que existe aqui é <b>uma invasão criminosa</b> de hacker a aparelhos celulares de agentes públicos que se empenham na aplicação da lei, no caso os procuradores e eu, que atuei como juiz. Esses elementos probatórios que foram colhidos nem podem ser chamados de prova, porque são <b>ilícitos</b> . <b>Não</b> está demonstrada a autenticidade das mensagens”, afirmou ele, para quem as mensagens têm sido “ <b>divulgadas com grande sensacionalismo</b> e com <b>deturpação do sentido delas</b> ”.
------------	---------	--

A análise do excerto (12) nos leva a perceber que, ao assumir a postura de responsável pelo sucesso da operação Lava Jato que, segundo suas palavras no evento, obteve “só no âmbito da 13ª Vara, 45 ações penais sentenciadas, 291 acusados, 211 condenados, 63 absolvições e mais de 2 bilhões [de reais] devolvidos à Petrobras”<sup>24</sup>, o autor reforça uma posição altiva, capaz de desconsiderar o esforço do furo jornalístico, visto que seus dados o legitimam frente aos legisladores.

O sentimento aparente veio à tona pelo contexto em que o ex-juiz é interpelado e as razões que o colocaram nesta situação. A descrição da linguagem corporal, especialmente com relação à (12), corrobora com a ideia de *ethos* de seriedade<sup>25</sup>, sem recorrer a frases de efeito ou efeitos oratórios, mas se valendo do argumento de provas concretas, para corroborar com a tese de que a matéria jornalística é fruto de deturpação e sensacionalismo.

Deturpar é corromper, deteriorar. Apontar a prática jornalista investigativa como **deturpação** significa dizer que o fato da mídia construir uma narrativa que se oponha às práticas adotadas pelo juiz na Lava Jato é usar o meio de comunicação para manchar a operação.

Outra estratégia usada por Sérgio Moro para tratar o conteúdo obtido pelos jornalistas como sensacionalistas também está em avaliá-los como editores maliciosos e a fonte jornalística como *hackers* ou criminosos numa classificação em que a autoridade atribui culpa a outrem.

Excerto 11	VEJA_5	Na sequência, o ministro também agradeceu o apoio que tem recebido do presidente Jair Bolsonaro. “Sou grato ao presidente Jair Bolsonaro e a todos que apoiam e confiam em nosso trabalho. <b>Hackers, criminosos ou editores maliciosos não alterarão essas verdades fundamentais.</b> Avançaremos com o Congresso, com as instituições e com o seu apoio”, disse.
------------	--------	---

A atividade de avaliação, na perspectiva sistêmica-funcional reelaborada por Fairclough (2016 [1992]), pertence à função relacional, pois discute como os participantes do discurso pactuam as relações sociais, quais relações de poder são investidas através das escolhas lexicais como adjetivos para referir-se a alguém ou a alguma situação. Cabral (2007) destaca que o ato de avaliar através da linguagem relaciona-se a contextos de produção e a normas que regem grupos sociais. Desta forma, em (11), hackers, criminosos ou editores maliciosos atuam como temas numa oração em que o marcador de polaridade introduz o

<sup>24</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO. (02/07/2019). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IWIrHwzu9YY>.

Acesso em 28 jan. 2020.

<sup>25</sup> CHARAUDEAU, P. Discurso Político. São Paulo: Contexto, 2006.

processo material **alterar**ão. Discursivamente, atribuem aos jornalistas, especialmente aos do The Intercept Brasil e aos *hackers* – fontes jornalísticas – um sentido pejorativo.

O termo **hacker** foi criado para designar as pessoas que dominavam a computação e eram membros do Tech Model Railroad Club, um clube de cientistas da computação ligados ao MIT - Massachusetts Institute of Technology na década de 60. Ainda hoje é utilizado no MIT para se referir aos alunos que fazem algo de forma inteligente e criativa.<sup>26</sup> Usualmente, é utilizado pelo senso comum para se referir a invasores de sistemas de computadores. Entretanto, na área de Ciência da Computação, o *hacker*, ou *white hat*, é o indivíduo com conhecimento técnico, contratado por empresas, para atuar na proteção de sistemas de segurança, encontrando possíveis falhas existentes, é um especialista em segurança de dados. O *cracker*, por sua vez, também denominado como *black hat*, atua de forma ilícita, penetrando em sistemas e roubando dados para fins criminosos<sup>27</sup>.

Assim, depreende-se que Sérgio Moro é leigo no assunto da subtração de dados. Mesmo assim, o ex-juiz sustenta, em seu discurso, o *ethos* de caráter, pois se coloca como alguém acima de qualquer suspeita (de agentes públicos que se empenham na aplicação da lei, no caso os procuradores e eu, que atuei como juiz). Utiliza-se de expressões impactantes como editores maliciosos/hacker criminosos para provocar seus oponentes e demonstrar força política frente ao auditório.

A partir do momento em que o ex-juiz recorre ao subterfúgio do sensacionalismo para deslegitimar a denúncia jornalística, promove uma série de falas pontuais marcadas por demonstrações de força, julgamento e altivez, a fim de reforçar o *ethos* de Autoridade.

## 5.2 Autenticidade

Sérgio Moro, ao se defender da divulgação das mensagens que mostram a relação de orientação e liderança mantida com os procuradores atuantes na Lava Jato e que vieram a público pelo The Intercept Brasil, também recorre ao discurso de desprestígio do trabalho dos jornalistas. Para isso, utiliza a estratégia de questionar a autenticidade do conteúdo das

---

26 FARIAS, D. P. Ética hacker na comunicação de dados públicos: o caso do Laboratório Hacker da Câmara dos Deputados. Monografia de Bacharelado Comunicação Social/UNB. Brasília, 2015.

27 PEIXE BABEL. **Hacker não é Pavão. Bit de Prosa #1**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WA7gYutWAM4&t=223s> Acesso em 28 jan. 2020.



matérias, colocando-se como uma autoridade detentora das verdades já que é um agente público que lida com questões morais e éticas.

Assim, destacamos em **(1) a autenticidade das supostas mensagens obtidas por meios criminosos** e, ainda, **que podem ter sido adulteradas total ou parcialmente**. Neste caso, ao escolher posicionar-se através de nota emitida pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública, o ex-juiz pretende impor o caráter legítimo de sua opinião para conhecimento da opinião pública.

Excerto 1	FOLHA_1	"O Ministro da Justiça e da Segurança Pública <b>não reconhece a autenticidade das supostas mensagens obtidas por meios criminosos e que podem ter sido adulteradas total ou parcialmente</b> ", informou sua assessoria de imprensa.
-----------	---------	---

No primeiro grupo nominal, o núcleo paradigmático é **a autenticidade** numa oração mental cognitiva cujo processo é **reconhece** que significa certificar algo como verdadeiro. O Ministro da Justiça e da Segurança Pública é experienciador do fenômeno **a autenticidade das supostas mensagens obtidas por meios criminosos** cujo sentido é o de negar sua existência. O sintagma é formado por um determinante anteposto ao núcleo, seguido de **supostas mensagens obtidas por meios criminosos**. Esta última parte é de maior destaque, pois pode ser analisada observando **mensagens** como núcleo nominal anteposto a um atributo **supostas** cujo elemento posposto também qualifica de forma a julgar. Há uma modalização que atenua a afirmativa acusatória de que as mensagens foram adulteradas: “podem ter sido”.

Em **(1), (8) e (9)** o uso de orações condicionais marcadas pela recorrência do **se** seguido dos atributos **verdadeira** e **autênticas**, o primeiro retomando o termo nominal participante ‘a matéria do site’ e o segundo ‘supostas mensagens citadas na reportagem’ indicam o questionamento do conjunto do trabalho exercido pela imprensa, desde a aquisição das mensagens até a produção das reportagens.

Excerto 1	FOLHA_1	"Mesmo se as supostas mensagens citadas na reportagem <i>fossem</i> autênticas, não revelariam qualquer ilegalidade ou conduta antiética, [apenas reiterada violação da privacidade de agentes da lei com o objetivo de anular condenações criminais e impedir novas investigações.]"
-----------	---------	---

Excerto 8	INTERCEPT_9	Como em outras vezes que falou sobre o assunto, [Moro não nega ter dito o que aparece nos chats]. "Mesmo se as supostas mensagens citadas na reportagem <i>fossem</i> autênticas, não revelariam qualquer ilegalidade ou conduta antiética, apenas reiterada violação da privacidade de agentes da lei com o objetivo de anular condenações criminais e impedir novas investigações."
-----------	-------------	--

Excerto 9	VEJA_1	Em publicação no Twitter, o ministro da Justiça, Sergio Moro, reiterou que não reconhece a <b>autenticidade do conteúdo</b> , mas minimizou o que foi conversado pelos procuradores. “A matéria do site, <b>se fosse verdadeira</b> , não passaria de supostas fofocas de procuradores, a maioria de fora da Lava Jato”, escreveu o ministro.
-----------	--------	---

Nos três excertos em análise, há uma visível tentativa de apontar o trabalho jornalístico, especialmente o do The Intercept Brasil, como um produtor de conteúdo sem confiança porque lhe falta credibilidade. Para tanto, em (1) e (8), o ministro recorreu à conjunção condicional **mesmo se** que poderia ser substituída por **ainda que**, indicando a possibilidade de as mensagens não representarem a verdade dos fatos. Em (9), **se fosse verdadeira** figura como adjunto adverbial de oração relacional intensiva e tem como sentido a ideia de questionamento da veracidade também.

Ao rebater a mídia acusando-a de não dizer a verdade e contestando a forma como as mensagens foram obtidas, Sérgio Moro incorre de ataque ao artigo 5º da Constituição Federal que diz “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional” (BRASIL, 1988, Art. 5º, Inciso XIV).

Para ele, enquanto ministro e ex-juiz da Lava Jato, só será possível comprovar a veracidade do conteúdo, se todo o material que está em poder do The Intercept Brasil for entregue às autoridades como a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, pois se vale da Lei Geral de Proteção aos Dados que consiste em criar um núcleo de proteção aos dados pessoais.

Os textos produzidos por Sérgio Moro e reproduzidos pelas mídias se referem ao contexto de produção de notas oficiais divulgadas no site do Ministério da Justiça e Segurança Pública e pelas redes sociais do próprio ministro e assinalam a “ação discursiva pretendida pelo autor do texto” (MARCUSCHI, 2008, p. 127), através da intencionalidade visto que, ao questionar a autenticidade do conteúdo jornalístico pretende invocar a ideia de *Fake News*, ou seja, a “informação falsa intencionalmente divulgada, para atingir interesses de indivíduos ou grupos” (RECUERO; GRUZD, 2019, p. 32), tema que virou pauta, a partir das eleições de 2018.

Outra estratégia de Sérgio Moro para excluir qualquer vestígio de legitimidade do conteúdo das reportagens, especialmente a produzida pelo The Intercept Brasil, é a de construir argumentação com base na tese de que as mensagens não são críveis.

Excerto 12	VEJA_12	“ <b>Não reconheço a autenticidade dessas mensagens. não tenho mais essas mensagens no meu celular, não tenho como ver as mensagens e dizer: ‘elas são minhas’</b> ”, declarou Moro, que se refere ao conteúdo como “ <b>supostas mensagens</b> ”. Ele afirmou que, após seis meses de inatividade no Telegram, os diálogos dos usuários são apagados, “inclusive na nuvem”.
------------	---------	--

Assim, notamos em (12), a recorrência do marcador de polaridade **não** apresentando traços de insistente negação da relevância e da legitimidade das mensagens. No ato da argumentação, o autor se vale da condição de autoridade mostrando, em seu discurso, o *ethos* de virtude no sentido descrito por Maquiavel<sup>28</sup>, pois se utiliza do reconhecimento da sociedade pelo sucesso em alcançar o poder que exerce, no caso em questão, como o juiz da Lava Jato.

Através de análise realizada pelo software concordanciador *Kitconc*, verificamos 30 recorrências do marcador **não** indicando traços de insistente negação de Sérgio Moro em associação ao conteúdo das mensagens e às mensagens em si.

FIGURA 2 – RECORRÊNCIA DO MARCADOR DE POLARIDADE ‘NÃO’

O ministro da Justiça, Sergio Moro,	não	quis fazer comentários sobre o conteúdo ...
adulteradas. "O Ministro da Justiça e da Segurança Pública	não	reconhece a autenticidade das supostas m...
supostas mensagens citadas na reportagem fossem autênticas,	não	revelariam qualquer ilegalidade ou condu...
O que disse Moro? Em evento em Manaus, o ministro disse que	não	viu "nada de mais" nas mensagens e que n...
nistro disse que não viu "nada de mais" nas mensagens e que	não	há orientações ao Ministério Público nas...
celular dos procuradores". No domingo, disse, em nota, que"	não	se vislumbra [nas mensagens] qualquer an...
er ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro (PSL), diz	não	reconhecer a autenticidade das mensagens...
nistro da Justiça, Sergio Moro, afirmou nesta terça (2) que	não	há perseguição a jornalista e evitou con...
sil. "A questão da investigação está com a Polícia Federal.	Não	há qualquer perseguição a jornalista e q...
Também em nota, o ministro Sergio Moro disse que "	não	se vislumbra qualquer anormalidade ou di...
Também em nota, o ministro Sergio Moro disse que "	não	se vislumbra qualquer anormalidade ou di...
r aí que a estratégia de investigação do Juiz Moro [...] Eu	não	tenho estratégia de investigação nenhuma...
de 2016. Também em nota, o ministro Sergio Moro disse que "	não	se vislumbra qualquer anormalidade ou di...
O ministro da Justiça, Sergio Moro,	não	quis fazer comentários sobre o conteúdo ...
radas. Como em outras vezes que falou sobre o assunto, Moro	não	nega ter dito o que aparece nos chats. "...
supostas mensagens citadas na reportagem fossem autênticas,	não	revelariam qualquer ilegalidade ou condu...
o Twitter, o ministro da Justiça, Sergio Moro, reiterou que	não	reconhece a autenticidade do conteúdo, m...
elos procuradores. "A matéria do site, se fosse verdadeira,	não	passaria de supostas fofocas de procurad...
eleições de ?????". "A matéria do site, se fosse verdadeira,	não	passaria de supostas fofocas de procurad...
ns foram adulteradas, algo que "só reforça que as mensagens	não	são autênticas". De acordo com o ministr...
nosso trabalho. Hackers, criminosos ou editores maliciosos	não	alterarão essas verdades fundamentais. A...
acker" nos celulares de procuradores da Lava Jato e que ele	não	reconhece a autenticidade do material. P...
r condenações da Lava Jato e impedir novas investigações". "	Não	reconheço a autenticidade dessas message...
tigações". "Não reconheço a autenticidade dessas mensagens,	não	tenho mais essas mensagens no meu celula...
s mensagens, não tenho mais essas mensagens no meu celular,	não	tenho como ver as mensagens e dizer: 'el...
hidos nem podem ser chamados de prova, porque são ilícitos.	Não	está demonstrada a autenticidade das men...
ber eventuais críticas pontuais, o resultado é reconhecido,	não	só no Brasil, mas internacionalmente", d...
"houve uma invasão criminosa dos aparelhos celulares" e que	não	apagou o conteúdo das mensagens. "Não po...
lhos celulares" e que não apagou o conteúdo das mensagens. "	Não	posso reconhecer a autenticidade de um m...
s. "Não posso reconhecer a autenticidade de um material que	não	tenho, pois saí do Telegram em 2017", af...

Fonte: Própria.

Nessa passagem, é preciso pontuar a importância da metafunção interpessoal da linguagem (FUZER; CABRAL, 2010) compreendida como a manifestação de condutas, bem

<sup>28</sup> Maquiavel descreve a virtude como uma qualidade do grande líder político, é a capacidade de agir frente às adversidades e assim, adquirir a confiança do povo. O líder virtuoso é capaz de empreender ações conforme o tempo e as circunstâncias que lhes são impostas e sabe medir a maldade, pois o mal bem empregado, para o autor, é uma medida louvável - crudeltà bene usate. (MAQUIAVEL, 2017 [1580]).

como a produção de pontos de vista. Através desta dimensão é que as identidades sociais são construídas, ou seja, o ‘eu’ do discurso (FAIRLCOUGH, 2016 [1992]) é manifestado.

Em (12) ainda, a negação é vista como fenômeno dialógico, tal como aponta Correa (2015, p. 74), pois “indivíduos recorrem ao seu uso para expressar a inexistência de uma realidade ou para invalidar enunciados que outrora foram feitos”, como a tentativa de condenar o produto obtido pelos jornalistas assim como o trabalho executado por eles.

O marcador **não** é apresentado em três orações coordenadas:

#### QUADRO 4 – MARCADOR DE POLARIDADE NA CONSTRUÇÃO DO *ETHOS*

Marcador de polaridade	Processo + Sujeito
Não	Reconheço
Não	tenho (1)
Não	tenho (2)

Fonte: Própria.

Segundo Fuzer e Cabral (2010), o marcador de polaridade diz respeito às formas verbais que indicam o negativo ou o positivo de uma oração, os processos remetem às ações do autor, seguido do sujeito presente na desinência verbal da primeira pessoa do presente do indicativo, neste caso, Sérgio Moro.

Na primeira oração, o processo **reconheço** é mental cognitivo, pois indica uma ação marcada pelo raciocínio, pelo pensamento através da consciência. A segunda e a terceira apresentam o processo **tenho** com sentidos diferentes para cada um dos casos. Em **tenho (1)** o processo que se constrói é o relacional possessivo, caracteriza a posse de objetos, pois indica que o indivíduo pode ser ou não possuidor de algo. Já em **tenho (2)**, o sentido implícito é o de *poder*, pois o posposto **como ver e dizer** assegura o sentido de acessibilidade às mensagens.

Na sequência aos processos, destacamos os termos que repelem as mensagens, seja por caracterizá-las como inexistentes ou por se contrapor à condição genuína delas. Verificamos a recorrência de pronomes demonstrativos em **dessas** e **essas**, elementos coesivos utilizados para introduzir o termo **mensagens**. O autor pretende, nesta situação, designar as mensagens com um certo distanciamento físico, algo que pretende se afastar de toda forma.

O termo adverbial indicador de circunstância de modo **mais** em **não tenho mais essas mensagens no meu celular** pressupõe que o autor, em algum momento, as possuiu. Assim,

tal posicionamento poderia sugerir que mesmo reforçando o *ethos* de autoridade, de político virtuoso, pois carrega consigo a verdade sobre as mensagens obtidas pela mídia, deixa subentendido o conhecimento não só sobre as mensagens, mas principalmente sobre seu conteúdo.

### 5.3 Mensagens Vazias

Com a bandeira de combate à corrupção, a Lava Jato ultrapassou o status de operação policial ao colocar muitos políticos na condição de investigados, até exibindo-os com algemas nas mídias, especialmente a televisiva, conquistando a opinião pública de forma que a sociedade se organizasse para defender as ações da “República de Curitiba” (JUNIOR et al. 2018, p. 298).

A Lava Jato funciona como uma espécie de partido da alta classe média. Aliou-se, em consonância com a posição da massa da classe média abastada, ao imperialismo e à fração da burguesia brasileira a ele integrada para obter o impeachment da presidente Dilma Rousseff. Está contribuindo, enormemente, para a restauração do neoliberalismo puro e duro, política que expressou, na década de 1990, a hegemonia do grande capital internacional e da fração associada da burguesia brasileira. (BOITO JUNIOR, 2017, p. 14)

Sérgio Moro, como a figura de maior destaque da Lava Jato, tornou-se algo maior que a própria operação, é o líder do culto de combate à corrupção, “aquele que pode proteger o povo de todo o mal”, com uma adesão significativa da sociedade que se mobilizou e produziu adesivos de carro com os dizeres “Livrai-nos de todo o mal” e sua foto ao lado (JUNIOR et al. 2018, p. 298), satisfazendo a busca dos brasileiros por salvadores da condição social vivida pelos cidadãos.

Com a divulgação das mensagens da Vaza Jato através das reportagens do The Intercept Brasil, Revista Veja e Folha de São Paulo, o ex-juiz se viu, pela primeira vez, na condição oposta da visibilidade por ele alcançada. Agora ele era o culpado. Suas ações como juiz se tornaram protagonistas de um escândalo político, isto é, de “acontecimentos que implicam certos tipos de transgressões, que se tornam conhecidos de outros e que são suficientemente sérios para provocar uma resposta pública (THOMPSON, 2002, p. 52) e sua reação frente a isso instigou a mobilização dos grupos apoiadores nas redes e nas ruas.

As respostas dadas pelo atual ministro de Justiça e Segurança Pública do governo de Jair Bolsonaro demonstram o uso da autoridade construída, não a de juiz ou de ministro, mas

o combatente da corrupção, aquele que pode apontar o material jornalístico como um **balão vazio cheio de nada** porque constrói um *ethos* de competência, ou seja, vale-se de seus conhecimentos profissionais e atuação diante da operação para avaliar a qualidade do produto divulgado.

Assim, destacamos:

Excerto 9	VEJA_1	Em publicação no twitter, Moro <u>reiterou</u> que <u>não reconhece</u> a autenticidade do conteúdo... "A matéria do site, se fosse verdadeira, não passaria de <b>supostas fofocas de procuradores</b> , a maioria de fora da Lava Jato", escreveu o Ministro.
Excerto 10	VEJA_3	De acordo com o Ministro, as mensagens divulgadas <u>são</u> " <b>um balão vazio, cheio de nada</b> ".

Em (9), ‘supostas fofocas de procuradores’ pertence a uma oração relacional atributiva intensiva utilizada para caracterizar uma entidade já que a construção verbal em não passaria de sugere um verbo de ligação que poderia ser substituído por ‘são supostas fofocas de procuradores’. Supostas refere-se àquilo que “se faz passar falsamente por outro” e pode ser também “inventado ou imaginado como verdadeiro ainda que falso, fictício” (MICHAELIS *on line*), portanto há uma avaliação de julgamento na fala de Sérgio Moro.

O termo fofocas remete a uma prática comum desde que a humanidade passou de sua condição nômade, para tornar-se sedentária e teve de conviver com os iguais, ocupar os mesmos espaços, seja para a prática laboral, seja para coabitar sob o mesmo teto<sup>29</sup>. Geralmente, o ato de fofocar remete a falar mal de outras pessoas criando fatos inexistentes, mas pode se referir também a conversas cotidianas de pessoas que compartilham o mesmo lugar de convivência. No caso em questão, trata-se de supostas fofocas de procuradores, fazendo referência ao contexto de produção, pois [de procuradores] tem função de indicador de circunstância. A intenção é transformar as conversas em práticas banais e corriqueiras, ainda que mostrem um conteúdo comprometedor.

As orações relacionais unem dois participantes diferentes. Sua função é indicar seres do mundo descrevendo características, constituindo identidades, definindo conceitos e podem ser atributivas ou identificadoras. As primeiras atribuem qualidade a um ser, a segunda releva a identidade dele (FUZER; CABRAL, 2010). Designa em (10) são um balão vazio, cheio de

29 HOGENBOOM. M. De onde vem o hábito humano de fofocar? (01/02/2016) Disponível em: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160131\\_vert\\_earth\\_fofoca\\_evolucao\\_ml](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160131_vert_earth_fofoca_evolucao_ml). Acesso em 20 jan. 2020.

nada uma oração relacional intensiva atributiva porque “caracteriza uma entidade” (p.69), as mensagens.

Um balão vazio cheio de nada, um sintagma nominal formado pelo núcleo nominal balão, o determinante um e os atributos vazio e cheio de nada significa, neste contexto, algo sem importância e com pouca profundidade. Para manter a posição, o autor poderia ter se referido como mensagens sem importância, mas utiliza-se da metáfora, estratégia reveladora para indicar os aspectos ideológicos que o guiam.

As metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os tipos de discurso, mesmo nos casos menos promissores, como o discurso científico e técnico. Além disso, as metáforas não são apenas adornos estilísticos superficiais do discurso. Quando nos significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. **As metáforas estruturam o modo como pensamos e o modo como agimos, e nossos sistemas de conhecimento e crença, de uma forma penetrante e fundamental.** (FAIRCLOUGH, 2016 [1992], p. 241)  
*grifo nosso*

Na construção do *ethos*, o autor pretende construir uma “imagem favorável de si mesmo”, pois pretende “seduzir o ouvinte” através de seu discurso. O convencimento não está em seu caráter, mas “na imagem que pretende atribuir a si próprio” (MOREIRA, 2016, p. 271), portanto, na ideia de credibilidade, através da autoridade que finge desconhecer a importância dos conteúdos revelados nas reportagens, atitude percebida através da metáfora.

Em Análise de Discurso Crítica de linha faircloughiana, metáforas são analisadas na dimensão textual, portanto da descrição, entretanto, indo além da prática discursiva, é na prática social, ou seja, na explanação crítica que a construção ideológica é aprofundada.

Nesse sentido, iniciamos a segunda e terceira partes da análise do *Ethos* de Autoridade, a primeira denominada **Sérgio Moro e a autoridade desautorizada**, cujo objetivo é interpretar como o discurso de Sérgio Moro sobre a mídia e o conteúdo por ela produzido é construído a partir de um *ethos* de seriedade e austeridade e como o discurso do ex-juiz chega à mídia e à sociedade, de que forma ele é produzido, distribuído e consumido, levando em conta aspectos da intertextualidade manifesta e da interdiscursividade, elementos que podem indicar uma mudança de posição do atual ministro em relação à mídia, em decorrência da série de reportagens que o afetam, diretamente. Na segunda, designada de **Autoridade, Poder e Democracia**, pretende-se elaborar, com base na construção do *ethos* de autoridade, uma discussão sobre os efeitos do discurso de Sérgio Moro em relação ao

conteúdo jornalístico da Vaza Jato na sociedade, avaliando o modelo de democracia participativa vigente no Brasil.

#### **5.4 Sérgio Moro e a Autoridade desautorizada**

Durante cinco anos, desde o início da operação Lava Jato até o escândalo político do evento Vaza Jato, Sérgio Moro foi capa de várias edições de revistas e jornais, tornou-se o principal protagonista do combate à corrupção do Brasil. A cobertura da mídia possibilitou a transformação de Moro em herói nacional, nutriu, o que aprofundou, a crise de representatividade. Como um movimento de manada, a sociedade ignorou a função dos três poderes e alçou o ex-juiz às várias possibilidades: futuro presidente da República, Senador, Deputado ou um juiz criador de leis, advogado e promotor.

Enquanto Sérgio Moro se manteve ‘isento’ de relações partidárias, ato que a profissão lhe exigia, havia um reconhecimento notável sobre seu trabalho que é, também, consequência da descrença na política, visto que um indivíduo sem pretensões políticas possui muito mais créditos perante à sociedade do que alguém que se coloca para disputar o poder pela via do voto. Moisés e Meneguelo (2013, p.1) afirmam que “a desconfiança política é uma variável comum afetando o papel do Estado e a relação dos cidadãos com o regime democrático”, ou seja, tornou-se uma trivialidade em regimes democráticos descreibilizar ou até criminalizar a política e os políticos.

Em 2018, ao declarar apoio à eleição de Jair Bolsonaro do PSL – Partido Social Liberal, o ex-juiz saiu da pseudoneutralidade para um posicionamento político convicto e aliou-se a um partido de extrema direita. Tal fato aumentou os vários questionamentos que se fazia sobre a condução dos julgamentos da Lava Jato, pois vários juristas, intelectuais das universidades e a mídia ativista já haviam questionado a suspeição do ex-juiz, ao mesmo tempo em que denunciavam a exibição sensacionalista dos julgamentos da Lava Jato, especialmente o do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na mídia corporativa.

Por essa razão, quando o escândalo da Vaza Jato veio à tona, serviu não só para constatar a suspeição de Sérgio Moro nos julgamentos como também para alimentar o processo de crise institucional e de representatividade pela qual o país passa. Nas várias declarações que deu à imprensa e ao parlamento sobre as mensagens trocadas entre ele o procurador da Justiça Deltan Dallagnol, o ex-juiz investe num discurso austero e sério,



contudo, neste contexto já não há mais o apoio das principais mídias corporativas que o transformaram em herói, especialmente Veja e Folha de São Paulo, que agora passariam a figurar como aliados da mídia ativista The Intercept Brasil, como divulgadores dos atos obscenos do então juiz.

No dia 05 de julho de 2019, um artigo produzido por Glenn Greewald, editor do TIB e Victor Pougny, jornalista desse veículo, buscou traçar um histórico da decisão da Revista Veja em fazer parceria com o TIB na cobertura do evento Vaza Jato e, por essa razão, deram publicidade à *mea culpa* produzida por àquela revista.

FIGURA 3 – PRINTSCREEN DA SEÇÃO CARTA AO LEITOR DA REVISTA VEJA



Fonte: The Intercept Brasil, 2019.<sup>30</sup>

Constata-se, neste caso, uma postura de apoio do The Intercept Brasil à Revista Veja a partir do momento em que a dita revista toma a decisão de realizar a autocrítica, ao mesmo tempo em que “reconhece que a conduta do juiz [Sérgio Moro] era bastante problemática e que a condução dos processos da Lava Jato não se deu de acordo com a lei” (GREENWALD; POUGY, 2019, *on-line*).

Vale ressaltar que se elabora a crítica à postura anterior da Revista Veja, especialmente pela heroificação de Sérgio Moro, entretanto, a partir de uma correlação de forças com uma nova configuração, coube não apenas o apoio, mas também e principalmente o reforço sobre a publicação do escândalo Vaza Jato e a importância disso para uma transição na configuração para a cena política brasileira.

<sup>30</sup> Disponível em: <https://theintercept.com/2019/07/05/veja-conduta-moro-lavajato/>. Acesso em 20ago2020.

## 5.5 Autoridade, Poder e Democracia

Na Antiguidade, especialmente os gregos e romanos construíram suas civilizações formando conceitos fundamentais que transgrediram o tempo como é o caso de Política, inerente à moral a fim de consolidar o Estado sob o firmamento da coletividade e do bem comum com vistas à virtude. Neste contexto, a Autoridade surge como empreendimento necessário para o homem, animal social, com entendimento de que há uma consciência coletiva sobre quem manda e quem obedece, seja pela força ou pelo lugar que ocupa na cadeia de poder (ARISTÓTELES, 2006).

Na modernidade, Hannah Arendt aprofundou-se em compreender a crise da autoridade baseando-se no papel que os regimes totalitários, os quais ela aponta o nazismo e o regime de Joseph Stálin, na União Soviética, cumpriram no século XX, pois, em seu entendimento, a força e a violência dão sinais de impotência de um governo e o abandono de poder no âmbito da esfera pública. Também indica a perda da tradição e da religião, a primeira ancorada no desaparecimento da leitura metafísica do passado, isto é, olhar o passado de forma a evitar os mesmos erros no futuro. A segunda, não se trata da fé especificamente, mas das instituições religiosas reconhecidas como espaço de interesse e hipocrisia, em que se propagam ideais fundamentalistas e preconceituosos (ARENDR, 1992).

Nas concepções apresentadas, um elemento é fundamental para a existência da autoridade, ou para a constatação de uma crise dela, seja em qual época estiver: o poder. Para constituirmos uma noção de Autoridade, nos filiamos a Michel Foucault que a relaciona como adjunto ao Poder na congruência com Verdade e Direito. O poder é o instrumento de mobilização das forças econômicas, sociais ou políticas para obtenção de certo resultado, seja a garantia de manutenção do *status quo* ou de mudança social. Sua existência depende das relações entre a força, a persuasão, o controle e a regulação. A primeira pode atuar na forma repressiva, a segunda dentro de uma perspectiva de eloquência, as duas seguintes são consequências das relações estabelecidas socialmente em que sujeitos atuam sobre outros sujeitos.

Neste ínterim, ao analisarmos a construção do *ethos* de Autoridade de Sérgio Moro, partimos do pressuposto foucaultiano de que não há ação neutra nas práticas sociais. No entanto, é subjacente à ética no Direito a garantia de um julgamento justo. O juiz possui seus valores morais e éticos e seu julgamento deve ser balizado por tais práticas, sem que haja o

favorecimento a qualquer uma das partes. Assim, destaca-se que Sérgio Moro age de forma parcial ao julgar, primeiramente, que suas ações enquanto juiz da Lava Jato foram legais, depois por criminalizar o trabalho da imprensa apresentando postura de ‘dois pesos e duas medidas’, pois enquanto a mídia o exaltava pelo trabalho executado na operação policial, havia apoio ao jornalismo. Por último, busca construir a imagem de autoridade da justiça desassociada da política, mas sua práxis diz o contrário corroborando com a ideia defendida por Laclau (2013) de que na busca pela manutenção do poder, na luta política imediata, busca-se a tática do populismo a fim de se aproveitar das crises como meio para constituir-se como força hegemônica.

Neste contexto de análise, observa-se a frequência de uso de metáforas conceituais que, sob a visão de Lakof e Johson (2002[1980], 47 - 48) é a possibilidade de compreender e, ao mesmo tempo, experienciar “uma coisa em termos de outra”. Fairclough (2001 [1992]) reitera tal ideia ao apontar a metáfora por meio de uma pressuposição que subjaz a relação político-ideológica das metáfora particulares, além do conflito entre as metáforas alternativas.

A metáfora da autoridade se configura não só pelas escolhas lexicais, mas também por elas, e principalmente, por meio da construção do *ethos* pois, como afirma Gastil (1992), as metáforas formam opiniões ao propor comparações de categorias da realidade com elementos metafóricos.

Sérgio Moro, por exemplo, ao recorrer com certa frequências às metáforas, busca incutir um discurso de negação/banalização/desimportância do discurso midiático em prol de sua autoridade. Isso demonstra que seu lugar de poder: ex-juiz, figura de destaque da maior operação de combate à corrupção no Brasil, ministro de Justiça e possível ocupante de uma cadeira no Supremo Tribunal Federal, dá-lhe as condições para uma postura de altivez e soberba, ainda que estas não condigam aos atos de suspeição à frente da operação Lava Jato.

## **Conclusão**

A análise da autoridade no *ethos* de Sérgio Moro no evento Vaza Jato e a credibilidade da mídia The Intercept Brasil nos levou a três conclusões: a postura arrogante de Sérgio Moro como máscara para encobrir os atos imorais enquanto magistrado e servidor público; a necessidade de criar um mecanismo para se valer dele para fortalecimento de uma imagem pessoal em detrimento dos interesses públicos e, por fim, a busca pela conquista de interesses

de vieses políticos, mas que correspondem muito mais à vida privada do cidadão Sérgio Moro do que do então magistrado da 13ª Vara Criminal de Curitiba.

Montesquieu (1979) afirma que todo aquele que detem o poder tende a abusar dele, por isso, é preciso que o próprio poder detenha o poder. O pensamento do filósofo francês elucida a necessidade do surgimento do escândalo político Vaza Jato que possibilitou ao público reconhecer um processo jurídico enviesado por posições político-ideológicas, especialmente àquelas advindas de quem deveria manter uma posição equilibrada, o juiz e o promotor.

O percurso da vida de Sérgio Moro, suas relações inter-pessoais e as escolhas feitas ao longo de suas trajetórias profissional e acadêmica demonstram que a condução da Lava Jato estava, desde o início, sob suspeição, já que os jogos políticos estavam postos desde sua concepção.

## REFERÊNCIAS

FAIRCLOUGH, I; FAIRCLOUGH, N. **Political discourse analysis: a method for advanced students**. London: Routledge, 2012.

FILHO, J. **A Lava Jato usou o Judiciário para fins políticos**. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/16/vaza-jato-corrupcao-sergio-moro-politica-dallagnol/>.

Acesso em: 20ago2020.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. São Paulo: Mercado das Letras, 2002 [1980].

LEVISTKY, S; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

MOISES, J. A; MENEGUELLO, R. **A desconfiança política e seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013.

MONTESQUIEU, B. **Do espírito das leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

Seara, Isabel Roboredo (2019). **“O presidente é o fusível de segurança do sistema. Discurso de comemoração do mandato presidencial e diálogo subsequente. Construção do ethos de proximidade e de autoridade”**. IN MARQUES, M. A. & SOUSA, S. G. (orgs) *Linguagens de Poder*, pp. 97-117. Braga: CEHUM/Húmus. ISBN 978-989-755-430-8.

SOUZA, J. **A elite do atraso**. São Paulo: Editora Leya, 2017.

TELLES JUNIOR, G. da S. Revisão dos conceitos de autoridade, autorização, permissão, direito subjetivo e norma jurídica. **Revista Da Faculdade De Direito**, Universidade De São

Paulo, 72(1), 109-129.

Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/66794>.

## 6 JUIZ MORO: PARCIAL OU IMPARCIAL? A CONSTRUÇÃO DO ETHOS DE LEGALISTA NA COBERTURA MIDIÁTICA DA #VAZAJATO

### RESUMO

Durante o ano de 2019, tomou lugar no cenário midiático e político nacional o evento discursivo denominado Vaza Jato. Na ocasião, mensagens pessoais trocadas entre membros do judiciário, especialmente o ex-juiz da 13ª Vara Criminal de Curitiba, Sérgio Fernando Moro e o Ministério Público Federal – seção do Paraná, representado por seus promotores, com destaque para Deltan Dallagnol combinavam metodologias de julgamento, escolhas para depoimentos e nomes de possíveis acusados daquela que se tornou a maior operação de combate à corrupção no Brasil, a Lava Jato. Como tais combinados não são legítimos para a prática do Direito no Brasil, isso se tornou um escândalo político (THOMPSON, 2002). Assim, este artigo tem o objetivo de analisar dez excertos de matérias publicadas durante os meses de junho e julho de 2019 na midiativista The Intercept Brasil e nas mídias corporativas Folha de São Paulo e Revista Veja. O objetivo é explorar a reação do ex-juiz da Lava Jato, ao ser interpelado pelas mídias, e analisar como ele constrói o *ethos* de Legalista, centrando seu discurso em si mesmo. Compreende-se Legalismo como uma ideologia conservadora que visa subverter a democracia ao personificar o aplicador da lei, neste contexto, quando ele deveria se manter no anonimato. Para realização de tal análise, a pesquisa se sustenta nos preceitos da Teoria Social do Discurso (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]) por compreender o discurso como resultado de um processo que depreende a existência de um texto que é consumido, distribuído e consumido por determinadas práticas discursivas e que se sustentam por fenômenos ideológicos atravessados por relações de poder. Para realização da análise, o corpus foi separado em dois corpora: polarização política e magistocracia. A análise mostrou que tal construção *ethótica* reforça os dois fenômenos títulos da análise em que pese seu papel de deslegitimar determinado grupo político em detrimento de outro que se configura como parte da elite econômica, consumando a prática da *real politik*. Além disso, os resultados ressaltam a contribuição da operação Lava Jato para criminalizar a classe política, especialmente os grupos de esquerda, promover discursos de ódio e reduzir de maneira drástica o parque industrial brasileiro com o desmonte de empreiteiras denunciadas.

PALAVRAS-CHAVE: Ethos. Legalista. Sérgio Moro. Vaza Jato

### ABSTRACT

During 2019 year, take place in mediatic and political national scenery the discursive event named Vaza Jato. At the occasion, personal messages exchanged between Judiciary members, specially the ex judge from 13th criminal staff of Curitiba, Sérgio Fernando Moro and the Federal Prosecutor – section of Paraná, represented by its promotes, with emphasis on Deltan Dallagnol, combined methodologies of judgment, choices for testimony and names of possibles accused of what became the biggest operation of kombat of corruption in Brazil, the Lava Jato. As such agreement are not legitimate for the practise of law in Brazil this has become a political scandal (THOMPSON, 2002). So, this article has the objective of analyse 10 excerpts of published materials during the months of June and July of 2019 in the media activist The Intercept Brazil and in the corporated medias Folha de São Paulo and Revista Veja. The objective is explore the reaction of former judge of Lava Jato, when questioned by the media, and analyse how he builds the Legalist *Ethos*, centering his discourse on himself. It is understood Legalism as a conservative ideology that aims to subvert democracy by personifying the enforcer of the law. At this context, when he should remain anonymous. For realisation of this analyse, the reaserch based itself at precepts of Theory Social of Discourse (FAIRCLOUGH, 2016 [1992]) by understand the discourse as a result of a process that infers the existence of a text that is consumed and distributed by determine discursive practices and that are sustained by ideological phenomena crossed by power relations. To realise this analyse, the corpus was separated in two corpora: political polarization and magistocracy. The analysis showed that such ethotic constrution reinforces the two title phenomena of the analysis, despite its role in delegitimizing a certain political group in detriment of another that is configured as a part of the economic elite, consummating the practice of *reak politik*. Furthermore, the results highlight the contribute of Lava Jato operation to criminalize the political class, specially the groups of left wing, promote hate discourses and reduce of drastic manner the brazilian industrial park with dismantle of reported contracted.

KEYWORDS: Ethos. Legalist. Sergio Moro. Vaza Jato.

## Introdução

*A história não absolverá o senhor, da história o senhor não pode se esconder. E o senhor estará sim, nos livros de história como um juiz que se corrompeu, como um juiz ladrão. (Dep. Federal Glauber Braga – PSOL/RJ em sabatina do Ministro Sérgio Moro à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.)*

O retrato histórico do povo brasileiro é definido por Sérgio Buarque de Holanda (1986) como o homem cordial, aquele que estabelece suas relações confundindo o íntimo com o público, baseando-se na simpatia e nas emoções, tornando possível o ‘jeitinho brasileiro’, ações praticadas comumente como passar na frente de uma fila de um posto de saúde ou estacionar na vaga de deficientes porque é amigo de alguém de determinada repartição pública ou para alcançar vantagens. O autor afirma que daí se originou a proximidade do Brasil com a corrupção.

Desde 1995, a organização não-governamental Transparência Internacional, dedicada a fazer um raio-X da corrupção no mundo, realiza uma pesquisa em que gera o Índice de Percepção da Corrupção – IPC em 180 países. No ano de 2019, os dados obtidos indicam que o Brasil ocupa a 106ª posição e segundo as considerações dos estudos “a corrupção ainda é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico e social no Brasil. Com 35 pontos, o país segue estagnado, com sua menor pontuação no IPC desde 2012” (TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL, 2019, p. 13).

Com este quadro, a sociedade enxergou na operação Lava Jato, mas principalmente em Sérgio Moro, a possibilidade de dar um fim em algo que permeia o Brasil desde sua fundação. A própria história começa com atos ilícitos com Pero Vaz de Caminha investindo no nepotismo com um pedido de emprego e a liberação do genro do exílio na África descrito na famosa Carta do Descobrimento e, depois, durante a escravidão, a promíscua relação entre traficantes de escravos e aplicadores das leis através de propinas e subornos a fim de facilitar a compra e venda de pessoas para a aristocracia local.<sup>31</sup>

A promulgação da Lei Anticorrupção nº 12.846 de 1º de agosto de 2013 fortaleceu o discurso sobre a necessidade de mudar a realidade corrupta a qual o país se via afundado desde os primórdios. O judiciário buscou a mudança na conjuntura com a operação Lava Jato

---

31 BIASON, R. de C. A corrupção na história do Brasil: sentidos e significados. ANAIS. 2018. Disponível em: [http://www.encontro2018.mg.anpuh.org/resources/anais/8/1534553717\\_ARQUIVO\\_ArtigoCompletoAnpuh-MG2018.pdf](http://www.encontro2018.mg.anpuh.org/resources/anais/8/1534553717_ARQUIVO_ArtigoCompletoAnpuh-MG2018.pdf). Acesso em 14 fev 2020.

e se ancorou na cobertura midiática para cristalizar a versão de que os atos ímprobos eram de responsabilidade do Partido dos Trabalhadores, que governou o país de 2003 a 2016 e foi destituído do poder por intermédio de um golpe jurídico e parlamentar (GENTILI, 2016).

Nessa passagem, é pelo viés do discurso legalista que os agentes da justiça buscam se apoiar, não só no auge da operação Lava Jato, como na cobertura da Vaza Jato, partindo da premissa de que “o texto da lei traz uma verdade absoluta sobre o valor que o legislador pretendeu tutelar” (ROBALDO, 2009, p. 4) e, portanto, valendo-se de lacunas no Código Penal para formular versões espetaculosas sobre os agentes políticos do judiciário.

Assim, pretende-se analisar a construção do *ethos* de legalista pelo qual Sérgio Moro dedicou-se a se colocar na condição de agente e executor da lei. Ainda, deve-se destaque às palavras de Franco (2017) que define o legalismo como uma ideologia conservadora, pois subverte a democracia ao personificar o aplicador da lei, quando este deve se manter no anonimato.

## 6.1 As marcas do legalismo no texto

No texto, a marca do legalismo se dá pela reafirmação do agente da lei como é possível perceber em (1) que o operador argumentativo **apenas** é utilizado para negar a sentença anterior dando importância para a **reiterada violação da privacidade de agentes da lei**. Nesta parte, o núcleo sintagmático **violação da privacidade** é escolhido por Moro para indicar a divulgação das mensagens. Para ele, são os **agentes da lei** os mais atingidos com a exposição.

Excerto 1	FOLHA_1	(...) <b>apenas reiterada violação da privacidade de agentes da lei</b> com o objetivo de anular condenações criminais e impedir novas investigações."
-----------	---------	--

Em (2), por exemplo, Sérgio Moro reforça, em seu discurso, o destaque aos agentes da lei, dessa vez nomeando-os como **procuradores**. Ele trata do aparelho celular de Deltan Dallagnol que foi *hackeado* e de onde as mensagens que vieram a público foram obtidas. Neste caso, utiliza o atributo **criminosa** para apontar o *hackeamento* do celular. Outro fator que deve ser destacado é a relativização do ato de corrupção, pois o ex-juiz assume a parcialidade de seus atos, corrompendo os preceitos da magistratura bem como as leis



constitucionais em **ignoram o gigantesco esquema de corrupção revelado pela Operação Lava Jato**, indicando ser mais importante desvendar o esquema de corrupção do que seguir a lei através de julgamentos justos.

Excerto 2	FOLHA_2	(...) “o fato grave <u>é</u> a invasão criminosa do celular dos procuradores”.  (..) que <u>il/ignoram</u> o gigantesco esquema de corrupção revelado pela Operação Lava Jato”.
-----------	---------	---

Em (4), o processo mental cognitivo **respeitamos** proferido em terceira pessoa do plural remete às instituições da Justiça as quais Sérgio Moro se inclui. Nesta situação, o ministro é interpelado sobre algum tipo de reação ao The Intercept Brasil, especialmente ao jornalista Glenn Greenwald, editor da agência de notícias no Brasil e então, ele aponta que garantirá o direito da **liberdade de imprensa**, como consta no artigo 220 da Constituição Federal de 1988.

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição.

§ 1º Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV.

§ 2º É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística.

§ 3º Compete à lei federal:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produto. (BRASIL, Art. 220, 1988)

Excerto 4	FOLHA_4	(...) <b>Respeitamos a liberdade de imprensa</b> ", disse o ministro, ao ser questionado, em audiência na Câmara dos Deputados, sobre o suposto pedido da PF ao Coaf.
-----------	---------	---

No excerto (10), através do operador argumentativo **até quando**, o ex-juiz pressupõe que **a honra e a privacidade de agentes da lei** estão sendo **violadas**. Ao usar o termo **honra**, ele pretende elevar a imagem dos agentes públicos atuantes na operação Lava Jato, especialmente, enquanto funcionário público, a privacidade e o direito sobre os dados é um direito constitucional garantido, mas há limites em caso de comportamento fora dos padrões atinentes à função, principalmente no caso de um servidor do Poder Judiciário cuja tarefa é resguardar as leis. O final do enunciado é marcado com o elemento de ligação **com o**

**propósito** pelo qual Sérgio Moro apresenta suas considerações em uma pergunta retórica **anular condenações e impedir investigações contra a corrupção**.

Enfatizar a questão da corrupção é uma tática do ex-juiz que busca, por meio do discurso consolidado durante sua participação efetiva a frente da operação Lava Jato sobre o mal da corrupção na política brasileira, incitar a ideia de bipolaridade nas relações: há um lado corrupto e um outro que pretende acabar com a corrupção (PAIVA et al, 2017). Devemos elaborar a ideia de polarização política na prática discursiva, ao tratar da interdiscursividade.

Excerto 10	VEJA_3	“ <b>Até quando a honra e a privacidade de agentes da lei vão ser violadas com o propósito de anular condenações e impedir investigações contra corrupção?</b> ”, indagou Moro.
------------	--------	---

No excerto (11) a Revista Veja extraiu da página do ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, na rede social *Twitter*, o excerto em questão. O autor inicia com **eu vejo, eu ouço, eu agradeço**, fazendo alusão às manifestações em seu apoio ocorridos no dia 30 de junho como uma reação ao vazamento das mensagens. Depois, reforça com um modal indicando a circunstância de suas ações pois, como indica Fairclough (2016 [1992]), os modais atuam para reforçar *ethos* que inspirem credibilidade.

Excerto 11	VEJA_5	<p>“<i>Eu vejo, eu ouço, eu agradeço. Sempre <b>agi</b> com correção como juiz e agora como ministro. Aceitei o convite para o Ministério da Justiça e Segurança Pública para <u>consolidar os avanços anticorrupção</u> e <u>combater o crime organizado e os crimes violentos</u>. Essa é a missão. Muito a <u>fazer</u>”, escreveu em seu perfil no Twitter.</i></p> <p>Na sequência, o ministro também agradeceu o apoio que tem recebido do presidente Jair Bolsonaro. “<b>Sou grato ao presidente Jair Bolsonaro e a todos que apoiam e confiam em nosso trabalho.</b> (...)”</p>
------------	--------	---

A ideia de garantir confiabilidade à figura do agente público investindo num *ethos* de legalista é imputar em si um *ethos* de chefe, soberano, comandante, acima de qualquer suspeita pois suas ações falam por si, é reforçar a identidade de herói, como tanto lhe fora atribuída.

## 6.2 A polarização política e o *ethos* de legalista

Com a repercussão do evento Vaza Jato, Sérgio Moro busca o Congresso Nacional para dar a sua versão sobre as mensagens. No Senado Federal, o ministro, interpelado por quase oito horas, itera como em (10) o *ethos* de cidadão cumpridor da lei e questiona como sua honra fora atacada. Nesse sentido, é pelo viés da polarização que o discurso do político se configura. Para Dimmaggio et al (1996), tal recurso trata-se de um estado e um processo. No primeiro porque retoma algum máximo teórico em que as opiniões são colocadas em confronto e o segundo demonstra como a oposição aumenta ao longo do tempo e pode se tornar perigosa possibilitando um desarranjo democrático.

A fim de sustentar o *ethos de legalista*, aquele que remete à postura repleta de virtudes, defensor da lei e da ordem cuja semelhança leva ao *ethos de competência* (CHARAUDEAU, 2017, p. 125), alguém que “deve ter conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que têm os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente seus objetivos obtendo resultados positivos”, Sérgio Moro aglutinou forças durante sua ida ao Congresso Nacional e, com isso, a base do governo formada por partidos de direita e extrema direita convocou manifestações em sua defesa. A frase em inglês “In Moro we trust”, uma livre tradução para ‘nós acreditamos em Moro’, foi o mote dos protestos ocorridos em junho de 2019 nos quais manifestantes vestiam o mesmo verde e amarelo das manifestações pró-impeachment de Dilma Rousseff, em 2016.

Em (11), logo acima, Sérgio Moro agradece aos manifestantes via conta no *Twitter* e, neste mesmo momento, em um segundo tuíte, o ex-juiz elabora um texto em que busca demonstrar gratidão ao presidente da República, Jair Bolsonaro, o que pode ser questionado, pois pretende o ministro ser grato ao fato do presidente não dar importância ao conteúdo das mensagens e, portanto, preferir não investigar visto que o site *The Intercept Brasil* mantém sua ideologia alinhada ao campo progressista?

O grupo político de Jair Bolsonaro e Sérgio Moro criou o neologismo ‘extrema-imprensa’ para definir a mídia, seja ela de referência ou midiativista que divulga textos jornalísticos os quais apontem problemas no governo ou ainda deem destaque a escândalos políticos como é o caso da Vaza Jato. É possível que, ao investir no *ethos* de legalista, o

ministro da Justiça e da Segurança Pública busque estimular o discurso de ataque à imprensa colocando-se como agente da lei mais legítimo que qualquer reportagem advinda da mídia.

As nomeações mais frequentes utilizadas para construção do *ethos* de legalista foram **magistrado, juiz e agentes da lei**. Há traços que indicam a intenção de reforçar o papel do Direito que, no Brasil, se baseia na organização do Direito Romano considerado como “um conjunto de normas jurídicas observadas na cidade de Roma e, também, como um arcabouço de direito aplicado ao território do Império Romano” (VERSIANI, 2015, p. 2). A condução dos processos acompanha o modelo hegemônico em questão partindo da Lei das Doze Tábuas (Lex Duodecim Tabularum) até o Corpus Iuris Civilis por Justiniano (530 d.C.). A nomenclatura adotada, apesar de ser adequada ao Português Brasileiro, copia o modelo latino que os romanos criaram.

A Justiça no Império Romano possuía poder de agência ocupando, inclusive, a função de executor, visto que não havia tripartição de poderes no Estado. Assim, inferimos que, ao adotar com certa frequência o termo ‘agentes da lei’, Sérgio Moro retoma uma prática ainda da antiguidade, refletindo na questão de agência que, para nós, terá como conceito basilar Fairclough (2003) e Archer (2014) de que, apesar de serem socialmente restritos, possuem seus poderes causais, esta discussão sobre o termo escolhido por Moro é recorrente no seu discurso.

O Império Romano ainda trouxe a imagem do ‘magistrado’<sup>32</sup>, cargo máximo ocupado pelo imperador cuja função era de julgar os cidadãos conforme as leis e sua própria vontade. Havia outros magistrados, mas que não possuíam poder de império, apenas de direito. Havia ainda duas outras funções importantes, a de pretor e a de juiz. O primeiro atuava em tempos de guerra, o segundo com igual função, atuava em tempos de paz (VERSIANI, 2015).

Se não fosse Sérgio Moro, estaria tudo certo, mas suas falas sugerem uma certa dissimulação, uma cortina para esconder a verdadeira face do juiz da Lava Jato que, nas mensagens trocadas com o procurador Deltan Dallagnol, foi desvendada.

Interpretamos tais ocorrências partindo do pressuposto de que surge um *ethos de subserviente*, dentro da imagem de legalista, reforçado pelo fato de o ministro ter adotado o Twitter como principal meio de comunicação com a sociedade e não mais a mídia de referência por orientação de seu chefe, o presidente da República. Ao mesmo tempo,

---

<sup>32</sup> SIGNIFICADO DE MAGISTRADO. Enciclopédia Jurídica da PUC-SP. Disponível em <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/185/edicao-1/magistratura> Acesso em 11 set. 2019.

observamos que a modalização do seu discurso em redes sociais é mais agressiva do que eventos públicos, como o que ocorre em Manaus<sup>33</sup>.

É neste contexto então que surge a imagem do juiz magistrata ancorada pela ideia de magistracia (MENDES, 2018), ou seja, um governo de juizes que se utiliza da usurpação do poder pelo Judiciário, isso quer dizer que a proposta ignora a imagem do Estado tripartite de Montesquieu e cria um Estado no qual o juiz cria a lei, julga conforme ela e a executa, um super juiz, entretanto, não no sentido positivo, mas na ideia de um ativismo judicial que se coloca no lugar do outros atores políticos a ponto, inclusive, de promover a quebra de empresas fundamentais para a engenharia nacional.

O uso indevido dos dispositivos jurídicos pela equipe de promotores e do principal juiz da operação Lava Jato, para além de decisões incoerentes tendo em vista o cenário político e econômico, promoveram uma das maiores crises econômicas que o país passou. Segundo dados do Dieese<sup>34</sup>, R\$ 172,2 bilhões deixaram de ser investidos no país de 2014 e 2017, 4,4 milhões de vagas de emprego foram encerradas, quase R\$ 47,4 bilhões em impostos deixaram de ser arrecadas e tal cenário teve como consequência uma perda de 3,6% no Produto Interno Bruto – PIB.

### **6.3 Consequências do legalismo e da polarização política na democracia participativa**

Leonardo Avritzer, cientista político brasileiro, desenvolve a tese de que as democracias deliberativas baseadas na decisão seriam contraproducentes por conta das práticas políticas vigentes terem como atores os cidadãos comuns, qualquer um pode ingressar na política. Além disso, a redução de demandas públicas em consonância à capacidade burocrática de seguir é que dita a eficiência, deixando de lado o caráter argumentativo da democracia. Por último, a decisão se relaciona à capacidade dos agentes sociais de tomarem decisões em eleições visto que é algo dado e não construído num processo de discussão

---

<sup>33</sup> Nesta ocasião, Sérgio Moro dirigiu-se a Manaus “para participar da abertura da reunião do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (Consej), que ocorreu num hotel da capital amazonense”. BRASIL DE FATO. Irritado, Moro abandona entrevista coletiva em Manaus. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/06/10/irritado-moro-abandona-entrevista-coletiva-em-manaus/> Acesso em 13 set. 2019.

<sup>34</sup> Implicações econômicas intersetoriais da operação Lava Jato. DIEESE/CUT. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/03/Lava-Jato-Estudo-Impactos-Economicos.pdf>. Acesso em 20abril2021.

conjunta. No final do século XX, estes três elementos entram em crise demarcando o início do período de crise das democracias (AVRITZER, 2000).

O fenômeno da polarização político-ideológica se dá, nesse cenário, a partir de quatro elementos: o primeiro é a dispersão das opiniões sobre determinado assunto. Quanto mais desprendida uma posição da outra, maior a condição de centralização dos pontos de vista. Segundo é a bimoldidade que aponta para dois polos de posições, como esquerda ou direita, PT ou PSL, por exemplo, maior será a probabilidade de conflagração social. Terceiro diz respeito à restrição, diz respeito a associação direta de um item determinado a outro consequentemente, por exemplo, se o indivíduo é contra as posições do governo Bolsonaro automaticamente ele é petista ou ainda, se a pessoa defende o livre mercado também automaticamente ele se torna um bolsonarista, ou ainda fascista, visto que há uma banalização do termo atualmente. Por último, a consolidação no que diz respeito a atitudes sociais estarem relacionadas à características individuais (DIMAGGIO et al, 1996).

Sérgio Moro, no contexto da Vaza Jato, ao construir o *ethos* de legalista sustenta um discurso polarizado, pois coloca em xeque a imprensa ao se colocar como agente da lei legitimado, ainda que tenha cometido um delito combinando detalhes do processo e orientando a acusação e o que pode indicar uma possível crise no modelo democrático vigente, visto que reitera o discurso levantado por Avritzer (2000) posto que se mostra entusiasta da linha decisionista ao ditar, como agente público, o que é legal ou não.

Sua postura em não reconhecer o erro e ainda buscar apoio de grupos políticos condescendentes às suas práticas demonstra o quão fragilizado anda o Estado democrático de direito como indica Ranciére (2014, p. 16) ao defender que “o que provoca a crise do governo democrático nada mais é que a intensidade da vida democrática”, o que pode ser completado por Fairclough e Fairclough (2012)

Como democracias antigas, as democracias modernas combinam tendências democráticas e oligárquicas. A política poderia ser mais democrática e, portanto, em certo sentido, mais propriamente política, se o raciocínio prático público estivesse mais próximo de uma ideia normativa de deliberação do que na prática. (FAIRCLOUGH; FAIRCLOUGH, 2012, p. 27)

Quer dizer, uma ideia errônea dos fundamentos democráticos contribui para que agentes políticos ajam, não como orientam as leis, mas como bem acham coerente, seja um procurador federal plantando provas para incriminar um suspeito, seja um juiz combinando

com o procurador como plantar as provas, seja através da relação promíscua e escusa do Poder Judiciário com o establishment<sup>35</sup> em prol de arranjos que favoreçam determinado candidato em processos eleitorais.

Por isso tudo, nossa explanação crítica baseia-se no fato de que a **dissimulação**, a qual as relações assimétricas de poder são escondidas, foi um fator degradante da função do juiz a qual Moro construiu. Durante a Lava Jato, o ex-juiz se declarava uma pessoa isenta politicamente, contudo suas práticas foram objeto de questionamento com destaque para a audiência de julgamento do ex-presidente Lula da Silva e o próprio uso de subterfúgios considerados sensacionalistas como a condução coercitiva. A imagem do ex-juiz sempre é colocada em destaque para chamar a atenção dos processos, não o processo em si, mas o juiz.

Compreendemos com isto tudo, a nocividade da personificação da política. Há um discurso, observado a partir de comentários em redes sociais, muito recorrente na sociedade, de que pessoas não votam em partidos, ou seja, projetos de governo, mas votam em pessoas e ainda adotam o discurso de criminalização dos partidos políticos. Durante a Alemanha nazista, um dos primeiros movimentos para ganhar corações e mentes em torno da pauta da raça ariana foi através do discurso muito bem orquestrado pelo ministro de comunicação Joseph Goebbels de que os partidos políticos que discordassem do governo não eram dignos de confiança. A personificação do poder em torno de uma pessoa, tal como foi com Adolf Hitler, é extremamente prejudicial para a construção das democracias deliberativas, como desenharam Fairclough e Fairclough (2012).

## **Conclusão**

O evento discursivo e escândalo político Vaza Jato revela a crise de representatividade num país cuja elite manipula a massa transformando, por exemplo, um juiz de direito num herói, mesmo que não haja nada de heroico em sua postura. Para isso, dá plenos poderes ao Poder Judiciário.

Parece redundante e até incoerente pensar em poderes dados ao Judiciário, afinal de contas, ele já é parte da estrutura tripartite que forma o Estado e, tal separação é fundamental para garantir a paz na sociedade e assegurar o direito à liberdade, impedindo qualquer

---

<sup>35</sup> Grupo de pessoas que detêm a maior parte do poder e da influência no Estado e na sociedade, concentrando os meios de ação no país e exercendo sua autoridade em defesa de seus próprios privilégios.

arbitrariedade ou autoritarismo que acarrete ataque à democracia (PELICIOLI, 2006). Por isso, são compreensíveis as críticas recebidas por estudiosos do Direito, especialmente os do campo progressista acerca da condução jurídica da Operação Lava Jato, da postura do ex-juiz Sérgio Moro e de suas justificativas quando da ‘explosão’ do escândalo político Vaza Jato.

As análises realizadas neste artigo cujo foco são a Vaza Jato direcionam à conclusão de que reforçar o *ethos* de legalista no discurso político tendem à polarização política, ingrediente importante para a crise democrática pela qual passa o Brasil, mas também à magistocracia.

Magistocracia é um neologismo que ganhou destaque na mídia corporativa e entre os críticos da operação Lava Jato. Esse conceito se ancora em cinco atributos: ela é “autoritária, autocrática, autárquica, rentista e dinástica” (MENDES, 2018, p. 2). Em resumo, concebe-se que tal ideia viola direitos como quando um juiz combina com a acusação os passos a serem seguidos no processo, alijando a defesa de se inteirar também, além de coibir a independência do judiciário; rechaça a prestação de contas, por exemplo, no momento em que a Procuradoria Geral de Justiça propõe subtrair para si os valores reavidos em detrimento das ações da Lava Jato. Por fim, a magistocracia prioriza a agenda econômica do Mercado, da especulação financeira e do rentismo.

Nem todos os juízes são magistocratas, contudo “esse é o *ethos* institucional que os governa”, mesmo que seja primordial que o judiciário seja imparcial como elemento fundamental da democracia (MENDES, 2018, p. 2). Acontece que a crise das instituições e de representatividade asseverou um governo de juízes. Quando, em que tempo, na democracia brasileira, um juiz ganhou os holofotes por causa de determinado processo? Acerca desse tema, Mendes (2018) destaca que a magistocracia:

corrói a cultura democrática e sua pretensão igualitária. Em geral, o debate público brasileiro sobre o Judiciário tende a se concentrar no que juízes fazem ou deixam de fazer no exercício da função jurisdicional. Um ângulo fundamental, mas insuficiente. Precisamos discutir quem os juízes são, de onde vêm, o que pensam, como vivem. Ao lado da dimensão política — o quantum de poder — há uma dimensão social — o quantum de privilégios. Esta é indispensável para observar a relação do Judiciário com a democracia. (MENDES, 2018, p. 2)

Sérgio Moro é o retrato da má conduta do judiciário, pois a prática da magistocracia, do governo de juízes e do personalismo, reforçado através do *ethos* de legalista, esteve presente em sua atuação à frente da Lava Jato. Em suas justificativas, durante a Vaza Jato, o ex-juiz sequer tentou desconstruir qualquer discurso que o culpabilizasse. Por vezes, ele até



reforça que era apenas uma conversa sobre o processo, como se atitude não reforçasse sua suspeição.

## **REFERÊNCIAS**

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MENDES, C. H. **Magistocracia, a “gran famiglia” judicial brasileira**. 2018. Disponível em: <https://www.osconstitucionalistas.com.br/magistocracia-a-gran-familgia-judicial-brasileira>. Acesso em: 20ago2020.

PELICIOLI, A. C. A atualidade da reflexão sobre a separação dos poderes. **Revista de Informação Legislativa**. 21-30. Brasília a. 43 n. 169 jan./mar. 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/92742>. Acesso em 20ago2020.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cobertura da Vaza Jato mostrou uma mídia interessada em fazer mea-culpa de suas ações que tiveram como consequência a eleição do projeto de Jair Bolsonaro que ataca frequentemente os veículos de comunicação. A narrativa do herói, da qual Sérgio Moro foi beneficiado, possibilitou que o denunciamento das mensagens trocadas entre ele o coordenador da Lava Jato acabasse, como diz o dito em popular, “em pizza”. Não houve investigação em andamento para apurar o comportamento parcial do ex-juiz, apenas a prisão do hacker que entregou ao The Intercept Brasil todo o acervo de mensagens graças ao intermédio da política Manuela D’Ávila do Partido Comunista do Brasil – Pcdob.

O veículo da midiativista, por sua vez, na primeira reportagem informou que havia vídeos e áudios, materiais que nunca vieram a público. Mas, a Vaza Jato deu a este veículo a publicidade digna do aumento no número de assinantes de seu material jornalístico.

Sérgio Moro segue ileso, disputando as pesquisas para a corrida presencial de 2022 em meio a uma apatia política do campo progressista que não consegue se contrapor, minimamente, às medidas austeras do governo Bolsonaro do qual o ex-juiz segue sendo um dos poucos ministros não militares.

Há, neste contexto, uma discussão que deve ser feita sobre quais consequências a personificação da política, a narrativa do herói e a passividade da sociedade frente ao ataque aos valores éticos do judiciário imputam à democracia brasileira. Não há possibilidade de mudança do *status quo* sem que haja uma mobilização social efetiva que responda às agressões ao Estado democrático de Direito na forma da lei.

Certo da impossibilidade de ser atingido pelo escândalo Vaza Jato, o que poderia comprometer seus projetos políticos, Sérgio Moro utiliza estratégias como se colocar à disposição do Congresso Nacional para ser interpelado pelos parlamentares, portanto, pela via das instituições que alicerçam a democracia, o Poder Legislativo. Reforça o caráter corporativista típico do campo do Direito, colocando-se como autoridade, desprezando qualquer questionamento sobre a orientação dada à promotoria na Lava Jato, indicando até que tal prática é comum em processos penais, o que para Casara (2015) demonstra o processo de falência das instituições na democracia brasileira.

Neste contexto, a mídia brasileira, consciente de seu papel, mas principalmente de seu poder de influência, já que as pessoas reproduzem o discurso que consideram confiável e a

mídia é uma das instituições consideradas confiáveis, ainda que estejam sob ataque do Poder Executivo, na atualidade, utiliza-se de mecanismos para fortalecer sua legitimidade, realiza alianças políticas, manipula o Discurso Sobre a Política, institui a ideia de que é necessário uma nova política, com novos políticos e novos partidos, fato que possibilita aos *outsiders* como Sérgio Moro adentrar-se de forma a se aproveitar da conjuntura de crise política.

Tais fatos nos levam a constatar a necessidade de mudanças profundas no modelo de democracia no Brasil, questionando, por exemplo, o modelo de presidencialismo de coalizão que sustenta a ideia de práticas populistas como critica Laclau (2013) e suscita o surgimento de figuras como Sérgio Moro pois, na formação político-social do Brasil, a necessidade de líderes é frequente. O coronelismo, por exemplo, impingia no proletariado como o dono da fazenda era imprescindível a sua vida, mesmo que isso custasse sua honra.

Contudo, deve-se ressaltar que as intervenções nada republicanas de Sérgio Moro aos poderes da democracia brasileira possibilitaram uma revisão dos processos através dos quais Luiz Inácio Lula da Silva havia se tornado réu e chegou a ser sentenciado a 12 anos, depois aliviado para 9 anos de prisão, tendo que cumprir pelo menos em regime fechado, senteça esta que acarretaria em perda de seus direitos políticos, sendo impossível que o líder petista fosse candidato novamente.

Depois de 580 dias preso, Lula foi solto, o Superior Tribunal Federal anulou as sentenças e os processos que imputavam ao petista a condição de réu. Várias outras pessoas que foram julgadas por Sérgio Moro também tiveram suas sentenças anuladas.

Esse movimento de deslegitimação da operação Lava Jato pressionou o Poder Judiciário a deflagrar a Operação Spoofing. Contudo, o viés parcial de apenas investigar os *hackers* e não a postura do ex-juiz demonstrou que, ao final, o objetivo era isentar Moro, tanto que em 24 de julho de 2019, a Polícia Federal prendeu Walter Delgatti Neto, o hacker responsável pela invasão do celular de Moro e de várias outras autoridades cuja alcunha era ‘Vermelho’. Sérgio Moro segue ileso e até é um forte candidato a ocupar uma cadeira no STF por indicação de Jair Bolsonaro.

Deve-se destacar que a operação Lava Jato, que surgiu com o propósito de acabar com a corrupção no Poder Executivo, apenas sacrificou um dos setores primordiais para a economia brasileira, a engenharia nacional. Um dos encaminhamentos impostos pela equipe de procuradores da operação em questão foi a de que o governo federal não poderia mais celebrar contratos com as empreiteiras envolvidas nos casos de corrupção. Porém, essa falsa

dicotomia entre “acabar com a corrupção” e limar as empresas envolvidas desestruturou o mercado de trabalho, especialmente para empregos na área de construção civil.

No Brasil, as empresas estatais que foram tão importantes para estruturar o país como nação forte e soberana passaram a ser vistas como sinônimo de corrupção e passíveis de privatização, isso porque, com os efeitos da operação Lava Jato, especialmente pela manipulação das informações pela mídia corporativa, as políticas neoliberais privatistas foram aceleradas, principalmente após a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, uma liderança de extrema-direita.

Este trabalho nos leva a conclusão ainda de que uma possível reformulação das práticas sociopolíticas é um mecanismo de oxigenação, permitindo a desconstrução da negação da política, a entrada de novos quadros, pessoas comprometidas com ideais coletivos e não pessoais, baseando-se na ética e nos princípios que garantam realmente um Estado democrático.

## REFERÊNCIAS GERAIS

ALMEIDA, R. de. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estudos**. CEBRAP SÃO PAULO V38n01. 85-213 JAN.–ABR. 2019. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/nec/v38n1/1980-5403-nec-38-01-185.pdf> . Acesso em: 29 fev. 2020.

ALVES, G. **A importância das redes sociais na luta política atual**. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2019/07/19/a-importancia-das-redes-sociais-na-luta-politica-atual/>. Acesso em 13 jan. 2020.

AMARAL, M. F. Sensacionalismo: inoperância explicativa. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 133-146, jan./jun. 2003. Disponível em: [http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/04/pdf\\_38a6b14395\\_0009787.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/04/pdf_38a6b14395_0009787.pdf). Acesso em: 30 dez. 2019.

AMADO, G. **OAB recomenda afastamento de Moro** (Revista Época – 10/06/2019) Disponível em <https://epoca.globo.com/guilherme-amado/oab-recomenda-afastamento-de-moro-23729810> Acesso em 10 set. 2019.

AMORIM, P. H. **O quarto poder: uma outra história**. São Paulo: Hedra, 2015.

AMOSSY, R. (org) **Imagens de si no discurso**. São Paulo: Contexto, 2005.

ARCHER, M. Realismo e problema de agência (2014). **Estudos de Sociologia**, Rev, do Prog, de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, 6(2): 51-75. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revsocio/article/view/235467>. Acesso em 22 ago. 2019.

ARDUINO, L. G. de B; MORAES, V. de. A transmissão de *FakeNews* como um recurso de propagabilidade durante a campanha eleitoral de 2019. (ANAIS) Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXIV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Vitória - ES – 03 a 05/06/2019. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-0374-1.pdf>. Acesso em 19 jan. 2020.

ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. Trad.: Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo, Editora Perspectiva, 3ª edição, 1992.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ASSIS, D. de S. **Igreja de Frente com Gabi: Uma análise do discurso religioso midiático**. Dissertação de Mestrado Letras/UFV. Orientada por: Mônica Santos de Souza Melo. Viçosa/MG, 2017.

ASSUMPCÃO, L. O. T; NINA, A. C. B. Investigando a construção do estilo esportivo de vida por intermédio do conceito de Habitus de Pierre Bourdieu. **R. da Educação Física/UEM**. Maringá, v. 21, n. 2, p. 303-312, 2. trim. 2010 Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/view/5769>. Acesso em 4 jan. 2020.

AVRITZER, L. Teoria democrática e deliberação pública. **Revista Lua Nova** n° 49 – 2000.

BAYLEY, P. Analysing language and politics. **Mediazione**: Rivista online di studi interdisciplinari su, lingue e culture. 2008. Disponível em: [http://www.mediaziononline.it/articoli/bayley\\_print.htm](http://www.mediaziononline.it/articoli/bayley_print.htm). Acesso em 14 dez. 2019.

BARROS, D. E. C. Significados identificacionais: ethos e espaço político na constituição discursiva da realidade social feminina **D.E.L.T.A.**, 31-2, 2015 (505-525) Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v31n2/1678-460X-delta-31-02-00505.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.

BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B; MELO, I. F. de. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. Organização - 1. ed. - São Paulo: Parábola 2018.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília: UNB, 1983.

BOCHETT, A. C; CALLEGARO, E. K; FREITAS, J. C. de; CABRAL, S.R.S. Concepções de discurso político: caminhos para uma discussão teórica. **MOARA**. Revista Eletrônica UFPR. n.47(2017) Disponível em <https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/4229>. Acesso em 9 jul. 2019.

BOITO JUNIOR, A. Lava Jato, Classe Média e Burocracia de Estado. **Revista Lumen**, v. 2, n. 3 (2017). Disponível em: <http://www.periodicos.unifai.edu.br/index.php/lumen/article/view/49>. Acesso em 20jan2020.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. São Paulo, Bertrand do Brasil, 1989.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 53ªed, 2018.

BRASIL, [2009] 2017. **Conheça os órgãos que formam o Poder Judiciário**. Seção: Estrutura do Estado. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/conheca-os-orgaos-que-formam-o-poder-judiciario> Acesso em "O cheirinho do cavalo é melhor (do que o do povo)". 27 jul. 2019.

BRASIL. Lei Anticorrupção n° 12.846/2013. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12846.htm) Acesso em: 14 fev. 2020.

BRUM, E. **Bolsonaro (des)governa o Brasil pelo Twitter** (06 mar. 2019) El Pais Brasil. Disponível em <https://outline.com/WV5uEF>. Acesso em 10 set. 2019.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABRAL, S. R. S. **Mídia, Discurso Político e Gramática Sistêmico-Funcional**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. Gabinete de Projetos de Pesquisa: GAB/CAL 034712. Santa Maria: UFSM, 2016.

CALDEIRA, E. Representação dos atores sociais: discurso de reforço e enfraquecimento na constituição discursiva de identidades étnicas. **Revista Prolíngua** – ISSN 1983-99799 Volume 6 - Número 2 - jan/jun de 2011. Disponível em

<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/article/view/13577/7715>. Acesso em 20 ago. 2019.

CARVALHO, A. B. de. **Representações de identidades de mulheres gordas em práticas midiáticas digitais: tensões entre vozes de resistência e vozes hegemônicas**. Dissertação de Mestrado Letras /UFV. Orientada por: Maria Carmen Aires Gomes. Viçosa, MG, 2018.

CARVALHO, A. B. de. (DES)construções do corpo gordo feminino e a saúde: representações da gorda em "Tess Holliday e os Vigias da Saúde Alheia", do blog Beleza sem Tamanho. In: 4º Seminário Internacional de Educação e Sexualidade/ 2º Encontro Internacional de Estudos de Gênero, Fundamentalismos e Violência. 2016. Vitória, ES. (ANAIS) Disponível em [http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467412107\\_ARQUIVO\\_ArtigoUFES.pdf](http://www.gepsexualidades.com.br/resources/anais/6/1467412107_ARQUIVO_ArtigoUFES.pdf). Acesso em 09 dez. 2019.

CARTA CAPITAL. **Confira a íntegra do primeiro discurso de Lula após sair da prisão**. (08/11/2019). Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/confira-a-integra-do-primeiro-discurso-de-lula-apos-sair-da-prisao/>. Acesso em 03 Jan. 2020.

CASARA, R. R. R. **Processo Penal do Espetáculo** (14/02/2015). Disponível em: [www.justificando.com/2015/02/14/processo-penal-espetaculo/](http://www.justificando.com/2015/02/14/processo-penal-espetaculo/). Acesso em 14 mar. 2020.

CASARA, R. R. R. A espetacularização do processo penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**. São Paulo: IBCCRIM; Revista dos Tribunais, ano 24, n. 122, ago. 2016. p. 309-318.

COUTO, S. M. L. **Giddens, Archer e a Agência na Modernidade** (2017). Disponível em: <http://teoriasociologicadois.blogspot.com/2017/12/giddens-archer-e-agencia-na-modernidade.html>. Acesso em 22 ago. 2019.

DIMAGGIO, P; EVANS, J; BRYSON, B. Have american's social attitudes become more polarized? **GSS Social Change Report** nº 39 – 1996.

DUGNANI, R; FERNANDES, B. L. A Análise de Discurso Crítica da Cobertura do Jornal O Estado de S. Paulo sobre a Previdência Social Brasileira. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-0910-2.pdf>. Acesso em 28 jul. 2019.

DURÃO, A. B. Habermas: os fundamentos do Estado democrático de direito. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 32(1): 119-137, 2009. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732009000100008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-31732009000100008&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em 10 set. 2019.

FAIRCLOUGH, I.; FAIRCLOUGH, N. **Political Discourse Analysis: A method for advanced students**. London: Routledge, 2012.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. 2ª ed. Brasília: UNB, 2016 [1992].

FILHO, J. **A Lava Jato usou o judiciário para fins políticos.** 16/06/2019. The Intercept Brasil. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/06/16/vaza-jato-corrupcao-sergio-moro-politica-dallagnol/>. Acesso em 27 dez. 2019.

FOCAULT, M. **A microfísica do poder.** 28ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FOLHA DE S. PAULO. **Documento cita apoio da imprensa ao golpe de 64.** (Dez. 2014) Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1560739-documento-cita-apoio-da-imprensa-ao-golpe-de-64.shtml> Acesso em 13 ago. 2019.

FRANCO, A. **O perigo do legalismo.** (2017) Disponível em: [dagobah.com.br/o-perigo-do-legalismo/](http://dagobah.com.br/o-perigo-do-legalismo/) Acesso em 10 fev. 2020.

FREITAS, C. A prática em Bourdieu. **Revista Científica FacMais**, Volume. I, Número I. Ano 2012/1º Semestre. ISSN 2238-8427. Disponível em <http://revistacientifica.facmais.com.br/wp-content/uploads/2012/04/1.A-PR%C3%81TICA-EM-BOURDIEU-Celma-Freitas1.pdf>. Acesso em 27 nov. 2019.

FREITAS, J. C. de. **Corrupção na Lava Jato: Desvio individual ou mal social? Uma análise das representações pela mídia na perspectiva da LSF.** Dissertação de Mestrado/UFMS. Orientada por: Sara Regina Scotta Cabral. Santa Maria, RS, 2017.

FUZER, C; CABRAL, S. R. S. **Introdução à Gramática Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa.** Santa Maria: UFSM, 2010.

G1. **Bolsonaro diz que repórter tem 'cara de homossexual terrível'; entidades de jornalistas reagem.** (20/12/2019). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/12/20/entidades-de-jornalistas-protestam-contra-ataque-de-bolsonaro-a-reporteres.ghtml>. Acesso em 04 jan. 2020.

GALDINO, P. M. **A delação premiada à luz da Teoria dos Jogos.** Monografia: UFRJ, 2018. Orientada por: Junya Rodrigues Barletta.

GENTILI, P. **Golpe en Brasil: genealogía de una farsa.** Buenos Aires: CLACSO, 2016.

GIROTTI NETO, A. O Lulismo e as classes sociais na política do Brasil contemporâneo. **Revista Eletrônica de Ciência Política** - recp, v. 5, p. 122-141, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/35639/22912>. Acesso em 29 fev. 2020.

GOMES, R. M. A democracia deliberativa de Jürgen Habermas. **Anais do Seminário dos Estudantes da Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar** ISSN (Digital): 2358-7334 ISSN (CD-ROM): 2177-0417 VIII Edição (2012). Disponível em: <http://www.ufscar.br/~sempgfil/wp-content/uploads/2012/05/39-Ronaldo-Martins-Gomes-A-democracia-deliberativa-de-Jurgen-Habermas.pdf>. Acesso em 13 jan. 2020.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUEDES, J. C. Brevíssimas notas sobre a história do Direito e da Justiça no Brasil. 1 **Confluências**, vol. 13, n. 2 – Niterói: PPGSD-UFF, novembro de 2012, páginas 37 a 54.



ISSN 1678-7145. Disponível em: [www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/download/303/228](http://www.confluencias.uff.br/index.php/confluencias/article/download/303/228). Acesso em 26 jul. 2019;

GUERRA, A.; OLIVEIRA, A. L. M. de; CARVALHO, A.C. S. de; JAKOBSEN, K. A.; VITAGLIANO, L. F.; MANZANO, M. P. F.; TOLEDO, M. T. RIBEIRO, P. S. C. T.; SILVA, R. A.; SILVA, R.; BOKANY, V. L.; NOZAKY, W. **Poder e Corrupção**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

HARTMANN, C; IUNG, A. V; LA VARDA, S. de L; SCHWARTZ, C; SILVEIRA, A. C. M. da. Mídia Alternativa X Mídia de Referência: blindagem, noticiabilidade e narrativa jornalística. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Curitiba - PR – 26 a 28/05/2016 Disponível em <http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2016/resumos/R50-0298-1.pdf> Acesso em 10 set. 2019.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IRINEU, L. **Latinidades e imagens de si na tradição editorialística do Jornal do Brasil e do Clarín nos séculos XX e XXI: vestígios de mudança e traços de permanência**. Tese de Doutorado/UFC. Orientadora: Maria Margarete Fernandes de Sousa, 2015.

IRINEU, L; SOUSA, M. M. F. de. Imagens de si projetadas no discurso jornalístico da América Latina: a tradição editorialística do Jornal do Brasil e do Clarín nos séculos XX e XXI. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. 4, p. 475-482, out.-dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2015.4.20453>. Acesso em 15 ago. 2019.

JINKINS, I; DORIA, K; CLETO, M. **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

JUNIOR, T. P. **Livrai-nos do Mal: a tecnologia do imaginário na construção do herói Moro pela mídia**. Tese de Doutorado/ Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Álvaro Nunes Lorangeira, 2019.

LEVISTKY, S; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

LEEUWEN, T. van. **A representação dos atores sociais**. In: PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.) *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional* Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

LIMA, F. F. O discurso jornalístico impresso e o espetáculo da democracia. **ESTUDOS LINGÜÍSTICOS**, São Paulo, 46 (3): p. 1000-1015, 2017. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1564/1273>. Acesso em 13 jan. 2020.

LIMA, V. A. de. Sete Teses sobre a Mídia. **REVISTA USP**, São Paulo, n.61, p. 48-57, março/maio 2004.

MAINGUENEAU, Dominique. **Ethos, cenografia, incorporação**. In: *Imagens de si no Discurso: a construção do ethos*. p. 69-91 (AMOSSY). São Paulo: Contexto, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. **A propósito do ethos**. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Org.). *Ethos discursivo*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. p. 11-29.

MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017 [1532].

MARQUES DE MELO, J. **A opinião no jornalismo brasileiro**. São Paulo: Vozes, 1985.

MARTÍNEZ, LFP. **A intertextualidade como dimensão central da análise de discurso crítica (ADC)**. In: *Questões sociocientíficas na prática docente: Ideologia, autonomia e formação de professores* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2012, pp. 131-136. ISBN 978-85-3930-354-0. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 30 jul. 2019.

MEDINA, J. L. B. Gêneros jornalísticos: repensando a questão. **Revista Symposium**. Ano 5 • nº 1 • janeiro-junho 2001, p. 45-55. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3196/3196.PDF>. Acesso em: 01 jan. 2020.

MIGUEL, L. F. Dossiê Mídia e Política (APRESENTAÇÃO) **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 22, p. 7-12, jun. 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3657>. Acesso em 13 jan. 2020.

MOREIRA, M. C. do A. PINHÃO, F. REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE EXPERIMENTAÇÃO DIDÁTICA DE MESTRANDOS EM ENSINO DE CIÊNCIAS. **Revista Ensaio** | Belo Horizonte | v.20 | e2856 | 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/epec/v20/1983-2117-epec-20-e2856.pdf> Acesso em 15 jul. 2019.

MOREIRA, R. A. Cenografia e Ethos no livro de HQ *Desterro*: a construção da cena de sobrevivência numa comunidade. **Estudos Linguísticos**, Sinop, v. 9, n. 19, p. 267-282, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/norteamentos/article/view/2216/1824>. Acesso em 14 jan. 2020.

MORO, S. F. Considerações sobre a operação Mani Pulite. **R. CEJ**, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/artigo-moro-mani-pulite.pdf>. Acesso em 25 dez. 2019.

MOUFFE, Chantal. **La paradoxa democrática**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

NETTO, V. **Lava Jato**: o juiz Sérgio Moro e os bastidores da operação que abalou o Brasil. Rio de Janeiro: Primeira Pessoa, 2016.

OLIVEIRA, H. M. G. de. A natureza do furo de reportagem: da perspectiva para a construção teórica. **Comun. & Inf.**, Goiânia, GO, v. 17, n. 1, p. 5-20, jul./dez. 2014. Disponível em <http://dx.doi.org/10.5216/cei.v1i1.27756> Acesso em 09 set. 2019.

OLIVEIRA, P. J. S de; MAGALHÃES, F. L. J. Ethos e embates ideológicos no discurso jornalístico: uma análise crítica da reportagem do Fantástico sobre o uso do Santo Daime por presos em Rondônia. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ – 4 a 7/9/2015. Disponível em <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0839-1.pdf>. Acesso em 30 jul 2019.

OLIVEIRA, T. A. de; PAIVA, E. L. Sérgio Moro e sua representatividade nos campos político e midiático. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Juazeiro, BA – 5 a 7/7/2018. Disponível em: [portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0783-1.pdf](http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0783-1.pdf). Acesso em 13 ago. 2019.

PDT. **O que você precisa saber sobre a Vaza Jato**. 2019. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/wp-content/uploads/2019/06/VazaJato-23.6.2019-.pdf>. Acesso em 29 dez. 2019.

PIRES, G. F. “E a bela ainda é fera” - análise discursivo-crítica das performatividades de gênero nas entrevistas da revista **Roadie Crew**. Dissertação de Mestrado Letras /UFV. Orientada por: Maria Carmen Aires Gomes. Viçosa, MG, 2018.

PONSONI, S; FIRMINIANO, F. D. Um eterno ‘homem-bom’ na política brasileira: uma análise do caso Moro. **Revista Linguagem**, São Carlos, v.29, n.1, p. 195-211, jul./dez. 2018. Disponível em [www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/issue/view/19/showToc](http://www.linguagem.ufscar.br/index.php/linguagem/issue/view/19/showToc). Acesso em 30 jul. 2019.

RADIS, L. B. **Identificando microexpressões faciais em audiências de depoimento**. Dissertação de Mestrado Psicologia/UEL. Orientada por: Alex Eduardo Gallo. Londrina, PR, 2018.

RECHETNICOU, A. O; LIMA, S. Interdiscursividade e Intertextualidade na Análise Crítica do gênero reportagem. **Estudos Linguísticos**, Sinop, v. 9, n. 19, p. 201-218, jul./dez. 2016. Disponível em <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/norteamentos/article/view/2185>. Acesso em 15 ago. 2019.

RECUERO, R; GRUZD, A. Cascatas de Fake News Políticas: um estudo de caso no Twitter. **Galaxia** (São Paulo, online), ISSN 1982-2553, n. 41, mai-ago., 2019, p. 31-47. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-25542019239035>. Acesso em 03 jan. 2020.

SILVA, G. J. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Humanidades Em Diálogo**, São Paulo, v. 6, p. 149-162, 2014. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106265>. Acesso em 28 jan. 2020.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**, 4ª ed., Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, J. de. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SANTOS, R. **Caso Moro x Caso Snowden**: coberturas de Greenwald são parecidas, mas não iguais. (24 jun. 2019). Disponível em <https://br.noticias.yahoo.com/caso-moro-caso-snowden-compara%C3%A7%C3%A3o-171348088.html> Acesso em 12 ago. 2019.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. **Introdução: para ampliar o cânone democrático**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. p. 39-82;

SILVA, M. R. da. **A construção do *ethos* da Polícia Federal nas fases da Operação Lava Jato**. Artigo apresentado à disciplina de Bases Teóricas em Análise do Discurso, do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa. 2018.

SILVEIRA, S. A. da. **Democracia e os códigos invisíveis**. São Paulo: Editora Sesc, 2018.

TELLES, H. de S; LOURENÇO, L. C; STORNI, T. P. L. Partidos, campanhas e votos: como o eleitor decide nas municipais. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 1, p. 91-116, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.opiniaopublica.ufmg.br/site/files/biblioteca/telles-storni-lourenco-pdf.pdf>. Acesso em 13 jan. 2020.

THOMPSON, J. B. **O escândalo político**. Poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

TRASK, R. L. **Dicionário de Linguagem e Linguística**. Tradução e Adaptação: Rodolfo Ilari. Revisão Técnica: Ingedore Villaça Koch e Thaís Cristófar. São Paulo: Contexto, 2004.  
VEJA. **Carta ao Leitor: Sobre Princípios e Valores**. Disponível em <https://veja.abril.com.br/politica/carta-ao-leitor-sobre-principios-e-valores/> Acesso em 14 ago. 2019.

VIEIRA, V; RESENDE, V. de M. **Análise de Discurso (para a) crítica**: o texto como material de pesquisa. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2016.

WODAK, R. **The Discourse of Politics in Action**: Politics as usual. London: Palgrave, 2009.

ZIZEK, S. **Primeiro com tragédia, depois como farsa**. São Paulo: Boitempo, 2011.

**ANEXO I - TABELA DAS PRÁTICAS MUDIÁTICAS**

Nº	IDENTIFICAÇÃO DO CORPUS	DATA DA PUBLICAÇÃO	DATA DO ACESSO	TÍTULO	MÍDIA	AUTOR DO TEXTO	LINK
1	Folha_1	07/07/2019	12/07/2019	Lava Jato e Moro atuaram para expor dados sigilosos sobre a Venezuela, mostram mensagens	Folha de São Paulo	Não Consta	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/lava-jato-e-moro-atuaram-para-expor-dados-sigilosos-sobre-venezuela-mostram-mensagens.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/lava-jato-e-moro-atuaram-para-expor-dados-sigilosos-sobre-venezuela-mostram-mensagens.shtml</a>
2	Folha_2	10/06/2019	12/07/2019	Entenda vazamento de conversa entre Moro e Deltan e impacto para a Lava Jato	Folha de São Paulo	Não Consta	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/entenda-vazamento-de-conversa-entre-moro-e-deltan-e-impacto-para-a-lava-jato.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/entenda-vazamento-de-conversa-entre-moro-e-deltan-e-impacto-para-a-lava-jato.shtml</a>
3	Folha_3	23/06/2019	12/07/2019	Lava Jato articulou apoio a Moro diante de tensão com STF, mostram mensagens	Folha de São Paulo	Não Consta	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/lava-jato-articulou-apoio-a-moro-diante-de-tensao-com-stf-mostram-mensagens.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/lava-jato-articulou-apoio-a-moro-diante-de-tensao-com-stf-mostram-mensagens.shtml</a>
4	Folha_4	02/07/2019	12/07/2019	Moro nega perseguição a jornalista após vazamento de mensagens da Lava Jato	Folha de São Paulo	Thais Arbex/Daniele Brant	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/moro-nega-perseguiacao-a-jornalista-apos-vazamento-de-mensagens-da-lava-jato.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/moro-nega-perseguiacao-a-jornalista-apos-vazamento-de-mensagens-da-lava-jato.shtml</a>
5	Folha_5	01/07/2019	12/07/2019	A Lava Jato e Bolsonaro	Folha de São Paulo	Celso Rocha de Melo	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2019/07/a-lava-jato-e-bolsonaro.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/colunas/celso-rocha-de-barros/2019/07/a-lava-jato-e-bolsonaro.shtml</a>
6	Folha_6	07/07/2019	12/07/2019	Folha e The Intercept, nada a ver?	Folha de São Paulo	Flavia Lima	<a href="https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/07/folha-e-the-intercept-nada-a-ver.shtml">https://www1.folha.uol.com.br/colunas/flavia-lima-ombudsman/2019/07/folha-e-the-intercept-nada-a-ver.shtml</a>
7	Intercept_1	09/06/2019	11/07/2019	Como e por que o Intercept está publicando chats privados sobre a Lava Jato e Sérgio Moro?	The Intercept Brasil	Glenn Greenwald/ Betsy Reed/ Leandro Demori	<a href="https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/">https://theintercept.com/2019/06/09/editorial-chats-telegram-lava-jato-moro/</a>
8	Intercept_2	09/06/2019	11/07/2019	Lava Jato tentou barrar entrevista de Lula e não 'eleger Haddad'	The Intercept Brasil	Glenn Greenwald/ Victor Pougy	<a href="https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/">https://theintercept.com/2019/06/09/procuradores-tramaram-impedir-entrevista-lula/</a>

9	Intercept_3	09/06/2019	11/07/2019	Triplex: Deltan duvidava de provas horas antes de denúncia	The Intercept Brasil	Rafael Moro Martins/Leandro Demori/ Glenn Greenwald	<a href="https://theintercept.com/2019/06/09/dallagnol-duvidas-triplex-lula-telegram-petrobras/">https://theintercept.com/2019/06/09/dallagnol-duvidas-triplex-lula-telegram-petrobras/</a>
10	Intercept_4	09/06/2019	11/07/2019	Chats revelam colaboração proibida de Moro com Deltan	The Intercept Brasil	Rafael Moro Martins/Alexandre de Santi/ Glenn Greenwald	<a href="https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/">https://theintercept.com/2019/06/09/chat-moro-deltan-telegram-lava-jato/</a>
11	Intercept_5	12/06/2019	12/07/2019	Leia os diálogos de Sergio Moro e Deltan Dallagnol que embasaram a nossa reportagem	The Intercept Brasil	The Intercept Brasil	<a href="https://theintercept.com/2019/06/12/chat-sergio-moro-deltan-dallagnol-lavajato/">https://theintercept.com/2019/06/12/chat-sergio-moro-deltan-dallagnol-lavajato/</a>
12	Intercept_6	14/06/2019	11/07/2019	Sergio Moro direcionou a Lava Jato a atacar Lula na imprensa	The Intercept Brasil	Rafael Moro Martins/Leandro Demori/Glenn Greenwald/Amanda Audi	<a href="https://theintercept.com/2019/06/14/sergio-moro-enquanto-julgava-lula-sugeriui-a-lava-jato-emitir-uma-nota-oficial-contra-a-defesa-eles-acatara...">https://theintercept.com/2019/06/14/sergio-moro-enquanto-julgava-lula-sugeriui-a-lava-jato-emitir-uma-nota-oficial-contra-a-defesa-eles-acatara...</a>
13	Intercept_7	18/06/2019	11/07/2019	Lava Jato fingiu investigar FHC apenas para criar percepção pública de ‘imparcialidade’, mas Moro repreendeu: ‘Melindra alguém cujo apoio é importante’	The Intercept Brasil	Rafael Moro Martins, Amanda Audi, Leandro Demori, Glenn Greenwald, Tatiana Dias	<a href="https://theintercept.com/2019/06/18/lava-jato-fingiu-investigar-fhc-apenas-para-criar-percepcao-publica-de-imparcialidade-mas-moro-repreendeu...">https://theintercept.com/2019/06/18/lava-jato-fingiu-investigar-fhc-apenas-para-criar-percepcao-publica-de-imparcialidade-mas-moro-repreendeu...</a> 1/44
14	Intercept_8	29/06/2019	11/07/2019	Moro viola sempre o sistema acusatório’	The Intercept Brasil	Glenn Greenwald, Rafael Moro Martins, Leandro Demori, Victor Pougy	<a href="https://theintercept.com/2019/06/29/chats-violacoes-moro-credibilidade-bolsonaro/">https://theintercept.com/2019/06/29/chats-violacoes-moro-credibilidade-bolsonaro/</a>
15	Intercept_9	07/07/2019	11/07/2019	Lava Jato articulou vazamento para a oposição venezuelana após sugestão de Moro	The Intercept Brasil	Leandro Demori, Andrew Fishman, Amanda Audi	<a href="https://theintercept.com/2019/07/07/lava-jato-vazamento-delacao-venezuela/">https://theintercept.com/2019/07/07/lava-jato-vazamento-delacao-venezuela/</a>

16	Veja_1	01/07/2019	12/07/2019	Em novas mensagens, procuradores criticam conduta de Moro	Veja	Da Redação	<a href="https://veja.abril.com.br/politica/moro-sempre-violao-sistema-acusatorio-diz-procuradora-em-vazamento/">https://veja.abril.com.br/politica/moro-sempre-violao-sistema-acusatorio-diz-procuradora-em-vazamento/</a>
17	Veja_2	01/07/2019	12/07/2019	Em diálogos, procuradores lamentam Moro no governo: 'Queima a Lava Jato'	Veja	Da Redação	<a href="https://veja.abril.com.br/politica/em-dialogos-procuradores-lamentam-moro-no-governo-queima-a-lava-jato/">https://veja.abril.com.br/politica/em-dialogos-procuradores-lamentam-moro-no-governo-queima-a-lava-jato/</a>
18	Veja_3	01/07/2019	12/07/2019	Sergio Moro reage a novos diálogos: 'Um balão vazio, cheio de nada'	Veja	Victor Irajá	<a href="https://veja.abril.com.br/politica/sergio-moro-reage-a-novos-dialogos-mera-fofoca-e-balao-vazio/">https://veja.abril.com.br/politica/sergio-moro-reage-a-novos-dialogos-mera-fofoca-e-balao-vazio/</a>
19	Veja_4	01/07/2019	12/07/2019	General sobe no carro de som e defende o 'herói' Moro contra os '4canalhas'	Veja	Da Redação	<a href="https://veja.abril.com.br/politica/general-augusto-helene-sobe-no-carro-de-som-e-defende-moro/">https://veja.abril.com.br/politica/general-augusto-helene-sobe-no-carro-de-som-e-defende-moro/</a>
20	Veja_5	01/07/2019	12/07/2019	'Sempre agi com correção', afirma Moro sobre diálogos vazados	Veja	Da Redação	<a href="https://veja.abril.com.br/politica/sempre-agi-com-correcao-afirma-moro-sobre-dialogos-vazados/">https://veja.abril.com.br/politica/sempre-agi-com-correcao-afirma-moro-sobre-dialogos-vazados/</a>
21	Veja_6	03/07/2019	12/07/2019	Glauber Braga: 'Não sabia que Moro era tão covarde'	Veja	Leonardo Lellis	<a href="https://veja.abril.com.br/politica/glauber-braga-nao-sabia-que-moro-era-cao-covarde/">https://veja.abril.com.br/politica/glauber-braga-nao-sabia-que-moro-era-cao-covarde/</a>
22	Veja_7	03/07/2019	12/07/2019	Audiência na Câmara é encerrada após deputado chamar Moro de ladrão	Veja	André Siqueira	<a href="https://veja.abril.com.br/politica/audiencia-na-camara-e-encerrada-apos-deputado-chamar-moro-de-ladrao/">https://veja.abril.com.br/politica/audiencia-na-camara-e-encerrada-apos-deputado-chamar-moro-de-ladrao/</a>
23	Veja_8	03/07/2019	12/07/2019	Quando perguntar ofende	Veja	Dora Kramer	<a href="https://veja.abril.com.br/blog/dora-kramer/quando-perguntar-ofende/">https://veja.abril.com.br/blog/dora-kramer/quando-perguntar-ofende/</a>
24	Veja_9	02/07/2019	12/07/2019	Relembre as reportagens de VEJA que incomodaram procuradores	Veja	Da Redação	<a href="https://veja.abril.com.br/politica/relembre-as-reportagens-de-veja-que-incomodaram-procuradores/">https://veja.abril.com.br/politica/relembre-as-reportagens-de-veja-que-incomodaram-procuradores/</a>
25	Veja_10	02/07/2019	12/07/2019	Deputado entrega 'troféu da Liga dos Campeões' a Moro na Câmara	Veja	André Siqueira	<a href="https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/deputado-entrega-trofeu-da-liga-dos-campeoes-a-moro-na-camara/">https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/deputado-entrega-trofeu-da-liga-dos-campeoes-a-moro-na-camara/</a>
26	Veja_11	02/07/2019	12/07/2019	Lava Jato não pode criar 'fins justificam os meios' da Justiça, diz Freixo	Veja	André Siqueira	<a href="https://veja.abril.com.br/politica/lava-jato-nao-pode-criar-fins-justificam-os-meios-da-justica-diz-freixo/">https://veja.abril.com.br/politica/lava-jato-nao-pode-criar-fins-justificam-os-meios-da-justica-diz-freixo/</a>
27	Veja_12	02/07/2019	12/07/2019	Após confusão, Moro deixa audiência na Câmara aos gritos de	Veja	Redação	<a href="https://veja.abril.com.br/politica/moro-vai-a-camara-explicar-dialogos-com-dallagnol-acompanhe/">https://veja.abril.com.br/politica/moro-vai-a-camara-explicar-dialogos-com-dallagnol-acompanhe/</a>

				‘fujão’			
28	Veja_13	05/07/2019	12/07/2019	Em nota oficial, Sergio Moro responde à reportagem de capa de VEJA	Veja	Redação	<a href="https://veja.abril.com.br/politica/em-nota-oficial-sergio-moro-responde-a-reportagem-de-capa-de-veja/">https://veja.abril.com.br/politica/em-nota-oficial-sergio-moro-responde-a-reportagem-de-capa-de-veja/</a>
29	Veja_14	05/07/2019	12/07/2019	‘Um bom dia afinal’, disse Moro a Deltan após saber de denúncia sobre Lula	Veja	Glenn Greenwald/Edoardo Ghiretto/Fernando Molica/Leandro Resende/Roberta Paduan	<a href="https://veja.abril.com.br/brasil/um-bom-dia-afinal-disse-moro-a-deltan-apos-saber-de-denuncia-sobre-lula/">https://veja.abril.com.br/brasil/um-bom-dia-afinal-disse-moro-a-deltan-apos-saber-de-denuncia-sobre-lula/</a>
30	Veja_15	05/07/2019	12/07/2019	Em diálogos, Moro revela conselho de Fausto Silva à Lava Jato	Veja	Glenn Greenwald/Edoardo Ghiretto/Fernando Molica/Leandro Resende/Roberta Paduan	<a href="https://veja.abril.com.br/brasil/em-dialogos-moro-revela-conselho-de-fausto-silva-a-lava-jato/">https://veja.abril.com.br/brasil/em-dialogos-moro-revela-conselho-de-fausto-silva-a-lava-jato/</a>
31	Veja_16	05/07/2019	12/07/2019	Sergio Moro combinava com o MPF datas de operações da Lava Jato	Veja	Glenn Greenwald/Edoardo Ghiretto/Fernando Molica/Leandro Resende/Roberta Paduan	<a href="https://veja.abril.com.br/politica/sergio-moro-combinava-com-o-mpf-datas-de-operacoes-da-lava-jato/">https://veja.abril.com.br/politica/sergio-moro-combinava-com-o-mpf-datas-de-operacoes-da-lava-jato/</a>